



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XV

Nº 111

p. 181 – 280

julho/setembro/83

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - PUCC

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XV – Nº 111

ISSN 0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1983

PELO SUL DO BRASIL

(À margem de uma excursão, 18 a 29 de
julho de 1981)

Odilon Nogueira de Matos

Há muitos anos, regressando de automóvel de Curitiba para São Paulo, logo à saída da capital paranaense, dois jovens pediram-me carona. Embora não tenha hábito de atender a solicitações desta natureza, alguma coisa me insinuou que eu devia, naquele momento, atender aos dois suplicantes. E não me arrependi. Eram argentinos, estudantes da Faculdade de Direito de Buenos Aires, e que, de carona em carona, pretendiam chegar ao Rio de Janeiro. Foi triste, para mim, constatar que ambos estavam muitos furos acima da média do estudante brasileiro: educados, cultos, visivelmente interessados em conhecimentos gerais, indagadores de tudo quanto viam. Fiquei a pensar o quanto se decepcionariam se, por acaso, quem lhes desse a carona não estivesse à altura de suas indagações.

Em certo momento, creio que bem depois de Registro, um deles me contou que, na Argentina, sempre ouvira dizer que São Paulo era o Estado mais povoado do Brasil, onde as cidades se sucediam como mar-

cas definitivas da ocupação do solo, e, no entanto, estavam viajando já havia algumas horas no território paulista e nada encontravam que justificasse o que haviam aprendido sobre São Paulo. Ao contrário, estavam atravessando terras tão pobres, ou mais até, que a de outros Estados, sem nenhuma cidade importante e com casas de trabalhadores as mais pobres que se podia imaginar. Então era isto São Paulo ?

Excelente “deixa” para um professor de História e de Geografia. Por sorte, tinha um mapa do Estado de São Paulo. Parei o carro no primeiro lugar propício que apareceu, e dei-lhes ligeira aula sobre nosso Estado. Contei-lhes que estávamos percorrendo a região mais atrasada do Estado, aquela que ficara fora das grandes correntes do povoamento e, principalmente, fora do roteiro do café, que havia sido a cultura responsável pelo povoamento da maior parte do território paulista. E fora, inclusive, das próprias rotas de comunicações para o Sul, pois estas preferiam sempre os espigões, as áreas mais elevadas, evitando-se o mais possível as baixadas, quase sempre insalubres. Os próprios portos da região — Cananéia, Iguape — ficaram à margem das grandes rotas de circulação. E só ultimamente, com a cultura do chá e a colonização japonesa, estava o Vale do Ribeira se animando, mas com nível de vida ainda bastante baixo e sem atividades urbanas correspondentes. Se quisessem ter idéia do verdadeiro São Paulo, deveriam ir até a Capital e de lá tomar a direção do Oeste, onde uma série de cidades de alto nível se sucederiam: Jundiaí, Campinas (a maior cidade de interior do Brasil, com bem mais de meio milhão de habitantes), depois Americana, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru e muitas outras. Fizessem esse percurso, e teriam certamente a comprovação do que aprenderam em seu país. Mas não era o que iam fazer. De São Paulo pretendiam ir para o Rio de Janeiro, trajeto no qual percorreriam o Vale do Paraíba, que já lhes daria melhor idéia do que o percurso que estavam fazendo.

Estou recordando este fato de bem mais de doze anos, porque, de então para cá, mudaram muito pouco as condições de percurso São Paulo-Curitiba, que fizemos em nosso primeiro dia de excursão. Qualquer passageiro do ônibus poderia demonstrar o mesmo espanto dos estudantes argentinos. Mais de trinta anos são passados da inauguração da “Regis Bittencourt”, e ela continua estrada singela, de uma só pista, verdadeiro absurdo dado o tráfego intenso que a caracteriza, no seu papel de verdadeiro “funil” nas comunicações com o sul do Brasil. Ainda bem que nas rampas maiores foram construídas pistas acessórias, mas é muito pouco. Aliás, é bom que se ressalte a anomalia que, no panorama dos transportes brasileiros, constitui a BR-116. É talvez a única estrada brasileira que não modificou a paisagem, ou modificou-a muito pouco. Não contribuiu em nada para o desenvolvimento das pequenas cidades situadas à sua

margem: Juquitiba, Pedro de Barros, Biguá, Jacupiranga... Seriam a mesma coisa se não existisse a estrada. Abra-se apenas uma exceção para Registro, que, por ser o meio do percurso, foi dotada de alguma infra-estrutura, como hotéis e restaurantes. Mas todos muito precários.

A transição serra/campo não deixa de ser maravilhosa mesmo para aqueles a quem esta viagem já é familiar. Assim também a preocupação de encontrar o primeiro pinheiro, símbolo da terra das araucárias. E por falar em araucária, foi no Hotel Araucária que nos alojamos depois de um interessante passeio pela cidade, válido para a maior parte dos companheiros de excursão, pela primeira vez vindos a Curitiba. Já conhecia o Hotel Araucária, pois nele fui hóspede do Estado quando, no ano passado, vim a Curitiba participar de uma banca de concurso na Universidade Federal do Paraná. Fica ao lado do Teatro Guaíra, onde, por sinal, realizava-se um festival de corais universitários.

Foi uma pena que a noite, excessivamente fria, não nos animasse a passeios pela Rua das Flores, nome primitivo com o qual voltou a ser designada a Rua 15 de Novembro, no trecho do "calçadão", modalidade criada pelo Jayme Lerner e que de Curitiba se irradiou por todo o Brasil. Mal saímos para uma refeição ligeira na antiga Confeitaria Schaeffer, batizada agora de Cometa, mas muito inferior ao que era antes do incêndio que a destruiu há alguns anos.. Já estávamos recolhidos quando nossa guia nos avisou de uma alteração no programa, visto não ter sido possível arranjar passagens no trem para Paranaguá. Assim, iremos mesmo de ônibus, o que será uma pena, pois gostaria de rever a velha ferrovia de Teixeira Soares.

Posso dizer que, desde garoto, sou um enamorado de Curitiba. Em certa época de minha vida, dizia que era a cidade onde gostaria de morar. Sempre a considerei a cidade mais civilizada do Brasil, mas infelizmente está perdendo algumas das características que lhe conferiam esse honroso atributo. Mal do crescimento... Insisto na minha velha tese: "crescimento" e não "progresso". Mas como conheci Curitiba nos seus "bons tempos", guardo dela uma imagem muito feliz. Imagem, aliás, que pela primeira vez me foi transmitida pelo meu bom tio José, que, morador no sertão do Tibaji, vinha com frequência a Curitiba tratar de interesses seus ou da firma para a qual trabalhava, e cada vez que nos visitava em Campinas ou em Bauru, punha-me "água na boca" com as maravilhas que contava da capital paranaense.

Foi em 1935 que a visitei pela primeira vez. Ia para o Rio Grande do Sul e não quis perder a oportunidade de conhecê-la, embora me custasse um desvio de não sei quantas horas, pois naquele tempo o moroso comboio da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina (que em Itararé

se ligava à Sorocabana) era o único meio de transporte. Algumas coisas me inspiraram profunda admiração, diria mesmo verdadeiro êxtase a um rapazola de menos de vinte anos: o Passeio Público, o edifício da Prefeitura (dizem que copiado de um de Bruges ou de Liège), o monumental palácio da Universidade, na qual haviam estudado ou estavam estudando alguns amigos, a catedral, no seu estilo gótico, fotografia que vi pela primeira vez no velho livro de geografia em que me iniciei nessa matéria etc. Por Curitiba passei cinco anos depois, quando, com um grupo de amigos e colegas, fui a Florianópolis participar de um Congresso de Geografia. Revia-a novamente treze anos depois, por ocasião do centenário da emancipação do Paraná (1953), quando aqui estive com alguns colegas geógrafos a fim de instalar o núcleo paranaense da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Comigo estavam dois bons companheiros já falecidos (Aroldo Azevedo e José Veríssimo da Costa Pereira), e mais Pasquale Petrone, Araújo Filho e Nice Lecocq Muller, felizmente ainda vivos. Foi nessa visita de 1953 que conheci Benedito Barbosa Pupo, que tão meu amigo veio a se tornar mais tarde. Sua esposa Jacira estudava geografia e o Pupo, sempre metido nas lides de imprensa, dirigia uma revista dedicada ao norte do Paraná. Pupo e Jacira foram nossos anfitriões numa agradável noitada, em sua casa da Rua Doutor Faivre. Vindo para São Paulo e depois para Campinas, donde, aliás, é natural, Barbosa Pupo continuou sempre bom amigo e companheiro, graças aos numerosos centros de interesse comuns que entre nós existem. Nosso relacionamento, fora a visita de Curitiba, começou a propósito de ferrovias, assunto sobre o qual temos pontos de vista coincidentes e sobre o qual tanto ele como eu temos publicado diversos trabalhos. E depois das ferrovias, ou paralelamente a elas, nosso relacionamento continuou com a história de Campinas e as lides de imprensa. Devo-lhe o ser colaborador regular do "Correio Popular", de Campinas.

Meu contato seguinte com Curitiba foi em 1962, quando aqui estive quase uma semana, participando do Segundo Simpósio de Professores Universitários de História. Desta ocasião, data meu contato com o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, onde conto, hoje, excelentes colegas e amigos e onde esta revista tem bastante penetração.

Ainda nos anos '60 estive mais quatro vezes em Curitiba: em 1966, de passagem para Blumenau, aonde fui participar de uma reunião de geógrafos; em 67, de passagem para Porto Alegre, por ocasião do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História; e em 68 e 69, para o Curso Internacional de Música, que em Curitiba se realizou; desta última vez, acompanharam-nos Raul de Andrada e Silva e sua esposa Gleide numa viagem até o Rio Grande do Sul, muito parecida

com esta que estamos realizando; na volta do Rio Grande foi que portamos em Curitiba. Outras quatro vezes aqui estive nos anos '70: novamente para o Curso de Música de 1970, quando aproveitamos para uma esticada até Blumenau, exatamente o mesmo percurso que vamos fazer amanhã; em 71, para uma reunião de SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); em 75, para um congresso comemorativo do centenário do historiador paranaense Romário Martins, ocasião em que tive oportunidade de proferir conferência na Universidade Federal do Paraná sobre "temas de história regional na obra de Romário Martins"; data desta visita meu contato com o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, que me fez a honra de eleger-me seu sócio correspondente; e, finalmente, uma quarta vez, em 1978, de passagem numa excursão às Missões; nesta ocasião foi apenas um pernoite. E depois vim mais duas vezes em 1980: a primeira, para tomar posse no Instituto Histórico, dia 5 de junho, ocasião em que proferi conferência sobre "Saint-Hilaire e o Brasil"; e em outubro, quando vim para o concurso na Universidade, a que já me referi; desta vez tive como companhia o excelente amigo José Sebastião Witter, também integrante da banca examinadora. Enfim, para encurtar a história: está é a 15ª vez que visito Curitiba; e estes quinze momentos, marcados cada um deles por características tão significativas, dão-me uma razoável vivência da boa cidade. E tenho vontade de, na primeira oportunidade, passar pelo menos uma semana aqui, descompromissado, a fim de rever algumas coisas e conhecer outras, de que tanto ouço falar. Ainda mais que, graças às publicações da Casa Romário Martins, que recebo com frequência, estou-me enfronhando bem na história e na vida curitibana.

Segunda etapa: Curitiba/Blumenau

Foi até melhor que não pudéssemos ir de trem para Paranaguá, pois o tempo amanheceu chuvoso e a serra toda "fechada". Nada teríamos aproveitado de um dos panoramas mais belos do Brasil. Só uma vez fiz este percurso, aproveitando-o como devia: foi quando estive em Curitiba pela primeira vez, em 1935; já da segunda vez, em 1962, tivemos tempo fechado, tal como hoje. Aliás – fato lamentável – informou-nos nossa guia que a Rede Ferroviária Federal anda relaxando muito neste serviço para Paranaguá: não só os trens não correm no horário, como há dias em que nem correm, criando situações embaraçosas para as organizações de turismo. Sim, porque hoje, o percurso Curitiba/Paranaguá pela velha estrada, é praticamente uma atividade turística; dificilmente alguém, não vinculado a algum grupo turístico conseguirá passagem.

A rodovia, que já havia percorrido em 1970, é muito boa, mas sem os atrativos paisagísticos do percurso ferroviário. Aliás, hoje não tivemos atrativo algum, pois fizemos a viagem toda debaixo de chuva. Mal pudemos descer em Paranaguá para visitar uma velha igreja (São Benedito) do século XVIII, que dizem ser o monumento melhor conservado da cidade, resistindo, inclusive, aos caçadores de antiguidades, segundo informação de um folheto que nos foi distribuído. A própria visita ao porto, hoje o terceiro do Brasil em exportação (superado apenas por Santos e Rio Grande) foi feita sem que pudéssemos descer do ônibus. Almoço, aliás muito bom, no Restaurante Danúbio Azul. Não me conformo com esta macaquice dos brasileiros: para quê dar a um restaurante típico do litoral paranaense o nome de Danúbio Azul, especialmente quando ele se localiza no local que menos faz lembrar o famoso rio da Europa central? No restaurante havia uma estampa dos tristemente célebres fuzilamentos do quilômetro 65, na Revolução de 1893. Um dos companheiros da excursão demonstrou interesse em saber “o que era aquilo”, mas nessa hora não me senti com vocação para professor de História. Julguei mais oportuno (e sadio) saborear os camarões que nos eram servidos. Passamos em frente ao velho solar do Visconde de Nacar, talvez o mais belo edifício da velha cidade, que é terra de Basílio Itiberê, o compositor, e de Monsenhor Celso, grande figura da igreja no Paraná.

De Paranaguá, onde nada perdi — pois já a conhecia — mas perderam os companheiros de excursão que muito teriam aproveitado se visitassem o museu, instalado no velho colégio dos jesuítas (que me traz tão boas recordações de 1962), seguimos para Guaratuba e Caioba, a fim de transpor a baía pelo precaríssimo serviço de “ferry-boat”, do qual depende todo o tráfego da BR-101. Guaratuba deu-nos a impressão de uma cidade fantasma, pois totalmente deserta, devido ao frio e à chuva, contrastando tremendamente com o seu movimento no verão.

Como compensação por não termos feito o percurso ferroviário Curitiba/Paranaguá, nosso guia ofereceu-nos uma entrada (mas sem parada) em Joinville. Para mim, foi muito agradável rever a cidade, inegavelmente a mais limpa do Brasil. Joinville tem este nome por ter sido fundada numa gleba de terra doada por D. Pedro II ao Príncipe de Joinville, que se casou com a Princesa Dona Francisca, irmã do nosso segundo Imperador. No entanto, a informação de nossa guia foi completamente errada. Disse-nos ela que a doação fora feita por D. João VI, com cuja irmã Dona Carolina o Príncipe de Joinville era casado... Barba-

ridade ! Quanta ignorância ! Ao tempo de D. João VI provavelmente o Príncipe de Joinville nem fosse nascido... e D. João VI nunca teve irmã chamada Carolina... Aliás, para certificar-se da verdade, basta lembrar que o primitivo nome de Joinville era “Colônia Dona Francisca”... É duro para quem sabe um pouco de história e de geografia ouvir as bobagens dos guias e, por delicadeza, ter que ficar calado. Sendo domingo, o comércio, da linda cidade estava fechado e as ruas, devido ao frio, praticamente desertas. Mas todos tiveram excelente impressão da “Cidade dos Príncipes”.

Construiu-se um atalho permitindo ir a Blumenau sem passar por Itajaí, encurtando mais de quarenta quilômetros o percurso. E na bela cidade do vale do Itajaí chegamos cerca de 17 horas. Hospedamos-nos no Plaza Hering, excelente hotel, que ainda não conhecia. À noite, jantar no “Cavalinho Branco” restaurante que também ainda não conhecia, embora me lembrasse do prédio, pois nele funcionava, antes, creio que uma repartição pública.

Blumenau me traz também excelentes recordações, muitas delas avivadas por um passeio pela cidade na manhã do dia 20. Nossa guia cedeu lugar a um garoto, aliás muito bem informado sobre a história da cidade e com certo senso de humor. Contou-nos ele que pertence a uma organização chamada “Promenor”, que é algo parecido com a nossa Associação de Educação do Homem de Amanhã (a popular “Guardinha”), criada em Campinas pelo Ruy Rodriguez. Explicou-nos ele o processo de formação por que passam os que ingressam na Promenor, procurando habilitá-los para funções adequadas às suas idades: começam como gari, depois guardinha, “office boy” e finalmente guia turístico. Esta última habilitação naturalmente exige maiores conhecimentos, especialmente sobre a cidade. E pela amostra de nosso simpático e espirituoso guia, os resultados parecem satisfatórios. Só uma informação – das muitas que nos deu – não foi inteiramente correta: ao explicar que o apelido de “barriga verde” dado aos catarinenses surgiu na Guerra do Paraguai, quando os batalhões de Santa Catarina usavam um cinturão verde. A origem do nome está certa, mas só que não foi na Guerra do Paraguai. Foi muito antes. Deve ter sido na Campanha da Cisplatina ou mesmo nas lutas contra os espanhóis do Prata, em época anterior à própria Independência do Brasil. A verdade é que o chamado “Batalhão Barriga Verde”, comandado pelo Brigadeiro Silva Paes, foi extinto em 1832, portanto mais de trinta anos antes da Guerra do Paraguai. Agora, pode ser – dou a informação com reserva – que nesta guerra os batalhões catarinenses voltassem a ser chamados “barrigas verdes”. Mas a origem do nome é muito mais antiga. Aliás, não devo inculpar ao nosso guia (ou aos seus instrutores) a única responsabilidade pelo erro, pois

informação idêntica encontra-se em outros lugares, inclusive em alguns livros. E é um erro que, no cômputo final, não tem a menor importância, especialmente diante de tanta coisa certa que ele nos ensinou. Mas para um guia tão cioso de sua terra (como ele demonstrou ser) seria até motivo de orgulho saber que o apelido de “barriga verde” é bem mais antigo.

O simpático guia nos deixou na Igreja de São Paulo, o belo templo de Blumenau (mas muito frio...) que me traz boas recordações da primeira vez que o visitei. A igreja realmente é grandiosa. Foi construída como uma espécie de desafio, pois a região, devido à colonização alemã, possuía antigamente muito mais templos protestantes (da confissão luterana) do que católicos.

Esta é a quarta vez que visito Blumenau, guardando excelentes recordações das vezes anteriores. A primeira foi em 1940, quando se realizou em Florianópolis o congresso de Geografia, a que já me referi. Percorri, na ocasião, quase todo o vale do Itajaí, numa excursão dirigida pelo mestre Monbeig, hoje na França. Na época, a influência alemã era por demais acentuada. Basta dizer que o único jornal que se publicava na cidade era todo escrito em alemão. Lembro-me até de seu nome: “*Urwaldsbote*”, que quer dizer “O braço das selvas”. Conheci, na ocasião, o Dr. José Ferreira da Silva, prefeito da cidade e profundo conhecedor de seus problemas (aliás de toda a região) e mola apaziguadora do processo de nacionalização imposto pelo Estado Novo no início da Segunda Guerra Mundial. Processo necessário, mas conduzido de maneira pouco inteligente e que teria criado problemas seriíssimos não fora a “mola apaziguadora” do Dr. Ferreira da Silva. Impressionou-me não apenas Blumenau, mas todo o Vale do Itajaí, por ser uma região totalmente diferente do que conhecíamos no resto do Brasil: zona de pequenas propriedades, as casas coloniais, o nível dos colonos, seu espírito associativo através de sociedades recreativas, culturais, musicais, esportivas etc.; sua paisagem movimentada, dando a impressão da Europa central, pela sucessão freqüente dos mais variados aspectos humanos e econômicos; o Itajaí, navegado pelas suas inúmeras barcas, e muitas coisas mais.

Já da segunda visita, 25 anos depois, encontrei Blumenau bem descaracterizada. Mas esta segunda visita para mim foi bastante significativa, pois vim participar de outra reunião de geógrafos (um quarto de século depois da primeira) e tive a honra e a oportunidade de ser o orador oficial da sessão inaugural da reunião. Reencontrei o Dr. José Ferreira da Silva, o prefeito de 1940, agora diretor da Biblioteca Fritz Müller, e nesta qualidade muito me auxiliou nas pesquisas e trabalhos que precisei realizar na semana que aqui passei. Travei conhecimento

com a publicação **Blumenau em Cadernos**, da qual ele me ofereceu uma coleção quase completa e que tão útil me foi para minhas pesquisas sobre viajantes estrangeiros no Brasil. Dr. Ferreira da Silva, infelizmente não mais vive, pois faleceu, vítima de lamentável desastre de automóvel, há uns quatro ou cinco anos. Nessa segunda visita (1966) tive oportunidade de conhecer bem Blumenau, devido ao próprio trabalho de geografia urbana que precisei realizar para a reunião de geógrafos que nesta cidade teve sua sede.

O crescimento, infelizmente, implica um lamentável e irreversível processo de descaracterização. Meu bom amigo Raul de Andrada e Silva, há seis anos foi a Florianópolis participar de uma reunião de professores de História, e tirou um dia para conhecer Blumenau. Voltou decepcionado ! Nada mais encontrou daquilo de que tanto lhe falaram. Nossa guia informou-nos que o atual Prefeito está isentando de impostos as casas que forem construídas ou modificadas para o estilo alemão. E vi algumas: Pernambucanas, Bradesco e a própria Prefeitura. Mas não é o suficiente. A restauração das casas não faz voltar o espírito alemão. Este, independe de decretos do Prefeito.

Terceira etapa: Blumenau/Caldas da Imperatriz

Dia 21 de manhã deixamos a bela cidade do vale do Itajaí-Açu rumo ao litoral. Antes de alcançá-lo, passamos por Gaspar, mas não vimos sua bela igreja a não ser “de costas”, pois um problema de “mão” determinou que o ônibus, no sentido em que viajávamos, passasse atrás da igreja. Não houve problema, porque já a conhecia e era bem provável que àquela hora ela estivesse fechada. Em Itajaí, apenas uma volta de ônibus sem parar, mesmo porque chovia. Esta cidade, não posso dizer que a conheço, a não ser de passagem, mas sempre dela guardando boa impressão.

O que realmente me impressionou foi Camboriú, que alcançamos depois de passar pela praia das Cabeçadas. Aqui tenho necessariamente que me lembrar do Visconde de Taunay que considerava o litoral catarinense um dos mais belos do universo. Da primeira vez que por aqui estive, Camboriú não passava de uma modesta aldeia de pescadores. Vinte e cinco anos depois já encontrei um razoável aglomerado urbano, inclusive com alguns hotéis de bom nível. Ouvira dizer que a propaganda atraía para o belo local gente de toda parte, inclusive argentinos e uruguaios, condicionados pela mais desenfreada especulação imobiliária. Mas jamais imaginei chegasse ao ponto em que se encontra. A orla dá legítima impressão de Santos ou de Copacabana.

Parada (longa !) para compra na loja Moelmann e, depois, rumo a Florianópolis onde chegamos à hora do almoço. Parada rápida para uma visita à catedral e, a seguir, um passeio pela Lagoa da Conceição, onde almoçamos. Para a nossa guia, catedral só existe nas capitais. Foi esta a explicação que ela deu ao corrigir alguém que se referira à “catedral” de Blumenau... Santa ignorância !

Da primeira vez que estive em Florianópolis, ficaram-me algumas recordações indeléveis: a ponte Hercílio Luz (atualmente em reforma), a Catedral, o belo jardim central, o velho edifício do Instituto de Educação, onde se realizou o Congresso de Geografia de que vim participar; o histórico edifício cor-de-rosa do Palácio do Governo e mais algumas coisas. Ah ! ia-me esquecendo do monumento aos catarinenses que participaram da Guerra do Paraguai, mandado erigir pelo Visconde de Taunay ou, pelo menos, concluído por ele. Quase quarenta anos fiquei sem rever Florianópolis, embora, de passagem para o Rio Grande do Sul, descesse muitas vezes em seu aeroporto. Em 1977, quando aqui vim para o IX Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, encontrei, é claro, outra cidade, mas os velhos pontos de referência de 1940 ainda os encontrei. Só que construíram uma nova ponte, aliás muito bonita, o jardim foi bastante modificado, a área urbana, como é natural, consideravelmente aumentada, a cidade encheu-se de calçadas etc. E ainda com uma boa infra-estrutura hoteleira, que absolutamente não havia em 1940. Nossa guia contou-nos razoavelmente a história da cidade, não omitindo nem o episódio da morte de Francisco Dias Velho, o fundador da antiga Desterro, que a República batizou de Florianópolis, em homenagem ao consolidador do regime republicano.

No passeio à Lagoa da Conceição fiquei a imaginar onde morará o Uacury Assis Bastos, meu antigo colega da Universidade de São Paulo e que se desterrou para este lugar assim que se aposentou. Na Lagoa, tudo muito precário, a começar pelos restaurantes. Aliás, a cidade também é carente deles. Pelo menos era em 1977. Mantenho bom relacionamento com pessoas e entidades na capital catarinense: a Universidade Federal, o Instituto Histórico (do qual sou membro correspondente), a Academia de Letras. Esta revista tem boa penetração tanto na capital, como no interior. Todavia, nenhum desses meus amigos, nem de longe, há de suspeitar que hoje estou passando por aqui. Depois do almoço (muito ruim) rumamos para Caldas da Imperatriz, não só iniciando o único trecho da viagem que ainda não conhecia, como propiciando o contato com o que mais me interessava conhecer. Às Caldas chegamos cerca de quatro horas da tarde.

Quando ainda menino de ginásio, li pela primeira vez as *Paisagens Brasileiras*, do Visconde de Taunay (reunião de escritos sobre Santa

Catarina e Paraná, as duas províncias que o grande brasileiro presidiu no tempo do Império), interessou-me particularmente o capítulo sobre as Caldas da Imperatriz. E como tudo o que se referia ao Visconde de Taunay, tanto sua pessoa, como suas obras, era sempre muito prezado em minha família, ficou-me a imagem do local, que sempre desejei conhecer, e que Taunay parece ter sido o primeiro ou um dos primeiros a descrever. Só a realização deste desejo compensou a excursão que estamos fazendo.

Taunay foi presidente de Santa Catarina em 1876 e embora as velhas "Caldas" de Santo Amaro, batizadas "da Imperatriz" depois que Dona Teresa Cristina contribuiu com quatrocentos mil réis (quantia enorme para a época) para a construção do primitivo balneário, fossem conhecidas desde 1813, foi só após a imperial visita de 1845 que se tornaram famosas. Ao tempo de Taunay, ao que se deduz de seus escritos, já estavam um tanto abandonadas e o seu estudo, publicado pela primeira vez em 1879, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, teve mesmo o objetivo de chamar a atenção para estas salutares águas. Quando, em 1977, colhia material para o meu livro *Páginas Catarinenses*, no qual transcrevi boa parte do que Taunay escrevera sobre as famosas Caldas, nem podia imaginar estivesse tão perto o dia em que viria a conhecê-las. De fato, Santo Amaro e as vizinhas Caldas da Imperatriz, embora pertíssimo de Florianópolis, ficavam completamente à margem de qualquer programa turístico que visasse ao Sul do Brasil. Eu mesmo, viajando tantas vezes pela região, jamais tive oportunidade de visitar o maravilhoso local. Foi só depois das termas dotadas de excelente infra-estrutura hoteleira que as viagens se tornaram possíveis.

Caldas superou minha expectativa. Tanto que tenho vontade de, numa oportunidade qualquer, passar uns dias aqui. O hotel (da linha Plaza) é magnífico, nada deixando a desejar, inclusive com a acomodações para banhos termais nos próprios apartamentos. É tudo, no dia e meio que aqui passamos, transcorreu como no melhor dos mundos. Visitamos o velho balneário construído com o donativo de Dona Teresa Cristina e no qual se lê a placa comemorativa da luta contra os indígenas que em 1813 atacaram a paliçada que fora edificada para defender as termas. Com toda a motivação, sentimental sobretudo, que trouxe para esta visita, é fácil perceber o quanto de emoção deixei transparecer aos meus companheiros de viagem, naquele maravilhoso contato com a natureza e tendo sempre em mente a evocação do que, sobre o local, escreveu o grande autor de *Inocência*.

Quarta etapa: Caldas da Imperatriz/Porto Alegre

Dia 23 continuamos nossa viagem para o Sul, num trecho (até Torres) que ainda não conhecia. Com a BR-101 tem-se a vantagem

de quase não precisar repetir caminho na viagem para o Rio Grande do Sul, pois esta rodovia, aliás excelente, faz o percurso pelo litoral, passando (mas sem entrar) em Laguna, Criciúma e Tubarão. Senti não ter tido oportunidade de entrar em Laguna, cidade que me lembra pelo menos quatro coisas, todas elas muito significativas para um professor de História: o ponto extremo meridional alcançado pela expansão paulista no século XVII; uma das entradas da expansão pastoril no Brasil meridional; a terra de Anita Garibaldi e a República Juliana, de tão pouca duração, mas importante como episódio da Revolução Farroupilha. Mas nada disto pude sentir, a não ser a distância. Tubarão me fez lembrar a calamidade de uns seis ou sete anos atrás, quando o Brasil todo acorreu em sua defesa, em face da terrível enchente de que a cidade foi vítima.

À hora do almoço alcançamos Torres, primeira cidade gaúcha, bem na divisa com Santa Catarina. Famosa pelas suas falésias e pelas suas praias, nada pudemos ver por causa do frio e da chuva. Do alto do morro do Farol, onde almoçamos, nossa guia quis que tivéssemos um panorama da cidade, mas ninguém se animou a sair do ônibus, a não ser na porta do restaurante. Terminado o almoço, prosseguimos viagem para Porto Alegre, onde chegamos cerca de cinco horas da tarde. A partir de Osório, a estrada tem pista dupla, que os gaúchos chamam de "free-way". Interessaram a todos os excursionistas as belas lagoas do litoral rio-grandense: Itapeva, Quadros, Barros.

Em Porto Alegre, hospedamo-nos no Plaza São Rafael (da mesma linha dos de Caldas e de Blumenau), que ainda não conhecia. Excelente. À noite choveu, o que não nos impediu, contudo, de ir a uma churrascaria da Avenida Assis Brasil. Por sinal que muito ruim, numa incrível descaracterização daquilo que é verdadeiramente gaúcho. Daqui a pouco, no rumo em que andam as coisas, não sei aonde se precisará ir para encontrar o que é legítimo.

O dia seguinte foi todo dedicado a Porto Alegre. Mais ou menos preso à excursão, não tive oportunidade de contato com os bons amigos e colegas que aqui possuo. Um passeio pela cidade, no período da manhã, me fez recordar a bela cidade: Palácio Piratini, Catedral, monumento a Júlio de Castilhos e o percurso pelos arrabaldes, que já fiz muitas vezes, mas que sempre me agrada. Nossa guia (da cidade de Porto Alegre) era muito versada na história porto-alegrense e gaúcha em geral. A interpretação positivista que nos apresentou do monumento a Júlio de Castilhos foi qualquer coisa de notável. Uma lição de história no bronze... Sensibilizou-me — e muito! — numa das ruas por que passamos (cujo nome no momento não lembro) o "Lar Otília Chaves", que me fez evocar grandes momentos de minha mocidade, quando morava em Juiz de Fora. Dona Otília é esposa do Rev. Derly Chaves, pastor metodista e meu

professor de ginásio, no Granbery. Há muitos anos que não os vejo nem deles tenho notícia, embora saiba que moram em Porto Alegre. A evocação de seu nome num orfanato ou creche (não percebi bem o que é) causou-me grande emoção, levando-me às lágrimas, o que foi notado por quase todos os companheiros de excursão.*

A tarde foi livre e eu a aproveitei para um rápido passeio pelo centro e compra de alguns livros. Não visitando Porto Alegre há mais de dez anos (embora tenha vindo ao Rio Grande do Sul) não pude deixar de notar grandes transformações... para pior. Triste sina das cidades brasileiras, cada vez mais descaracterizadas pelo crescimento, a que ironicamente chamam de "progresso". A grande Livraria do Globo (que me traz tantas recordações) praticamente desapareceu. Quantas e quantas vezes à sua porta parei, para integrar grupinhos de professores e escritores, a começar pelo saudoso Erico Veríssimo. Para mim, é difícil imaginar Porto Alegre sem ele. No Lima e na Sulina comprei alguns livros que vi anunciados no "Correio do Povo"; entre eles as "**Memórias de um imigrante boêmio**", que me interessa particularmente.** Tal como em Florianópolis, senti não ter oportunidade de algum contato com os bons amigos e colegas que aqui vivem. Isto ficará para outra ocasião em que puder vir apenas a Porto Alegre e sem estar vinculado e alguma excursão. Aliás, creio que esta oportunidade não poderá demorar muito, pois os gaúchos fizeram-me a honra de me eleger para a Academia Sul-Riograndense de Letras, e eu deverei tomar posse. Mas certamente só para o próximo ano.

Porto Alegre e o Rio Grande em geral me trazem excelentes recordações. Foi no Rio Grande, lá na longínqua Uruguaiana, que comecei minha vida de professor há quase meio século. E sempre me senti muito vinculado a este Estado, apreciando sobretudo sua cultura e particularmente seu folclore. Os gaúchos, em matéria de regionalismo (tomada aqui esta palavra não como animosidade para com outras regiões do País, mas como interesse pelo seu próprio Estado), podem-nos dar excelentes lições. Mas, como já escrevi, temo muito pela descaracterização de tudo isso, especialmente pela massificação da cultura imposta pela televisão e pela sociedade de consumo. Porto Alegre está-se tornando uma cidade igual-

(*) A Professora Otília de Oliveira Chaves, aqui evocada, veio a falecer no dia 18 de abril do corrente ano. Em sua memória, o autor destas notas publicou no **Correio Popular**, de Campinas (11 de maio) o pequeno artigo **Itinerário de uma vida**, transcrito em o último número desta revista. O Lar Otília Chaves, aqui mencionado e entrevistado pelo excursionista, fica à Avenida Cavallhada, e constitui uma das muitas instituições de assistência social mantidas pela Igreja Metodista no Rio Grande do Sul.

(**) Trata-se de um interessante relato do imigrante Josef Uman, traduzido pela Professora Hilda Agnes Hübner Flores e editado pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre. Sobre ele, esta revista publicou importante matéria em seu número 104, de 1981.

zinha a qualquer outra cidade grande do Brasil. Mesmo caso de Curitiba, de Belo Horizonte, de Recife, e de outras cidades que ainda conheci antes da massificação. Receio que com o tempo até os CTGs acabem desaparecendo e, com eles, toda a cultura de "folk" que tão bem caracteriza o Rio Grande do Sul. Ou que fiquem reduzidos às cidades menores: Pelotas, Bagé, Santa Maria, Santo Ângelo, e a região das Missões em geral. Costumo dizer que quem quiser conhecer o Rio Grande do Sul não deve vir a Porto Alegre: deve ir ou à Serra ou à Campanha.

Quinta etapa: Porto Alegre/Canela

Dia 25, cedo, partimos para a Serra, num percurso que me é muito familiar: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Gramado e Canela. São Leopoldo, onde tenho bom relacionamento com a Unisinós, me faz recordar o "rio que imita o Reno", do romance famoso de Viana Moog, outro bom amigo gaúcho. Fiquei sabendo, pela guia de Porto Alegre, que um incêndio, na semana passada, destruiu boa parte dos edifícios da universidade jesuítica de São Leopoldo. Que lástima! Em Novo Hamburgo, as indefectíveis compras de calçados, dando tempo, contudo, de chegarmos a Gramado para o almoço, aliás magnífico, no Steinhaus. Apenas nos aborreceu a chuva. Quem conhece Gramado da época do verão, dificilmente a aceita como a encontramos hoje. A eterna mania das compras... na qual gastamos quase toda a tarde, chegando a Canela já ao anoitecer. Hospedagem no Lage de Pedra, que ainda não conhecia. Muito bom.

Dia 26 todo dedicado a Canela e a Gramado. Manhã livre para passeios pelos arredores do hotel, belíssimos; almoço no Serra Azul, visita ao Lago Negro, depois ao Caracol e à noite um decepcionante café colonial. Tudo turistizado. A Igreja de Canela é dedicada a Nossa Senhora de Lourdes e na praça fronteira erigiram um marco comemorativo do biênio do centenário (1974/5) da imigração italiana.

Gramado também me traz excelentes recordações. Vi a casa de Mr. Fox ocupada por um profissional, dentista ou médico. Que terá sido feito dele? Viverá ainda? Bem que gostaria de saber. Mr. Fox foi durante anos e anos diretor ou gerente (não sei bem como é que se diz) da Mala Real Inglesa, a famosa companhia de navegação. Ao aposentar-se, escolheu Gramado para seu fim de vida (como ele dizia). Mas terá terminado aqui mesmo sua vida ou terá se retirado para sua pátria? A única pessoa a quem fiz esta pergunta não soube me responder.

Sexta etapa: Canela/Caxias

O antepenúltimo dia de nossa excursão não foi bem planejado. Perdemos a manhã no hotel de Canela quando poderíamos ter seguido logo cedo para Caxias e aí passado o dia. Mas, tal como foi executado, almoçamos no Hotel Serrano, de Gramado, e só depois foi que seguimos para Caxias. Desta cidade não vimos nada, a não ser a Igreja de São Pelegrino, com os magníficos painéis de Locatelli. Este homem, figura curiosa de artista italiano, vinculou seu nome ao Rio Grande do Sul não apenas através desta igreja, inegavelmente sua obra-prima, mas também de realizações em Porto Alegre, como vimos, por exemplo, no Palácio Piratini: o teto do salão nobre (imitação do salão dos Espelhos, de Versalhes) com pinturas inspiradas na estória do Negrinho do Pastoreio, e no salão de audiências, com um quadro sintetizando a história do Rio Grande do Sul.

Gostaria de ter estado mais tempo em Caxias, que também me traz boas recordações, pois aqui possui um bom relacionamento com o pessoal da Universidade local. E por estes dias deverá sair no “Correio Popular”, de Campinas (se é que já não saiu) um artigo meu sugerido por notícia que recebi desta cidade, referente ao aproveitamento do edifício de um antigo hospital para nele se instalar o museu e o arquivo da cidade e mais algo semelhante ao centro de documentação e pesquisa, que vivo sugerindo para Campinas. Houvesse oportunidade, gostaria de ter entrado em contato com as pessoas responsáveis por este trabalho em Caxias.*

À noite fomos a uma churrascaria – Gianella – onde assistimos a um excelente “show” do folclore gaúcho, já um tanto turistizado, mas em todo o caso com boa dose de autenticidade. Para quem, como eu, conhece o trabalho dos CTGs, não foi novidade, mas sim o foi para todos os outros de nosso grupo.

Caxias, a exemplo de todas as outras cidades, passou por enorme surto de crescimento, com a mania dos “arranha-céus”, inclusive ganhando-se de ser a cidade de interior, de todo o Brasil, que possui o edifício mais alto, com trinta andares. Prá quê ?

Todos os companheiros apreciaram, na saída, o monumento ao colono, com os lindos e expressivos versos de Cassiano Ricardo. Vale a pena visitar Caxias em época que coincida ou com a festa do vinho ou com a festa do colono, duas coisas – vinho e colono – sempre

(*) O artigo aqui mencionado já havia sido, efetivamente, publicado no *Correio Popular*, de Campinas, em 10 de julho do mesmo ano, com o título *Animador exemplo que nos vem do Sul*, transcrito em o número 104 desta revista.

associadas nesta terra que procura não esquecer seu passado, especialmente suas origens. Aliás, isto ocorre em todas as áreas de colonização do Rio Grande do Sul, tanto nas de origem alemã, como nas de origem italiana. A presença do colono e de seus descendentes é sempre uma constante. Espera-se, apenas, que com o tempo isto não se descaracterize, como aconteceu, por exemplo, em São Paulo, que, tanto quanto o Rio Grande do Sul, teria razões de sobra para evocar o colono, mas aonde a descaracterização foi completa. Cassiano Ricardo não era gaúcho e nem de origem italiana. Era paulista do vale do Paraíba e descendente de velhos troncos bandeirantes. Mas soube sentir, como ninguém, o espírito que anima os riograndeses nesta sua exaltação do colono. Não foi atoa que, com tanto poeta gaúcho, foram pedir a um paulista que escrevesse os versos para o monumento.

Sétima etapa: Caxias/Curitiba

Embora já tenha feito não sei quantas vezes este percurso, não deixo de me extasiar com a beleza do vale do rio das Antas, cada vez que por ele passo. A própria guia, em geral pouco sensível (como todos os guias) ao que há de bonito nos itinerários, chamou a atenção dos nossos companheiros, e não houve quem deixasse de admirar o panorama, talvez o mais belo que possa haver no Brasil. Não houve necessidade de passar por Lajes, o que me aborreceu, pois gostaria de rever esta cidade, que também me traz boas recordações. Fundação paulista da época da expansão pastoril, era sempre um exemplo que não deixava de citar aos meus alunos, quando lecionava História do Brasil, como uma das marcas definitivas do tradicional caminho de tropas para o Rio Grande. Lembrome numa frase de meu colega Eduardo França, da Universidade de São Paulo, depois de avistar pela primeira vez os "Campos da Vacaria": "agora entendo porque os paulistas vinham tão longe buscar o gado". E Lajes, situada em plena serra, fixou-se como uma espécie de nó de comunicações nesta expansão pastoril, daqui tomando o gado as duas direções principais: para São Paulo e para o sul de Mato Grosso, onde os campos também se tornaram conhecidos por "Vacaria". E a rota paulista, sobre a qual ainda há pouco escrevi, a pedido do Leite Cordeiro para comentar um "roteiro" por ele descoberto não sei onde, mas que me pareceu extremamente significativo como documento de uma fase da expansão paulista: intitula-se meu trabalho **De São Paulo para o Viamão** e está publicado num dos últimos números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (vol. 75, de 1979).

Não passando por Lajes, o ponto de almoço foi no trevo de Curitibaanos, o que nos permitiu chegar a Curitiba ao entardecer.

Última etapa: Curitiba/São Paulo

Antes de deixar o hotel de Curitiba (o mesmo Araucária), tivemos oportunidade de ver, pela TV, boa parte do casamento do Príncipe Charles, da Inglaterra, que começou a ser transmitido pela Globo às seis horas da manhã. Realmente, muita "Pomp and Circunstance", como seria de se esperar na família real inglesa. Três momentos tocaram-me muito: a entrada da noiva, ao som da "Voluntary Trumpet", de Jeremiah Clarke; a leitura, pelo presidente da Câmara dos Comuns, do capítulo 13 da primeira epístola de São Paulo aos Coríntios; e o momento em que foi entoado o "God Save the King". Mas o horário da partida pôs fim (para nós) à bela festa.

Não sei porque não concluem de vez a estrada para São Paulo via Itararé para que se não precise repetir o caminho de regresso à capital paulista. E pelo que consta, resta um pequenino trecho, já possível de ser usado, mas em condições não de todo satisfatórias. Assim, não nos restou senão o retorno pela cansativa BR-116, da qual já me ocupei no primeiro dia da excursão.

*

INTERPRETAÇÕES DA AMÉRICA LATINA

José Guilherme Merquior

Numa primeira fase, o ensaísmo de autoconhecimento na América Latina foi assoberbado pela noção do “continente enfermo”. E o nome da moléstia, todos o sabiam: a mestiçagem, a “impureza” racial. O ensaio Belle Époque repetia à saciedade esse chavão. Medusados pela idéia da subsistência dos “estigmas das raças inferiores”, quantos se debruçavam sobre nossas realidades nacionais repercutiam esse estribilho, de que talvez o boliviano Alcides Arguedas, autor de **Pueblo Enfermo** (1909), seja o mais acabado representante. O darwinismo social argentino – conservador, num Carlos Bunge; de esquerda, num Ingenieros, tão lido no Brasil de então – reforçou essa óptica racial de base cientificista, porém nada científica, sem esquecer de estendê-la ao entendimento da problemática política do Continente. Assim, Bunge (**Nuestra América**, 1903) fazia da infausta mestiçagem a razão da “cacicabilidade” dos povos ibero-americanos: de sua crônica pensão ao caudilhismo.

O tom geral dessa antropologia arquiárbitrária calcada no racismo de Gobineau, Vacher de Lapouge, Chamberlain e Le Bon era um tremendo pessimismo geográfico. Digo geográfico para não confundir com **Kulturpessimismus** europeu da época, aquela grande visão da decadência que vai de Schopenhauer a Spengler, passando por Taine e Bruckhardt – pois, por um lado, esse europessimismo nem sempre era racial, mas como em Schopenhauer ou Burckhardt, metafísico; e, por outro lado, nosso pessimismo **criollo** de hábito não abrangia, precisamente, a civilização ou todo o Ocidente, mas apenas a sua porção americana, do México para baixo. O Continente é que era enfermo, não o mundo – o que permitia aos Ingenieros professarem todo um otimismo político-social ao nível de sua concepção global da História. Um bom equivalente, entre os nossos ensaístas, seria Sílvio Romero. Ou, mais à esquerda, Euclides da Cunha.

É verdade que, em Euclides – sobretudo no Euclides de **Constrastes e Confrontos** – os pressupostos racistas, de qualquer modo consideravelmente atenuados no tocante ao índio, cedem muita vez o passo a diagnósticos de cunho puramente histórico, de foco realisticamente econômico e tecnológico. Mas também é certo que, no Brasil do início do século, os verdadeiros demolidores do mito ariano se chamaram Manuel Bonfim (1868/1932) e Alberto Torres (1865/1917). Bonfim sintetizou os “males de origem” da América Latina no “parasitismo das metrópoles”, noção, sem dúvida, tão organicista quanto a sociologia mitológica

dos teóricos racistas, mas com a inegável vantagem de substituir os palpites sobre raça pela conservação crítica da vida nacional. Esta lhe parecia estigmatizada pelo legado de “um mundo de escravos” explorado por um “mundo de ignorantes” (cf. *A América Latina: Males de Origem*, 1903). Fustigando o nosso verbalismo, o nosso jurisdicismo e as nossas monoculturas, esse esculápio sergipano (*bête noire* de seu conterrâneo Sílvio Romero) representou, no proto-socialismo brasileiro, a sua libertação dos preconceitos raciais, ainda incompleta no jacobinismo de Euclides. Quanto a Alberto Torres, recorreu a Franz Boas, nos artigos de *O Problema Nacional Brasileiro* (1914), para desacreditar os ideólogos arianistas — ao mesmo Boas que, em Colúmbia, deixaria sua marca na formação do anti-racismo de Gilberto Freyre.

Significativamente, este seria o aspecto do “nacionalismo sociológico” de Alberto Torres, que seu maior discípulo, Oliveira Viana, não retomou. Pelo contrário: para o autor da *Evolução do Povo Brasileiro* (1924), até os “mulatos superiores”, como ele próprio, só escapavam à miséria racial enquanto herdeiros da “raça nobre”; nunca em sua qualidade de mestiços. De modo que o “nacionalismo sociológico” da escola fluminense voltava, com Oliveira Viana, às matrizes do determinismo racista — *pace* Wilson Martins (cf. *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI) — e era como tal um regresso teórico que merecia de sobra as refutações de um Gilberto Freyre e um Sérgio Buarque de Holanda.

Cada um a seu modo, e embora com manifestas limitações e unilateralismos, Manuel Bonfim e Alberto Torres apontavam a única saída para a latino-americanologia racista: a História social, isto é, a História sociologizada, que eles não chegaram a fazer, mas não deixaram de preparar. Não é por acaso que o conceito bonfiniano de país “parasitado” possui mais de uma afinidade com a idéia de “nação acidental” do direitista Alberto Torres.

Na vizinha América Hispânica, a mesma superação do pessimismo continental ganharia uma forma bem diferente. Lá, o livro-chave do troco dado à ideologia do “continente enfermo” seria o *Ariel* (1900) de José Enrique Rodó. Bíblia do americanismo humanístico, *Ariel* declara, ou melhor declama a supremacia da espiritualidade estética dos latinos sobre os tosco utilitarismo anglo-saxão (o “anglo materialismo” de Spengler). Isso, em meio a pelo menos duas ironias. Para começar, a de insistir no chavão do utilitarismo ianque na hora mesma em que um Veblen detectava, nas elites do Atlântico Norte, uma classe de lazer, voltada para o consumismo ostensivo e a competição pelo *status*, como qualquer aristocracia versalhesca... Em seguida, a ironia do “democrata” Rodó se sair, no fundo,

mais elitista que seu modelo, Renan. Com efeito, no “drama filosófico” **Caliban** (1878), escrito no verão de 1877, que assistira ao conflito entre a Assembléia e Mac-Mahon, Renan, o velho cético, reconheceu que o governo da plebe era um mal menor, certamente preferível ao autoritarismo da reação. Sem voltar ao seu antigo entusiasmo populista, o ex **quarantehuitard** se reconciliava assim com o princípio democrático, e abençoava em nome do espírito a república enfim consolidada. Ora, Rodó tomará o caminho oposto. Sabe que é inútil rebelar-se contra a maré vital da democracia, **forma mentis** da política novecentista; mas põe todo o seu cuidado em subjugar Caliban e Ariel, o “número” à “qualidade”, a plebe ignara a uma aristocracia do intelecto... O arielismo é um elitismo político-cultural, e não admira que Rodó termine entrando em choque com a mais séria experiência democrático-reformista da América Latina do seu tempo: a social-democracia de Battle. Tal foi o preço pago pela revolta “neo-idealista” (o termo é de Rodó) do “modernismo” hispânico (e na realidade hispano-americano, já que liderado pelos Dario e Rodó) contra os cientificismos precedentes: o abandono da perspectiva social, que Ingenieros, ou o nosso Euclides, havia sabido encarnar tão bem; e de cambulhada, a substituição da promessa de uma sociologia por uma mera coleção de clichês humanísticos.

Em última análise, não foi o arielismo — irritante na sua oca pompa verbal de parnasianismo epigônico, insuportavelmente afetado e alienado à luz das crises e traumas da Grande Guerra, do pós-guerra e da década de 30 — que livrou a consciência latino-americana do seu complexo de inferioridade regional. Foi antes uma filosofia bem anti-Belle Époque: o pensamento de Ortega y Gasset.

Embora festejadíssimo do México à Argentina (e com não poucos idólatras no Brasil), Ortega tratou a América com singular desprezo. Numa conferência dos anos vinte, **Hegel y América**, ele tentou uma reprise da oposição hegeliana entre história e natureza. O estado autêntico é apanágio dos “povos históricos”, nações de densa população e cultura. Países e continentes há, no entanto, que vivem na natureza e não na história; no reino da repetição, sem conhecer o processo, a odisséia do Espírito... E a América, como em Hegel, é uma terra natural e não propriamente histórica.

Com isso o filósofo que escreveu “o homem não tem natureza, só tem história negou às Américas a dignidade do ser histórico; e na verdade — como, depois dele, um Adorno — manifestou para com o Ocidente deste lado do Atlântico toda a sorte de antipático preconceito. Germán Arciniegas não estava sendo injusto ao censurá-lo por não ter sabido perceber a vontade de democracia na América Latina. Mas convenhamos que não era fácil, quando se casa a denúncia da “rebelião das

massas” com a idéia de que a América só tem natureza e não história... Em Ortega, o horror à “aristofobia” descaía muitas vezes em pura e injustificada demofobia.

Todavia, o mesmo Ortega formulara a teoria da circunstância. Teoria de endereço nitidamente antideterminista, tanto que filósofos como o mexicano Samuel Ramos e o argentino Francisco Romero a julgariam afim do personalismo de Scheler. E dentro da respectiva circunstância, cada região do universo (e portanto, cada país latino-americano) tinha pleno direito a sua peculiaridade histórica, a seu modo diferente do ser, a seu destino de personalidade coletiva. Desse modo, o **perspectivismo** de Ortega (que é, no fundo, aquilo em que consiste a sua noção de circunstância) acabaria recebendo dos pensadores latino-americanos uma interpretação ecumênica e — a nível internacional — igualitarista, bastante alheia às fontes sabidamente nietzscheanas do próprio perspectivismo. Em síntese, o orteguianismo legitimava, para além da visão pejorativa do próprio Ortega, as Américas e, dentro delas, a condição ibérica, sem necessidade de apelo (como no caso de Rodó) à fachada frágil e postiça do humanismo “helênico” e da “espiritualidade latina”.

O circunstancialismo orteguiano instigou o Haya de la Torre de **Espacio-tiempo histórico** (1948) a **relativizar** o marxismo, aplicando-o, original e criadoramente, à América Latina. A inversão genial a que o fundador do aprismo submeteu a doutrina leninista do imperialismo: a idéia do fenômeno imperialista como **primeira** etapa do capitalismo em regiões coloniais subdesenvolvidas, poderia a meu ver fecundar toda uma série de estudos histórico-econômicos; e talvez só não o tenha feito porque a crônica alienação das intelectualidades do Continente, e sua constante macaqueação de dogmas radicais europeus, as levou a recitar Lenin em vez de aproveitar os **insights** marxistas com genuíno espírito crítico.

No fundo, o orteguianismo só fazia fornecer algum pouco incentivo aos pensadores latino-americanos em revolta contra o negativismo das interpretações deterministas. No mais, seria difícil extrair uma americanologia positiva de um pensamento que só tematizara as Américas de maneira ocasional e, conforme se viu, pejorativa. Por isso, o verdadeiro repto ao pessimismo racista veio de outra banda: do americanismo **inaigenista** de José Vasconcelos, perto do qual o verboso americanismo do arielismo empalidecia em toda a sua artificialidade.

De fato, é com a **Raza Cósmica** (1926) de Vasconcelos que se consuma a antítese do racismo pessimista dos Bunge, Argueda e **tutti quanti**. Só agora, em vez da raça pura, finalmente se enaltecia a mestiçagem; e do pessimismo quanto à América morena passava-se à exaltação messiânica do seu futuro. Mas se, por aí, o americanismo punha os pés

na terra, e de “helênico” (como em Rodó) virava “anteico” e ctônico, nativista e telúrico, nem por isso deixava de se manter num plano eminentemente mais retórico que cognitivo. A retórica da “raça cósmica” era muito diferente da arielista, mas permanecia uma senhora retórica: muito mais exortação que análise. Daí Vasconcelos, como intérprete da realidade latino-americana, contar bem pouco — quase tão pouco quanto Rodó.

Quer dizer do telurismo platino — o de Martínez Estrada e sua *Radiografía de la Pampa* (1933)? Aqui o antiarielismo é total. Por outro lado, porém, dá-se um regresso ao pessimismo. Martínez Estrada é um caso curioso. Até ele, o irracionalismo (o mundo de Nietzsche e Bergson, que o renaniano Rodó ainda ignorava) agira, no pensamento latino-americano, como fermento da reação contra o que chamei de pessimismo geográfico. Como os pessimistas haviam sido cientificistas, seus refutadores se fizeram anticientificistas “with a vengeance”: aderiram aos grandes credos **misológicos**, anti-racionalistas, de 1900. O bergsoniano Vasconcelos é um ótimo exemplo. E outro é o estranho marxista peruano Mariátegui (*Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, 1928), que proclamava a necessidade de substituir as exaustivas mitologias indígenas por mitos revolucionários de tipo soreliano. Desse modo, Bergson e Sorel (este, aliás, bastante impregnado daquele) serviam de suporte à renascença do otimismo (em versão messiânica) no espírito americanista. Nada mais longe do pensamento de Martínez Estrada. Ninguém mais convictamente irracionalista — mas neste caso o irracionalismo, tão misológico quanto o de Unamuno, atuou como reforço, e não como negação, do pessimismo quanto ao futuro da Hispano-América, e da Argentina em particular. Pois é em Martínez Estrada que o pessimismo latino-americano se liberta definitivamente da obsessão racial para se transfigurar em pura visão apocalíptica, surpreendentemente próxima do catastrofismo contemporâneo (pense-se, por exemplo, na primeira escola de Frankfurt).

A demonização da cidade em Martínez Estrada, o seu virulento antiurbanismo de portenho rebelado contra a macrocefalia argentina, converteu sua mística do agro numa apaixonada crítica da modernidade. E assim, Martínez Estrada, com todo o seu telurismo, terminou ficando menos perto do messiânico Vasconcelos do que de Octavio Paz — o mais consistente profeta da anti-história no ensaio latino-americano; profeta da anti-história e denunciador quase adorniano da razão e do progresso. O que talvez explique, em parte, a convergência entre Martínez Estrada e Paz no tocante a um dos maiores e mais significativos veios míticos na mentalidade hispano-americana: o **tema da violação**. Não se pode negar a semelhança entre a angústia do gaúcho bastardo de Martínez Estrada e o

terrível complexo dos “filhos da Malinche” no **Labirinto de la Soledad** (1950) de Paz. Em ambos, pulsa a idéia da Conquista, como um trauma, um estupro, violação de uma prístina pureza. Em ambos há uma **recusa da história**, um catastrofismo tão retro quanto prospectivo.

No entanto... não serão esses diagnósticos traumáticos avaliações profundamente **inobjetivas** da aventura histórica de nossos povos ? Não serão essas — malgrado o prestígio que lhes empresta certa ideologia contemporânea, da **Kulturkritik** neomarxista àqueles que, como Foucault, Deleuze ou Derrida, caricaturam a civilização moderna, apresentando-a como teatro de exclusões ou repressões — interpretações demasiadamente unilaterais da evolução e da situação latino-americana ?

Em particular, não se tratará de perspectivas enfeudadas a premissas epistemológicas extremamente discutíveis ? Borges costuma protestar contra o “baixo romantismo” da primeira parte do nosso século, contra a maré das dogmáticas representadas pela vulgata marxista, pelos fascismos e pela superstição das seitas psicanalísticas. Ora, a veemência do irracionalismo dos Martínez Estrada e Octavio Paz (como, entre a deles, a de Bataille, santo padroeiro da filosofia germanopratina pós-sartreana) está na razão direta do seu endosso acríptico de postulados sul-românticos. Não posso fazer aqui nenhuma psicossociologia do conhecimento; não quero indagar das motivações que induziram o postalista angustiado Ezequiel Martínez Estrada ou o bibliotecário Georges Bataille à revolta pequeno-burguesa contra a razão ocidental e seus frutos históricos. Basta salientar que esses sobressaltos irracionalistas se inscrevem na **patologia do humanismo** — no perverso e já longo processo pelo qual a intelectualidade do tipo humanístico passou a agredir a ciência e o progresso em nome das mais dúbias defesas do “humano”. Ao contrário do humanismo clássico do início dos tempos modernos, o humanismo renascentista, barroco e iluminista, que era substancialmente simpático e **inclusivo** em relação aos novos saberes e técnicas, o humanismo contemporâneo é francamente **excludente**, recusador do seu próprio ambiente histórico-social.

Essa esclerose do humanismo, antes do fim da última guerra, era compreensível. Na época, era difícil manter a fé no universalismo da razão ocidental. Martínez Estrada, por exemplo, comentava sardônico, que, em vez do mundo cumprir a profecia segundo a qual o século XX seria o século da América do Sul, era a Europa que se sul-americanizava... Mas hoje, depois da derrota dos fascismos e do descrédito moral e intelectual do socialismo de estado, não vejo razão para os intelectuais se desiludirem tanto da razão crítica, a ponto de pretenderem dissociar completamente a crítica do racionalismo e da crença razoável no progresso. Que estranho “humanismo”, o nosso, que se faz cada dia mais catastrofista e mais rejeicionista ! ...

Permitiremos que o conceito de América Latina seja ditado por semelhante **ressentimento** histórico? Daremos razão aos martinezestradiano Héctor Murena (*El Pecado Original da América*, 1958), definindo nossa cultura pelo seu *pretensamente* entranhado “vácuo existencial”?... buscaremos nossa americanidade numa náusea coletiva, na vertigem de um nada íntimo, em que o que ainda era, para o antisarmenismo do nietzscheano Martínez Estrada, a força vital da barbárie, se transforma numa arte pela arte do niilismo histórico, negativismo completo a pretexto de “autenticidade”? Ou preferiremos retomar, a meio século de distância, a sóbria lucidez do venezuelano Mariano Picón Salas (*Hispano-América, posición crítica*, 1931), que tinha o bom-gosto de ser antiarielista sem ser euróforo, e não se envergonhava de conhecer a América Latina como uma “modalidade do Ocidente”?

Em ampla medida, a resposta já estava dada — no que concerne ao Brasil — pelo coetâneo de Picón Salas que se chama Gilberto Freyre. E resposta materializada, além do plano programático, em história social de alcance inédito. Numa reinterpretação do Brasil que, sem ter nada de messiânico, e tendo até muito de saudosista, rompia de vez com aquele nacional-pessimismo que ainda vincava o *Retrato do Brasil* (1928), o manifesto antiufanista de Paulo Prado, e, em parte por seu intermédio, ainda coloriria a funda ambivalência de Mário de Andrade diante da “neblina do presente”.

O *Retrato do Brasil* acaba de merecer reedição. Nada mais oportuno, assim, que reajuizar esse livrinho meio mítico que tanto contou no universo mental do modernismo paulista. Em pílulas, o essencial estaria em lembrar que Paulo Prado como que **sublima** o pessimismo racista. É certo que esse barão do café, propugnador da imigração branca, já não acolhe mais sem mil cautelas a tese dos efeitos negativos da miscigenação, embora nesse ponto a sua atualização crítica ficasse bem atrás da de Manuel Bonfim ou Alberto Torres. Porém, o fator racial, expulso pela porta, retorna pela janela, através da frágil idéia de caráter nacional. Paulo Prado não atribuía as mazelas do Brasil ao negro enquanto negro; mas acreditava que o negro **nativo** havia “perturbado e envenenado” a formação da nacionalidade... De uma nacionalidade de qualquer modo moldada pelas “três raças tristes” do verso de Bilac, e por isso inerte, desfiada, indolente e incapaz. O subtítulo do livro reza: “ensaio sobre a tristeza brasileira”, sobre o Brasil-jaburu (na imagem de Capistrano), grande e tristonho, sorumbático e parágrafo. Mas o arbitrário das comparações feitas para provar a nossa melancolia, resultado da nossa luxúria (*omnia animalia post coitum tristia, nisi gallus qui canta*), e da nossa cobiça (como nos “humores” da psicologia clássica), e somente atenuada no gaúcho e no carioca, é tão grande, que talvez tenha sido essa a razão

por que a demonstração não tarda a ser abandonada, em favor da evocação dos costumes das nossas principais cidades na era colonial. No entanto, a arbitrariedade regressa em cheio no capítulo sobre o nosso “romantismo”; pois o conceito pradeano de “romântico”, com um pé na psicologia barata e outro numa vaguíssima história da cultura, não resiste à maior análise. Pessoalmente, não consigo escapar à impressão de que o forte de Paulo Prado estava mesmo era no seu conhecimento dos textos de cronistas e viajantes, e não na sua precaríssima (e ultradatada) interpretação do Brasil. A ruptura, repito, com a longa literatice conceitual do nosso nacional-pessimismo, só se consumou de fato em 1933, com **Casa Grande e Senzala**.

Que posição tomou Gilberto Freyre em face dos dilemas e aporias de história e conhecimento com que vínhamos deparando no ensaio hispano-americano? Primeiro, aposentou a antítese iberismo “versus” americanismo, legitimando a herança peninsular ao mesmo tempo em que apontava as decisivas peculiaridades de sua aclimação tropical. Segundo, usou a relação entre autognose nacional e as ideologias sub-românticas (marxismo, psicanálise) de maneira fecundamente **heurística**, fazendo do tríptico iniciado com **Casa Grande & Senzala** uma das empresas mais espontaneamente materialistas da historiografia ocidental — e não obstante totalmente despida de observâncias dogmáticas do materialismo histórico ou do cânon freudiano.

Terceiro (e agora é minha vez de usar Freud), Gilberto Freyre foi quem **assumiu**, na história da latino-americanologia nativa, a relação edipiana, superando a fase das reações complexadas ao nosso passado patriarcal. Porque o indigenismo, e mais precisamente o telurismo, eram éditos inassumidos, recusas imaturas do ibérico na condição de figura paterna, prolongamentos psicológicos da colônia como ordem repressiva no espírito de quem não era sua vítima, e sim seu herdeiro. Era perfeitamente lícito e, na realidade, necessário estudar o gradual afastamento da evolução social latino-americana em relação a suas matrizes agroibéricas (o que foi feito, no caso brasileiro, de maneira modelar, em 1936, no **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda). Mas o que, evidentemente, não tinha a mesma validade era a teatralização do auto-entendimento da Ibero-américa em termos de psicodrama, com o patriarcalismo no papel de vilão plurissecular...

Não que o edipianismo antipatriarcal não possa gerar boa sociologia histórica. De Max Weber já foi dito (por Arthur Mitzman) que traçou sua célebre — e fértil — dicotomia entre patrimonialismo e feu-

dalismo, ordem paterna e desordem fraterna, poderosamente motivado por sua patofobia pessoal... Infelizmente, porém, no caso das interpretações nacionais ou continentais ibero-americanas, não se pode afirmar que a "revolta contra o pai" tenha produzido boa história social. Ao contrário, a rejeição sumária, a demonização maniqueia, da herança ibérica e de sua maior cristalização institucional — a família patriarcal — distorceu a compreensão em profundidade do nosso passado e evolução. Quem quiser mapear a extensão do delírio, leia o balanço crítico no belo livro desmistificador de Carlos Rangel, *Dal Buen Salvaje al Buen Revolucionario* (Caracas, 1977).

Gilberto Freyre, bem o sabemos, foi quem nos reconciliou com nossas origens ibéricas e patriarcais. Estilizando-as, sem dúvida, mas sem, no essencial, idealizá-las; e, ainda na estilização, penetrando graças a ela tantas camadas de nossa geologia social ou moral, que seria o caso de aplicar-lhe o que Unamuno disse de Oliveira Martins (historiador não obstante sem o lado de pesquisador que há em Gilberto): "Su fantasía llegó a profundidades a que la fatigosa y fatigada ciencia de otros no ha llegado".

Seria certamente supérfluo indicar mais que de passagem um dos grandes resultados dessa serena catarse operada por Gilberto Freyre em face da nossa herança histórica: a tranqüila reformulação de nosso vínculo tanto com o berço ocidental quanto com o outro Terceiro Mundo. Picón Salas acertara ao sublinhar em nós uma modalidade do Ocidente. Mas creio que a lição gilbertiana nos permite ir um pouco além e falar na nossa América morena como **modulação** do Ocidente. A idéia é a um só tempo mais musical e mais plástica, mais apta a sugerir a dinâmica da nossa modalidade cultural. E me faz recordar meu primeiro mestre em ciência social, Lévi-Strauss, o Lévi-Strauss de **Race et Histoire**, para quem a criatividade cultural está na razão direta da intensidade dos contatos entre diferentes culturas.

Feitas as pazes com nosso substrato histórico, resta indagar para onde caminhará a interpretação do nosso presente. Vai para vinte anos, em polêmica com o nacionalismo isebiano, Mário Vieira de Melo, suscitou uma questão importante: "o problema do esteticismo" no Brasil, isto é, o problema da adequação do nosso **ethos** nacional à ética do desenvolvimento (**Desenvolvimento e Cultura**, 1963). Ainda que se julgue (como fiz eu próprio num estudo imaturo, **Saudade do Carnaval**, 1972) que Mário Vieira de Melo preconizava padrões demasiado eticistas para o brasileiro da transição, um ponto permanece: o "caráter nacional" não só **deve** mudar (questão pouco ou nada sociológica) como está efetivamente mudando ao nível de muitas camadas sócio-profissionais; e mudando no rumo de um esforço dos traços de regularidade e autodisciplina que,

sem serem tão ascéticos quanto no velho modelo puritano (já que o contexto cultural mundial é muito mais hedonístico), mesmo assim acarretam sensível reequilíbrio entre esses traços e os antigos impulsos orgiásticos, narcisísticos, anárquico-individualistas da nossa psique. Apesar de todas as nossas carências e violentas distorções, economia e sociedade, no Brasil da modernização, estão caminhando laboriosa mas seguramente na direção que requer e premia esse tipo de caráter; e sem ele, tampouco seria viável a edificação de uma ordem democrática. Tudo o que me parece claro é que essa evolução não tem acentuado a “tristeza brasileira” – muito pelo contrário – nem nada de particularmente negativo ou negativista na nossa conduta social.

Talvez o historiador do futuro venha a pensar do estilo de comportamento ora em vias de afirmação entre nós na linha daquele **couplet** levemente irônico de Auden:

I thought their Protestant work ethic
both practical and sympathetic.

Claro que não será tão “protestante”, nem sobretudo, uma “ética do trabalho” idêntica à de outrora, mas será algo no gênero – o seu equivalente pós-burguês, e, em todo o caso, ainda é com morais desse tipo que se constroem, no mundo moderno, os grandes países – aqueles que podem olhar sem rancor ou nostalgia para o seu passado, enquanto encaram com tranqüila certeza o futuro enfim conquistado.

(O Estado de S. Paulo, 28-12-1982,
2-1-1983, 9-1-1983, 16-1-1983 e
23-1-1983.)

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA (1885-1949)

Embora tenha vivido quase toda a sua vida fora de seu Estado, foi, contudo, em Sergipe que nasceu Bernardino José de Sousa, aos 8 de fevereiro de 1885. Indo muito jovem para a Bahia, ali realizou sua formação e iniciou sua vida pública, na imprensa, no magistério, na administração e na política. Diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia, da qual se tornou professor por concurso, em 1906. Foi deputado estadual e Secretário da Justiça na Interventoria de Artur Neiva, pouco depois da Revolução de 1930. Transferiu-se, depois, para o Rio de Janeiro, quando foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas, cargo em que se aposentou. Na antiga Capital Federal faleceu aos 11 de janeiro de 1949.

Profundo conhecedor dos temas brasileiros, vinculou seu nome tanto à historiografia, como à geografia, à sociologia, à etnografia e à lingüística. Entre o muito que escreveu, três obras se tornaram de consulta obrigatória para os estudos brasileiros: **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**, **O pau-brasil na história nacional** e **Ciclo do carro de bois**. O **Dicionário** foi publicado originalmente em 1910 com o título: **Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil**; reeditado em 1927 sob o título **Onomástica geral da geografia brasileira** e, novamente, em 1939, com o título definitivo e atual. Do avolumamento da obra, o próprio autor informa: a primeira edição registrava apenas 63 verbetes; a segunda, 173; a terceira, 1230 e a última, 1916. E não tivesse o autor falecido, certamente outras edições viriam, cada vez mais ampliadas, tal o interesse que Bernardino José de Sousa sempre demonstrou pelo assunto.

As duas primeiras edições da **Nomenclatura** foram publicadas na Bahia, em 1910 e 1927, desta segunda vez com o título de **Onomástica geral**, conforme foi indicado, e prefaciado por Afrânio Peixoto. Ao ser novamente editada, com o nome atual de **Dicionário**, saiu pela Coleção "Brasileira", da Companhia Editora Nacional (vol. 164, de 1939), tendo sido, na última edição (1961) transferido para a série "Grande Formato", da mesma Coleção "Brasileira" (vol. 19).

O pau-brasil na história nacional foi apresentado originalmente como contribuição ao Terceiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e realizado em 1938,

O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO SOB MARIÁTEGUI

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP – Franca

Excelente trabalho, para os interessados no estudo da historiografia latino-americana, a coletânea organizada pelos Professores Manoel L. Bellotto (que de igual modo incumbiu-se da tradução dos textos de Mariátegui), e Anna Maria M. Corrêa, publicado pela Editora Ática, sob o título: “Mariátegui: gênese de um pensamento latino-americano”.

Procuraram os Autores, sob a Consultoria Geral do Prof. Florestan Fernandes, contribuir para o revisionismo historiográfico contemporâneo, trazendo alguns textos deste original pensador da América Latina – José Carlos Mariátegui – nascido provavelmente em Lima, em 1895, tendo lá falecido, nos idos de 1930.

Mariátegui viveu agitado toda sua vida, não apenas por, desde a infância, ter sentido os desajustes familiares com a separação de seus pais, ao lado de problemas de saúde, que o marcariam por toda sua vida, tomando-o coxo, e que determinariam, ao final de sua existência, a amputação da perna esquerda, bem como por toda a inquietação econômico-sócio-política pela qual passaria Lima.

Inicia sua vida como ajudante de linotipista, para, em pós, principiar seus primeiros passos no jornalismo. Escreveu poemas religiosos e de cunho patriótico, fora cronista, tendo popularizado-se com o pseudônimo de “Juan Croniqueur”; escreveu também notas sociais, teatro de fundamento histórico, crítica teatral, literária e artística. Fora sempre um opositor em seus comentários, tanto nos de caráter político, quanto nos humorísticos.

Em 1910 tentou a formação do partido socialista no Peru, numa experiência logo fracassada, em decorrência da repressão governamental.

Tentando contribuir para a reforma universitária em seu país, opô-se à candidatura de Leguía, que, entretanto, acabaria por assumir o poder. Este, apercebendo-se ser Mariátegui um permanente opositor ao Governo, concede-lhe uma viagem à Europa, subsidiada pelo Estado. Aceitando tal oportunidade, teria recebido acirradas críticas de seus amigos e inimigos.

Na sua rápida escalada em New York, teve ocasião de observar a organização operária norte-americana, por estar ocorrendo uma greve dos trabalhadores portuários, episódio este que muito lhe valeria, posteriormente, quando tentaria oferecer a sua proposta aos trabalhadores peruanos.

Permaneceu na Europa de 1919 a 1923, havendo-se consorciado, na Itália, em 1921. Aí mesmo adquiriu sua formação marxista.

Convém lembrarmos que Mariátegui vivenciou a Europa numa época de grandes modificações políticas, econômicas, sociais e culturais, que muito lhe alertaram em sua visão de mundo, muito embora, nesse seu “período italiano”, ele pouco tivesse se preocupado com política; todavia, sua preocupação intelectual era referente às questões sócio-políticas que abalaram a Itália no pós-guerra.

Enquanto permaneceu na Europa, não perdeu Mariátegui contato com o Peru, pois, continuou a escrever para os jornais peruanos, interpretando-lhes o que estava ocorrendo naquelas plagas. Aliás, seria esta a primeira ocasião em que o encontramos escrevendo sobre o fascismo.

De retorno ao Peru “foi envolvido pelo grupo de Victor Raúl Haya de La Torre, célula primeira do futuro núcleo da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA)” (p. 16). Haya foi um dos fundadores da Federação Estudantil Peruana (1917), trabalhando em prol da reforma universitária, da instalação de escolas noturnas aos trabalhadores, que acabaria por dar origem às Universidades Populares (UPs). Tais Universidades receberam o nome de Gonzáles Prada (UPGP), tendo sido Mariátegui um dos que ministrou “cursos aos trabalhadores acerca dos movimentos operários na Europa e no Peru, sobre as revoluções russa, alemã e mexicana e sobre aspectos da crise européia do após-guerra” (p. 16).

No entanto, fora no ano de 1924, que teria principiado seus artigos mais fecundos e significativos e que, futuramente, viriam fazer parte de sua mais importante e valiosa obra — os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. Nesta mesma ocasião, retoma a idéia de criar uma revista crítica, tendo lançado, em 1926, a “Amauta”, “destinada à veiculação de temas sobre cultura, arte, literatura, filosofia, política e ciências” (p. 18). Representou a “Amauta”, “a tribuna para a ação política de Mariátegui” (p. 19).

Não aprovou, desde sua origem, a posição assumida pela Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), insistindo sempre em sua convicção socialista, na necessidade, portanto, da criação de um Partido Socialista, de orientação marxista.

Com a formação da “célula secreta dos 7” (p. 21), fora criada no Peru a Secretaria do Partido Socialista, operário e camponês, tendo sido Mariátegui eleito para as funções de Secretário-Geral do mencionado Partido, em setembro de 1928. Em novembro deste mesmo ano, com a fundação do “Labor” (jornal quinzenal), o operariado peruano passaria a ter possibilidades de não só adquirir informações, como também daria oportunidade a Mariátegui de “realizar sua ação política” (p. 22).

Quando do Dia Internacional do Trabalho, do ano de 1929, Mariátegui lançou o “Manifesto a los trabajadores de la República”, apresentando a “história das organizações operárias peruanas; uma crítica aos grupos anarquistas que, na sua preocupação pela pureza da revolução, preferiam ficar fora da legalidade” (p. 22).

Fora Mariátegui sempre “consciente de que não poderia alterar o processo político e sem perspectivas de atuar diretamente na realidade peruana através das análises a que procedia no “Labor”, estando constantemente contra a censura e a repressão do governo de Leguía. Mariátegui serviu-se de um último recurso: o referir-se, ainda que indiretamente, à situação peruana em seus artigos sobre a América Latina, particularmente sobre a revolução mexicana, para demonstrar a necessidade da revolução proletária de caráter socialista” (pp. 24 e 25).

Salientam ainda aos Autores do presente trabalho, a importância do pensamento de Mariátegui no sentido de se haver esforçado em manter numa posição heterodoxa frente às proposições marxistas quando da crise do liberalismo e do socialismo da II Internacional, procurando sempre estabelecer uma relação com a realidade em que vivia. Isto significa dizer que nunca se preocupou apenas com a compreensão teórica da sociedade, mas, principalmente, com o referencial prático, segundo as necessidades históricas do povo peruano.

Sentimos em seu pensamento as influências de Croce, Sorel, Bergson, Renan, Proudhon, Gobetti, entre outros.

“A intensidade, a natureza e o nível das polémicas suscitadas pela produção intelectual e pelas atitudes de Mariátegui atestam, no mínimo, que sua ação abalou a estrutura tradicional do pensamento latino-americano. Apesar de sua vinculação à cultura européia, José Carlos Mariátegui é responsável pelo esforço de originalidade, em que se pode delinear uma forma de pensamento singularmente latino-americano” (p. 30).

Ao agruparem os textos nos tópicos Ideologia, Política Americana, Política Internacional e Arte e Educação, justificam os Autores o propósito do presente estudo, tão importante para o conhecimento do historiador do mundo latino-americano contemporâneo, através de riquíssima bibliografia de e sobre Mariátegui.

LEDO: PENSAMENTO E AÇÃO NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA

Hernani Donato

Amparando-se em Cícero (**De Orat.**, II, 15): “A História não afirma o falso nem esconde a verdade”, o Sr. Bandecchi adentrou um terreno espinhoso e por isso mesmo áspero e vazio da História brasileira: Joaquim Gonçalves Ledo, seu pensamento e sua atividade nos períodos preparador e deflagratório das lutas pela Independência.

De início, Bandecchi presta um grande serviço à historiografia cabocla: mostra, contrariamente ao que muitos receavam e até apregoavam, ser possível evidenciar Ledo sem desmerecer José Bonifácio. Usou uma fórmula simples e concorde ao recomendado por Cícero: atribuiu o seu a seu dono. Se houve algum atrito, ciumadas, entre os dois grandes homens, não ultrapassaram os limites usualmente atribuídos aos talentos políticos atuantes em simultaneidade rumo a um único objetivo. O Autor mostra-os diferentes no ser, no pensar, no agir; contribuindo, a seu modo, para a finalidade máxima: a Independência.

O Ledo que Bandecchi nos revela é homem formado na luta e nela insistente e habilidoso, testemunha do sacrifício de Tiradentes, o que o marcou profundamente e para sempre, rompendo vínculos que acaso tivesse para com Portugal. E que, cumprido o prodigioso arco de atividades políticas em favor do Brasil retira-se “enojado de política” para sua fazenda onde cultiva a terra, as memórias e falece sem voltar aos entreveros da corte.

Brasil Bandecchi inova, neste seu texto: permite que o mais ignaro curioso, acompanhe a vida e a problemática de Ledo, pois a vai conduzindo pela via principal mas ladeada por vias secundárias que explicam tudo o necessário, para o completo entendimento da matéria principal. Há fartura de documentação, indicações válidas sobre eventos paralelos mas conseqüentes e termina por dar ao leitor amostra importante do pensamento de Ledo ao transcrever, em apêndice, alguns escritos políticos do biografado, o qual, havendo merecido este trabalho no qual se descobre inequívoca simpatia do biógrafo, fica dispensado de novos estudos sob o prisma da generalidade. (**Ledo: pensamento e ação das lutas da Independência**. São Paulo, Parma, 1983. 153 pp. “Cadernos de História”, v. 17).

O TRONO E O ALTAR

Teresa M. Malatian Roy
(Unesp – Franca, SP)

O período que entremeia a proclamação da República e a Revolução de 1930 tem sido comumente apontado como aquele que viu surgir no pensamento político, social e religioso brasileiro o autoritarismo. Vários pensadores, como Oliveira Vianna, Octávio de Faria, Francisco Campos, inclinaram-se para a chamada “vertente autoritária”, e, embora não tivessem todos eles chegado a ver suas teorias postas em prática, as idéias que defenderam são decisivas para a compreensão das mudanças ocorridas em 1930 e que culminaram com o Estado Novo.

Quando nos referimos à corrente autoritária de pensamento temos em mente aqueles autores que postulavam a implantação de um Estado forte, a extinção de partidos políticos e a predominância do princípio de autoridade sobre o princípio de liberdade, tendo como justificativa ou fim último a implantação de uma *ordem* insistentemente procurada.

O pensamento católico, no período em questão, também estava impregnado de autoritarismo. Desde a proclamação da República, a preocupação com a *ordem*, presente tanto no Catolicismo como no Positivismo, resultara num compromisso tácito entre o grupo que derrubou a monarquia e a hierarquia dos católicos. De um lado, esse compromisso significou para a Igreja Católica a libertação das restrições regalistas, que decorriam do padroado, e certa autonomia que viria a se revelar menos fecunda do que parecia quando ocorreu a laicização do Estado. Por outro lado, o compromisso tácito estabelecido entre o governo provisório e a hierarquia implicava que enquanto o Estado não hostilizasse a Igreja, mereceria dela apoio incondicional, tendo sempre em vista a obtenção da ordem na sociedade.

Entretanto, essa separação da Igreja do Estado logo foi entendida como desvantajosa pela hierarquia católica e o Estado republicano passou a ser encarado como inimigo, apesar de ser também defensor da ordem. A condenação do positivismo, juntamente com o materialismo e o liberalismo, pela Santa Sé, despertou nos católicos a necessidade de uma reação.

Dessa forma, a reação espiritualista da década de 20, inspirada na doutrina pregada por Leão XIII, defendia ao lado da ordem, a recatolização da sociedade brasileira. Em troca da ordem republicana, amea-

çada pelos movimentos armados, propunha a ordem católica. Oferecia a religião como princípio ordenador da sociedade, inspirador da moral, da política e da economia. Os temas da contra-revolução, da autoridade, do nacionalismo, do anti-materialismo e do antiliberalismo impregnaram o catolicismo dos pensadores que se colocaram na vanguarda do movimento.

Entretanto, se o Estado liberal democrático era criticado, a posição da Igreja foi paralela ao governo, nos momentos em que este foi contestado, como no episódio das cartas falsas de Artur Bernardes. Tanto é que Jackson de Figueiredo, a principal figura do catolicismo na década de 20, ao lado de D. Leme, chegou a aderir à monarquia absoluta mas, coerente com a posição que havia assumido em defesa da ordem, não chegou a defendê-la publicamente.

Ao lado da condenação do liberalismo por Pio IX, influía sobre o Catolicismo autoritário toda a gama de pensadores tradicionalistas europeus, como o visconde de Bonald, Joseph de Maistre, Donoso Cortes, Charles Maurras e outros defensores da contra-Revolução e inimigos ferrenhos da liberal-democracia.

A **Ação Imperial Patrianovista Brasileira**, objeto de estudo de nossa dissertação de mestrado, foi um movimento que expressou as idéias nacionalistas e autoritárias no final da década de 1920 e início dos anos 30. Idealizada por Arlindo Veiga dos Santos, visava instaurar nova monarquia no Brasil, baseada numa filosofia política conservadora. Movimento essencialmente católico, seu aparecimento se liga ao Centro D. Vital e à chamada "reação espiritualista" da década de 20. Em 1928, um grupo de jovens católicos, quase todos congregados marianos, liderados por Veiga dos Santos, fundou em São Paulo o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, que se transformaria posteriormente na AIPB. Filiando-se ao neotomismo, aconselhado por Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris*, o grupo dos neomonarquistas uniu as idéias corporativistas ao antiliberalismo, defendendo a implantação de um III Império brasileiro, antidemocrático, antiparlamentar, orgânico e ligado à Igreja Católica, embora sem as peias do padroado. O Credo, ponto básico de seu programa político, estabeleceu-se quase como "ideologia" de estado, a ser imposta não pela coação mas pela conscientização resultante de obra educativa.

Fazendo da busca da ordem sua bandeira, os patrianovistas acreditavam na necessidade da contra-Revolução que salvasse a pátria ameaçada e restaurasse, mediante o trono e o altar, a sociedade ideal que a República destruía. Embora negassem o cunho restaurador do movimento o apego à tradição, aliado à valorização do Brasil Império, faziam do seu programa salvacionista uma volta ao passado. Por outro lado,

sendo defensor do antiliberalismo, não se tratava de movimento de vanguarda, pois essa posição vinha sendo defendida por católicos desde Pio IX. A preocupação com a questão social e a busca da ordem levou-os a procurar uma solução que resolvesse os conflitos entre o capital e o trabalho sem alterar a ordem vigente, ou seja, a estrutura capitalista. Defendido por Leão XIII, o corporativismo liga-se também às correntes nacionalistas da época e representa uma faceta a mais na doutrina tradicionalista do Patrianovismo.

A AIPB foi um movimento pouco denso. Difundiu-se, porém, em várias regiões do país, conseguindo maior amplitude no sul. Se o movimento não alcançou êxito, não foi somente devido ao preconceito existente no Brasil contra a monarquia. A maior fraqueza da AIPB vinha de sua falta de organização, das concessões ao personalismo e ao autoritarismo dos chefes, que resultaram em cisões e desistências.

Se a referência obrigatória da monarquia ao catolicismo, no ideário da AIPB, revestia a missão dos patrianovistas de certa sacralidade, o caráter declaradamente religioso do movimento não implicou aceitação uniforme pelo clero. Se houve padres que aderiram a ele, como em Minas Gerais, houve também aqueles que se opuseram a ele, como D. Gastão Liberal Pinto, em São Paulo. Faltam-nos elementos para uma análise mais precisa da real posição, ao menos oficial, da hierarquia católica, com relação ao movimento.

Entretanto, podemos afirmar que a AIPB constituiu-se num prolongamento da “reação espiritualista” que movimentou os católicos no final da Primeira República. De certa forma, esse movimento foi uma prolongação das atividades empreendidas por Jackson de Figueiredo; retomou desde líder católico o monarquismo incipiente e o afirmou claramente, visando a recatolização da sociedade e a aproximação entre Igreja e Estado.

O GERMANISMO DE CARLOS VON KOSERITZ

Moacyr Flores

O cientista, orador, jornalista, historiador, teatrólogo, romancista e político Karl Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz nasceu em Dessau, Alemanha, a 3 de fevereiro de 1834 e faleceu em Porto Alegre no dia 29 de maio de 1890.

Dotado de agudo senso histórico, observou e criticou as mudanças político-sociais, indicadoras do declínio do Império do Brasil, contrapondo uma cultura teuto-brasileira ao francesismo que invadia o Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, com a fundação, em 1880, da Sociedade Literária Culto às Letras, que tinha como objetivo divulgar o positivismo.

Tendo sido em Pelotas guarda-livros e professor, escreveu, em 1850, **Resumo de História Universal**. Como jornalista, atuou nos jornais "O Brado do Sul", *Eco do Sul*, e "O Povo". Em 1864, passou a residir em Porto Alegre, dirigindo os jornais "Deutsche Zeitung" e "Gazeta de Porto Alegre" e colaborando no "Jornal Ilustrado do Sul". Em 1876, fundou "A Acádia", órgão da maçonaria que atacava a Igreja Católica. Em 1886, com os mesmos objetivos criou o periódico "O Combate".

O período de 1864 a 1890 pode ser considerado a era de Koseritz.

Sua bibliografia é vasta, se considerarmos os artigos e crônicas publicadas em jornais. Imitando os dramas europeus, que estavam em moda no teatro nacional, escreveu: **Nini**, representado em 1858 no Teatro Sete de Abril de Pelotas; o drama **Inês**, cuja ação se passa na Bahia, no ano de 1645; o drama trágico **Clara**, que tem como local de ação o Rio Grande do Sul. O romance **Laura** foi publicado em 1875; o romance **A Donzela de Veneza**, de acordo com os padrões românticos, não se destaca nem pela trama nem pelos personagens.

Em 1870, Koseritz reuniu artigos publicados em jornais no livro **Resumo da Economia Nacional**, composto na tipografia do "Jornal do Comércio", na Rua dos Andradas, 229, em Porto Alegre. A obra está dividida em três partes: na primeira, historia o desenvolvimento da Economia desde a Antiguidade Clássica até a época de Adam Smith e seus sucessores; na segunda parte comenta as idéias fundamentais de produção, trabalho, capital, valor, preço, dinheiro, salário do trabalho, lucro, renda territorial e propriedade; na terceira, analisa a lei do progresso humano,

instrumentos e máquinas, o espírito econômico, a renda, a distribuição da fortuna, o consumo, a concorrência e a rotina, a permutação, o comércio, os mercados, a lei do aumento da população, a escolha da profissão, a letra, os bancos e suas transações, o estado e a economia nacional. Conforme explica, no início, Koseritz compilou as obras de Adam Smith, Bastiat, Carey Roscher, J. B. Say e dos dois Stuart Mill, sendo, porém, seu mestre e guia, Maximiliano Wirth. Infelizmente Koseritz não publicou o segundo volume, que trataria da economia do Rio Grande do Sul.

Koseritz pertencia ao Partido Liberal, considerando a monarquia parlamentarista como a melhor forma de governo para o Brasil. Defendia a federação em função de diversificação das economias regionais, pretendia a abolição da escravatura, incentivando a imigração alemã e a italiana, tendo inclusive participado da fundação da Sociedade Central de Imigração. Publicou no "Boletim da Sociedade Geográfica e Comercial de Berlim", o ensaio **Conselhos para as pessoas que querem emigrar para o Brasil**.

Lutou muito para impedir a imigração chinesa como mão-de-obra para os cafezais paulistas.

Koseritz foi o primeiro, no Brasil, a lançar a doutrina materialista científica, baseada no evolucionismo darwiniano. Lutou pela introdução da cultura germânica no Brasil, querendo que os teuto-brasileiros conquistassem importância política sem influência dos cônsules estrangeiros. Os atritos com os representantes diplomáticos surgiam porque Koseritz estabelecia distinções entre os emigrantes alemães. Ele considerava aquele que permanecia na cidade com o objetivo de enriquecer, como um estrangeiro, reservando o tratamento de colono àquele que permanecia na exploração da terra, fixando-se, constituindo família. Koseritz deu um exemplo de seu teuto-brasileirismo casando com D. Zeferina Maria de Vasconcelos, em 1856.

No fim do século, a cultura francesa tornou-se moda no Brasil. Ir a Paris era o grande sonho do intelectual brasileiro, não falar francês era uma falha imperdoável. Da França, vinham as estruturas do pensamento, a moda, o romance, o dramalhão de teatro e as idéias políticas.

Koseritz defendeu a germanidade, atacando os francófilos, abrindo polêmicas com Júlio de Castilhos, no **Jornal Gazeta de Porto Alegre** (1879-1884), pois considerava o positivismo uma filosofia errada por ser antropocêntrica. Maçom militante, criticou violentamente D. Sebastião Dias Laranjeiras na luta do prelado contra a Assembléia Legislativa. Havendo religião de Estado, só os católicos podiam votar e se candidatar, sendo excluídos da participação política os teuto-brasileiros de outras confissões religiosas. Koseritz lutou pela liberdade religiosa, mas professan-

do o materialismo científico, atacou o catolicismo e o protestantismo, concentrando suas críticas violentas nos jesuítas, apontados como símbolos do obscurantismo.

Em 1883, tendo ido ao Rio de Janeiro, impressões desfavoráveis sobre a capital, com seu calor, perigo de febre amarela e ruas estreitas onde desfilava uma sociedade frívola, formando um clube em cada esquina, onde se discutia política e se falava mal da vida alheia. Defendendo a idéia da federação, Koseritz censurou o sistema de centralização na capital do Império, onde se dissipavam colossais massas de dinheiro, em obras e edifícios públicos grandiosos e luxuosos, enquanto nas províncias que geravam riquezas, cada vintém era virado de todos os lados, antes que alguém se decidisse a largá-lo.

Em seus artigos sobre questões políticas, Koseritz criticara o Imperador, mas ao ver o paço imperial, uma casa velha, podre, arruinada, maltratada, nunca pintada e com o andar térreo alugado a negociantes e barbeiros a fim de que D. Pedro II tivesse renda para suas obras de caridade, passou a defender nosso monarca como pessoa honrada e bem intencionada.

Criticou violentamente o hábito de o governo central obrigar as províncias a pagarem impostos para gastá-los no embelezamento do Rio de Janeiro, aterrando pântanos, derrubando morros, construindo praças, quando no interior havia falta de estradas de ferro. Gastavam milhões construindo suntuosos palácios para os ministérios, enquanto apenas concediam dinheiro para os estudos da barra do Rio Grande, que isolava a província do Império.

Koseritz não poupou sarcasmo ao descrever a chegada da Corte ao Senado para ouvir a leitura da fala do trono do Imperador. As carruagens do século passado, gastas e desengonçadas, as librés verdes desbotadas dos escravos e cocheiros, os familiares da corte vestidos em uniformes e com chapéus tricórnios iguais aos usados pelos cocheiros de Porto Alegre; o envelhecimento da princesa Isabel, que desceu da carruagem sem aplausos do povo; a chegada de D. Pedro II com manto de penas de papo de tucano, sapatos de fivelas, meias de seda, calções, casaca de veludo coberta de condecorações, recebido pelos populares quietos, sem um viva; tudo isto, segundo Koseritz, transformou a corte num desfile carnavalesco e algumas das figuras do Império pareciam macacos de circo de cavalinhos.

Suas observações sobre o palácio imperial na quinta de São Cristóvão não são lisonjeiras. O parque estava ocupado por casas grandes e pequenas, limitadas com cerca, jardins e hortas; e estabelecimentos industriais havendo também escolas que a benevolência do Imperador

permitiu que ocupassem. Não havia guardas palacianos, ninguém pedia identificação. Os arredores do palácio ficavam ocupados por mulheres e crianças que aos sábados recebiam esmolas da Imperatriz. Koseritz criticou a feia decoração interna, onde, nas paredes, pinturas antigas contrastavam com o vasto retrado do Grande Frederico, único quadro realmente bom, pintado por excelente mestre alemão.

Em 1883, a situação política do Império estava confusa, com a dissolução do gabinete liberal de Paranaguá, por causa de um grupo dissidente. O Partido Liberal detinha a maioria no Parlamento, mas estava dividido em grupos que procuravam combinações possíveis para se manterem no poder. A Fala do Trono acentuava a necessidade de descentralização, pedindo maior soma de poderes para as províncias e autonomias para o municípios, solicitando, ainda, reformas radicais no ensino e medidas tendentes à abolição da escravatura. Nada escapou ao espírito arguto de Koseritz, que afirmou ser este programa o máximo de reforma que o Trono poderia suportar. A execução do programa político sofreu uma interrupção pela falta de consciência política de quinze deputados liberais dissidentes, que votaram com os conservadores, derrubando o ministro Paranaguá.

Em Porto Alegre, Koseritz era da oposição porque o ministro Paranaguá nomeara Souza Lima presidente da Província do Rio Grande do Sul, mas, no Rio de Janeiro, lendo o programa de reformas do moribundo gabinete, passou a defendê-lo, ainda mais quando o ministro não quis que o Imperador dissolvesse a Câmara de maioria liberal. Os inimigos de Koseritz diziam que sua mudança de opinião baseava-se no desejo de receber o Ministério da Agricultura. Diga-se de passagem que ele era homem talhado para o posto, pois conhecia muito bem a situação da agricultura no Rio Grande do Sul, mormente na zona colonial.

Koseritz examinou os possíveis candidatos a ministro e chegou à conclusão de que tanto o Partido Liberal como o Conservador estavam frente a frente ao nada. Os dois partidos dividiam-se em pequenos blocos por questões pessoais. Aumentando a confusão, a imprensa nada respeitava, em todos atirava lama, buscando o escândalo para vender exemplares, cavando, assim, a ruína do país. Koseritz aconselhou a limitação da liberdade de imprensa, embora fosse jornalista, porque os periódicos não defendiam doutrina, apenas anarquizavam.

A escolha do novo ministro demorou devido aos arreglos e cabalas entre os diferentes grupos de liberais, até que o Imperador, ameaçando escolher um conservador, fez com que os liberais indicassem o conselheiro Lafaiete para decifrar o enigma do governo. Koseritz informou a seus leitores que quem comandava o novo ministério era Gaspar Silveira Martins, cunhado do novo ministro e que, não contando com o apoio do Norte e do Nordeste, não pôde ser escolhido para o cargo.

Koseritz descreveu a Câmara dos Deputados, onde os pais da pátria guardavam seus chapéus no armário de 120 gavetas fechadas a chave, com medo de serem roubados. Criticou os tipos humanos e a facilidade com que se comprava um título de barão ou uma cadeira de deputado por uma dezena de contos.

Koseritz informou que D. Pedro II não se cercava de guardas com fuzis carregados, baionetas caladas, sabres desembainhados e espiões policiais. Nenhuma bomba ou revólver ameaçava sua existência, mas também não era amado, o povo considerava-o uma instituição nacional. Havia pobreza, mas não havia miséria. O povo ria e fazia pilhéria das classes dominantes, utilizando como bombas os artigos da imprensa e as caricaturas dos jornais ilustrados.

Koseritz considerava tudo que era de origem germânica como o melhor que havia. Assim, ao chegar ao Rio de Janeiro recomenda como três locais onde servem excelente almoço, o Heydtmann, o Petzold e o Clumbacher, preferidos pelos alemães mas não pelos brasileiros. O Imperial Colégio D. Pedro II foi considerado estabelecimento modelar, pois os alunos alegres e mais livres, sem traços de fingimento e de hipocrisia. A causa de tudo era ser um estabelecimento leigo, que adotava o sistema e todas as matérias do curso ginásial alemão.

Na Rua do Ouvidor, visitou uma grande loja com dez seções diferentes de calçados, fazendas, chapéus de senhora e artigos de moda, com o curioso nome de "Notre Dame de Paris". Cada seção tinha um chefe com caixeiros, que atendem, extraem notas e dizem em francês que o freguês passe à caixa para efetuar o pagamento. Esta loja lembrou-lhe as grandes, existentes em Berlim.

Koseritz sentiu que o príncipe Henrique, da Alemanha, em visita ao Rio de Janeiro, não merecera destaque na imprensa brasileira nem despertara interesse entre os populares. Comentava que, se o príncipe fosse de outra nacionalidade, a acolhida teria sido diferente.

Ao saudar o príncipe Henrique num banquete, Koseritz definiu o seu germanismo, falando em nome de homens que estavam separados da pátria havia trinta, quarenta, cinquenta e mais anos, muitíssimos dentre eles pertencentes à nação alemã somente pela língua e pelos costumes, pois nascidos no Brasil em primeira, segunda ou terceira geração; muitos outros, como ele próprio, alcançaram a cidadania brasileira a fim de participarem da vida pública da nova pátria e contribuíssem para o futuro desta soberba terra, tão ricamente aquinhoada pela natureza e na qual os seus filhos viram a luz; mas todos conservam no coração amor fiel pela velha pátria, falam a língua da Alemanha, vivem em constante intercâmbio mental com ela e conservam, ainda, as virtudes alemãs do sentimento do dever, da vontade de trabalhar, dos costumes auteros. O germanismo constava de amor à antiga pátria e respeito à nova, que lhes dava o sustento.

Melancolicamente o regime está no fim, o circo de cavalinhos vai encerrar seu espetáculo, que já não é mais aplaudido pelo povo. Há uma classe média em ascensão, filhos de imigrantes que se consideram brasileiros e não aceitam o governo dos barões do café, não querem o predomínio do latifúndio e desejam a descentralização do poder. A crise do Império gerou ideólogos e juristas que construíram estruturas institucionais elevadas, em busca da pureza de pseudoparticipação democrática genuína, onde todo o poder emanava do povo e em seu nome seria exercido. Infelizmente estes juristas continuavam alienados da realidade brasileira. O Império não superou a crise da mão-de-obra, sufocou as aspirações de autonomia das províncias e quando desconsiderou o exército, bastou o movimento de tropa para cair a monarquia. O Império não foi derrubado, desmoronou-se.

Koseritz não era republicano, mas respeitou o advento da República, apelando aos seus partidários que se submetessem à nova ordem a fim de evitar derramamento de sangue.

Koseritz era um líder nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seus artigos eram lidos na corte e muitos o consideravam um sábio; era, portanto, elemento perigoso aos jacobinos republicanos, pois acalentava idéias monárquicas, com posição anticlerical e também atacava o positivismo. Avisado por amigos, refugiou-se em maio de 1890, na chácara de José Vicente da Silva Teles, Pedras Brancas, onde a polícia de Porto Alegre, com doze homens, manteve-o incomunicável por oito dias, sofrendo as maiores humilhações. O protesto de amigos obrigou a polícia republicana a solicitar Koseritz, que regressou à sua casa, em Porto Alegre, onde, após narrar por escrito a violência de que fora vítima, faleceu na noite de 29 para 30 de maio daquele mesmo ano de 1890. A oposição reconheceu os seus méritos como líder da germanidade e filho leal da nova pátria, através do necrológio publicado no jornal **A Federação** por José Francisco de Assis Brasil.

Encerrou-se, assim, a era Koseritz, que representa o apogeu da cultura teuto-brasileira, no início da República.

BIBLIOGRAFIA

- Koseritz, Carlos von - **Imagens do Brasil**. São Paulo, Martins, 1972.
Carneiro, José Fernando - **Karl von Koseritz**. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1959.
Cesar, Guilhermino - **Carlos von koseritz**, em "Fundamentos da Cultura Rio-Grandense".
César, Guilhermino - Koseritz e o Naturalismo, em "Organon", 12 (12) 89/79. Porto Alegre, Univ. Federal do RS, 1967.
(Transcrito de **Cultura Sul-Rio-Grandense**, págs. 9/16. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português/Ci-pel, 1981.)

NOVE DE JULHO E A
GUERRA DOS FARRAPOS

Honório de Sylos

Referindo-se à Revolução Constitucionalista de São Paulo, cometeu um equívoco o Sr. Luís Roberto Lopes, em seu artigo publicado, a 29-9-1982, no "Correio do Povo", de Porto Alegre, e, agora, reproduzido pela excelente "Notícia Bibliográfica e Histórica", nº 108, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a competente direção de Odilon Nogueira de Matos.

Não há, na verdade, o interessante ponto comum, que aponta, entre a Guerra dos Farrapos e o glorioso movimento de Nove de Julho. Trata-se de um engano do Sr. Luís Roberto Lopes, o que não nos surpreende, porquanto outros escritores e jornalistas nele incorreram. Trata-se do desconhecimento dos fatos, extraordinária importância, que se desenrolaram em Piratininga, em 1932.

A rebelião paulista não foi, em absoluto, como a Revolução gaúcha referida, uma manifestação de classes dominantes, regional, que se prestou a determinadas manipulações ideológicas, visando (como no Sul) ao enaltecimento de "caráter ativo", "aguerrido" e "indomável" do povo.

E não é só. O Sr. Lopes, no seu bem elaborado artigo, afirma que esse "enaltecimento" (como ocorreu em sua terra) teve por finalidade oculta os interesses de classe perceptíveis por detrás dos episódios de heroísmo e abnegação que a análise histórica, mais atenta e científica, não pode deixar passar, principalmente por não ser correto confundir interesses e intenções com causas realmente coletivas.

Ora, não é possível estabelecer um confronto entre as duas revoluções. A dos Farrapos foi provocada por interesse de classe. A defesa dos negócios dos produtores de trigo e charque. A de São Paulo, não.

A partir de 24-10-1930, o Sr. Getúlio Vargas tudo fez para amesquinhar São Paulo, dando-lhe como governador um tenente pernambucano bisonho em negócios administrativos. O vexame não parou aí: as tropas, na sua maioria, de "provisórios", convocados por Flores da Cunha, invadiram nosso Estado, submetendo o povo paulista a toda sorte de humilhação. O levante de Nove de Julho teve o apoio, não apenas (como no Sul, segundo o Sr. Lopes) das classes dominantes, mas, também, das classes liberais, das classes média e popular, dos estudantes em geral, da Força Policial, da guarnição do Exército e de numerosos e ilus-

tres oficiais que vieram do Rio para participar do movimento. Em 1932, o levante foi, realmente, coletivo, tendo à frente o povo numa quase impressionante unanimidade !

Diferente foi o caso da Guerra dos Farrapos, separatista. Os gaúchos de então (1835-1845) proclamaram a República de Piratini. Realizaram a Constituinte em Alegrete e outorgaram, solenemente, sua Carta Magna. A nova República tinha o seu Ministério, o seu Exército, sua Câmara de Deputados.

Bento Gonçalves e seus companheiros não se contentaram em fundar uma nova Nação, mas trataram de exportar suas idéias para outros Estados. Tanto, assim, que, com a ajuda de Garibaldi, instituíram a República de Laguna, em Santa Catarina. O germe, certamente, deveria progredir, atingindo outras Províncias e o Brasil acabaria dividido em várias republiquetas...

Dessemelhante 32. Completamente.

Fosse Nove de Julho o que julga o Sr. Luís Roberto Lopes, o Sr. Borges de Medeiros, o Sr. João Neves da Fontoura e outros ilustres políticos gaúchos lhe dariam seu apoio ? Caso Nove de Julho fosse um simples rebelião de "classe dominante" teria a solidariedade de grandes expressivas figuras das forças armadas, como, entre outros, Euclides Figueiredo, Isidoro Dias Lopes, Klinger, Basílio Taborda, Palimércio de Resende, Ivo Borges, Alves Bastos, Mílton de Freitas Almeida ? E Artur Bernardes não se colocou ao lado de São Paulo ?

O Sr. Lopes deveria estudar o levante paulista, a começar pelo excelente trabalho de Hernâni Donato.

*

O PRESIDENTE CAMPOS SALES NA EUROPA

Célio Debes

Todo livro tem sua história. Mas esse **O Presidente Campos Sales na Europa** tem uma história curiosa e interessante.

Em primeiro lugar, teve outro título ao ser publicado pela primeira vez. Chamava-se **O Sr. Campos Sales na Europa**. E trazia, no frontispício, o esclarecimento de que se tratava de ‘notas de um jornalista’. Veio a lume em 1900, editado pela Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro. Na minúscula nota que antecede ao texto, explicava Tobias Monteiro que, “para atender aos desejos de alguns amigos, reúno em livro estas cartas que o **Jornal do Comércio** há dois anos publicou”. Ao texto enxuto estampado pelo diário, acrescentou algumas notas elucidativas e adicionou um apêndice, em que reuniu discursos proferidos em honra de Campos Sales, durante a viagem e após o regresso, e suas respostas.

Vinte e oito anos depois, Tobias Monteiro, alterando-lhe o nome, volta a publicar o livro. **O Presidente Campos Sales na Europa** foi editado por F. Briguiet & Cia., também do Rio de Janeiro, “com uma introdução e cinco retratos”. Além desses acréscimos, juntou mais algumas notas que atualizavam a correspondência factual tracejada, para a imprensa, três décadas antes.

O que, na verdade, dá realce ao livro — ao novo livro, se fica tentado a dizer — é sua valiosa introdução. Encerra uma síntese histórica dos acontecimentos que cobrem o período que vai da proclamação da República à ascensão de Campos Sales à chefia da Nação. Trata-se menos de um relato do que depoimento sobre os sucessos narrados.

Tobias Monteiro, nascido em Natal (RN), em 1876, após concluir os estudos secundários, desloca-se para o Rio de Janeiro, a fim de estudar medicina. Engajado na campanha republicana, abandona o curso, que não retomaria, no quarto ano, para integrar o gabinete de Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório. E, quando no exercício dessas funções, recebeu de Rui, por vezes, o encargo de redigir o artigo principal do **Diário de Notícias**, de que aquele era diretor. Iniciava-se, assim, a sério na carreira que lhe daria renome. Quando o mesmo Rui, apeado do governo, passou a dirigir o **Jornal do Brasil**, Tobias tornou-se o secretário da redação. Algum tempo depois, integrava a redação do **Jornal do Comércio**, o órgão de imprensa mais importante do País.

Seu convívio com Rui Barbosa e suas manifestações políticas em detrimento da situação dominante tornaram-no vítima de perseguições, durante o governo de Floriano Peixoto. Sofreu, em decorrência, prisão e exílio, que curtiu em Buenos Aires. De volta ao Brasil, empenhou-se, na imprensa, na defesa dos governos civis de Prudente de Moraes e Campos Sales.

Quando da eleição deste para a Presidência da República, a situação financeira nacional era verdadeiramente calamitosa, levando o Brasil às raias da suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa. Aflito com o estado de coisas, Prudente cogita do envio de um emissário à Europa, ou melhor, a Londres, para negociar a dívida. O escolhido, Rodrigues Alves, viu-se impedido de desempenhar a missão. Campos Sales, já presidente eleito, assume a tarefa. É nesse momento que surge Tobias Monteiro, por indicação de José Carlos Rodrigues, proprietário e diretor do **Jornal do Comércio**, para, como jornalista, cobrir a viagem do político paulista. Para dar mais realce à empresa e facilitar-lhe o trabalho de repórter, Campos Sales adita-lhe o título de secretário. Aí está o segundo aspecto da história desse livro.

Sem um plano preestabelecido, segue o futuro presidente para negociar e obter aquilo que os banqueiros se dispusessem a conceder. No curso da viagem, já na Europa, chega-lhe ao acontecimento proposta dos credores, com vistas à negociação de nossa dívida, inçada de exigências de garantias altamente vexatórias. Visavam às rendas das alfândegas de todo o País, à hipoteca da Estrada de Ferro Central do Brasil, incluindo seus acessórios e sua renda, e, ainda, às rendas do abastecimento de água da Capital da República. O câmbio, para efeito de liquidação da dívida, corresponderia a 12 dinheiros por mil réis. Delas não se poderia fugir, apesar de sua virulência, concretizada, aliás, em nação vizinha que, inadimplente, viu içada, em suas alfândegas, o pavilhão britânico, até que a dívida se quitou! ... À mingua de alternativas, cumpria, pois, abrandar o rigor da proposta. Foi o que logrou Campos Sales, ao cabo das negociações. Em decorrência, as garantias circunscreveram-se, apenas, às rendas da alfândega do Rio de Janeiro e o câmbio se fixou em 18 dinheiros por mil réis. O prazo para o pagamento dos juros se ampliou de dois para três anos e o da amortização da dívida se dilatou por 12 anos. Nestas bases, firmou-se o **funding loan** e obstou-se que o Brasil deixasse de satisfazer uma parcela de seu débito, que venceria dali a dias.

Foi em torno dessa viagem que se ocupou Tobias Monteiro. Sua atividade como escritor não se circunscreeu a esse registro. Coube-lhe, na condição de jornalista, a tarefa de entrevistar figuras eminentes do cenário político nacional, tanto do novo quanto do antigo regime, estampando-as no **Jornal do Comércio**. Empreendeu-se trabalho que se assemelha ao que **O Estado de S. Paulo** realizaria em dias próximos e que se consubstancia nos três volumes de **A História Vivida**. Só que, ao dar-lhe

feição definitiva, transformando-o em livros, preferiu manipular o material recolhido em vez de reproduzi-lo como saíra no jornal. Surgiu, dessa forma, sua importante **Pesquisa e Depoimento para a História** (1913).

Essa fugaz incursão pelo campo da História sofreria largo hiato, mas seria retomada, como verdadeiro lenitivo. Àquela altura, empolgava-o o jornalismo e, na sua militância, inclinou-se pelas questões econômicas. A política de valorização do café e a instituição da Caixa de Amortização encontraram nele tenaz opositor. Suas opiniões despertaram o interesse do Centro Industrial, que o alicia para seu secretário-geral, mediante remuneração altamente vantajosa, desengajando-o do jornalismo profissional. Daí para outros cometimentos que lhe trariam a prosperidade foi um passo. Um banco estrangeiro confia-lhe uma de suas diretorias; outro grupo alienígena contrata-o para seu conselheiro sobre assuntos ligados à sua atividade no País.

Despreocupado dos problemas relativos à subsistência, permite-se a militância política, elegendo-se senador federal pelo Rio Grande do Norte (1921). Desencantado, pouco adiante, com os rumos que o governo dava à coisa pública, convulsionando a Nação, renuncia ao mandato e recolhe-se à sua casa de Petrópolis. Nesse tugúrio, cercado de “antiguidades preciosas”, verdadeiro museu referto de riquezas, no testemunho de Plínio Barreto, reenceta suas lides de historiador, “refugiando-se no passado para fugir às cruzezas do presente”.

E a este mister se dedicou com empenho. Investigou, pesquisou, esquadrinhou os momentos iniciais da formação da nacionalidade. E dessa pertinaz perquirição resultaram três alentados volumes que se subordinaram ao título geral **do História do Império**. O primeiro deles se consagrou com o subtítulo de “A Elaboração da Independência” (1927) e os dois outros com o de “O Primeiro Reinado” (1939-1946). A **História do Império** obedecia a um plano maior, tanto que Tobias Monteiro deixou a parte relativa ao período regencial esboçada, ao falecer (Petrópolis, 1952). Contudo, a contribuição que deu ao conhecimento de nosso passado, consagrou seu nome como historiador.

De seu tempo de lidador da imprensa e como decorrência de suas ligações com Campos Sales — ligações essas que o afastariam de Rui Barbosa, acérrimo crítico da política financeira do presidente, levando-a a atacá-lo, na defesa deste último — surgem as **Cartas sem Título**, originariamente publicadas no **Correio Paulistano**. Escritas e divulgadas de fevereiro de 1900 a junho do ano seguinte, sob o pseudônimo de José

Estevão, e, mantendo o anônimo do autor, forma enfeixadas em volume em 1902. Nessa série, em que analisa os acontecimentos do momento, faz a defesa do Chefe da Nação e de sua orientação econômico-financeira. O penúltimo desses escritos é dedicado à “Execução do Funding” — que seria incluído, como nota a um de seus capítulos, em **O Presidente Campos Sales na Europa**. Ao estudar o cumprimento de acordo com nossos credores, ministra ensinamentos de alta relevância para os dias tumultuados que vivemos no campo econômico.

Esta reedição (Itatiaia/Edusp) — que eliminou o apêndice constante das edições anteriores —, se outros méritos não encerrasse, teria o de retirar do injustificado olvido a que foram relegadas as figuras de Campos Sales e de Tobias Monteiro.

(De **Cultura**, supl. de “O Estado de S. Paulo”, 15-5-1983.)

*

KARL MARX

Almir de Oliveira

No dia 14 de março, no mundo todo, comemorou-se a passagem do centenário de falecimento de Karl Marx. E, nas partes do mundo, onde suas idéias políticas e econômicas foram postas em prática, a efeméride ganhou um aspecto festivo explicável. Na outra parte, entretanto, o centenário foi motivo de amplas manifestações em todos os meios de comunicações. Escreveu-se mais fartamente sobre ele e sua obra, alvos constantes de amplo debate universal, cada dia mais acentuado.

Essas atenções justificam-se pelo fato de Karl Marx ter-se inserido na história do pensamento humano como o portador de uma vigorosa contribuição ao estudo do homem e da sociedade. Uma contribuição contundente e polêmica, preñe de sugestões e, mais do que sugestões, de proposições concretas para a reforma radical das supra-estruturas da sociedade humana.

Discípulo de Hegel, voltou-se contra o idealismo deste para sustentar o real contra o ideal e aplicar a dialética hegeliana no exame da evolução social, partindo, porém, da realidade concreta. Ainda de Hegel, tomou a idéia de alienação para o exame das condições do homem trabalhador no processo de produção capitalista. Partindo de Feuerbach, insurgiu-se contra o contemplativismo deste para afirmar a necessidade de transformar o mundo, em vez de apenas interpretá-lo. Recusou-se a uma concepção metafísica e definitiva do ser humano para adotar a concepção de um homem histórico e concreto, que se faz a si mesmo pelo trabalho: para Marx, o homem criou-se a si próprio como tal, no sentido mais amplo, por meio do trabalho.

A partir daí, Marx tornou-se o cabeça de um amplo movimento filosófico e político, ao mesmo tempo pensamento e ação prática. Como Friederich Engels, seu amigo e, igualmente pensador e homem de ação, com ele afinado na mesma linha de pensamento, publicou o **Manifesto Comunista**, de 1848, que serve, ainda hoje, de ponto de apoio aos movimentos comunistas em todo o mundo e que deu fundamento à organização dos regimes socialistas marxistas hoje existentes, a partir do que se inaugurou na Rússia, em 1917.

Por suas conseqüências, tanto na ordem das cogitações filosóficas, como no das realizações práticas, o pensamento de Karl Marx entrou no plano das discussões, muitas e muitas vezes apaixonadas, em

torno do qual se radicalizam variadas posições. É um pensamento que se destina exatamente a realizar aquilo que ele propôs: transformar o mundo. E transformar significa atacar pela raiz situações consolidadas, interesses estabelecidos, conceitos consagrados.

O materialismo de Marx incompatibilizou-o com larga faixa de pensadores, situados no campo da filosofia espiritualista. Seu comunismo ergueu contra ele todos quantos estavam e estão acomodados às bezenças do capitalismo burguês. Sua convocação dos operários de todo o mundo à luta de classes, como meio de substituir a “exploração do homem pelo homem” pela “ditadura do proletariado” e, assim, elaborar uma “sociedade sem classes”, exasperou ainda mais os arraiais capitalistas. Sua hostilidade às religiões em geral, para ele o “ópio do povo”, fez erguerem-se contra suas idéias e proposições os religiosos de todas as confissões. Mas, essas suas idéias e proposições foram ganhando terreno no seio do proletariado e da pequena burguesia na Europa, pressionados pelas injustiças do capitalismo liberal, passando, aos poucos, ao resto do mundo.

A vitória de seus princípios na Rússia czarista, em 1917, deu forte alento ao marxismo em todo o mundo. Multiplicaram-se os seus adeptos. E seus adversários. Acentuou o debate. Aumentou o número de seus intérpretes. Lênine e Staline adaptaram o marxismo às condições russas. Mao Tse Tung fez o mesmo na China, entrando em conflito aberto com o marxismo soviético. Tito procedeu do mesmo modo na Iugoslávia. Enquanto isto, correndo o tempo, surgiram correntes revisionistas na França e na Itália. E veio o que Georges Haupt chamou “a crise revisionista e o surgimento dos marxismos”. O inevitável. O marxismo padece hoje do mesmo fenômeno que tem atingido todos os sistemas de idéias, quando se desenvolvem: cinde-se. Ou, se quiserem, esgalha-se, como uma árvore que cresce. Aconteceu com o liberalismo, com o fascismo, com o positivismo de Comte, com o cristianismo, com o islamismo, com o budismo. Todos eles pluralizaram-se. Interpretado de modos muitas vezes antagônicos por seus próprios adeptos, deturpado por seus adversários, o marxismo vai seguindo sua sina de sistema de idéias.

Hoje, não é possível a nenhum estudioso de filosofia, de economia, de sociologia, de política, a nenhum homem medianamente culto, ignorar Marx, suas idéias e suas propostas para transformar o mundo. Pode-se discordar de tudo, de muito ou de alguma parte do que ele nos legou. Mas, ignorá-lo é impossível, como impossível é ignorar Platão e Aristóteles, Tomás de Aquino e Lutero, Rousseau e Comte. Nem tudo nele é recusável por quem não comungue com suas doutrinas.

A ação dos “revisionistas” vem-nos mostrando “outro” Marx, diferente daquele que nos mostrou o leninismo-stalinista, na sua cruel

ortodoxia, que certamente não mereceria as bênçãos do velho profeta de Treves, tão preocupado com a felicidade terrenal do ser humano, com sua liberdade. E bem diferente, também, do Marx que nos tem sido mostrado por seus adversários mais extremados.

Para quem assenta suas idéias no terreno de uma concepção espiritualista do homem e do mundo, o marxismo, como um tudo, é inadmissível. Ainda assim, é preciso estudá-lo com honestidade intelectual para tirar dele o que tem de aceitável e saber recusar, com precisão científica, o que não se compatibiliza com um sistema espiritualista de idéias.

(Do **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 22-3-1983.)

*

UM MARCO ENTRE 22 e 45

Nabor Cayres de Britto

A Revolução de 1932 somava, sem dúvida, na explosão do sentimento constitucionalista, um anseio gerado pela frustração dos movimentos anteriores, 22, 24, 30, todos eles, germinados — o primeiro e o segundo pelo mais puro dos idealismos, e o terceiro já complexado por aspectos que o diferenciavam dos dois primeiros — devido principalmente ao impulso de renovação da juventude militar. Com efeito, 30 era mais obra de políticos que da juventude militar que vinha de 22 e 24, mas tinha o apoio desta, que o considerava um movimento amadurecido e mais entregue à experiência dos civis, contra a oligarquia que combatiam e que emperrava o desenvolvimento do idealismo político, preconizado pela propaganda contra os vícios do regime republicano.

Entretanto, 30 já assinalava uma divisão de forças daqueles idealismo político pelo surgimento do influxo ideológico, com a deserção de Luís Carlos Prestes, no último instante de desencadeamento do movimento. Aliás, não era só esse líder que se mostrava desencantado das possibilidades dessa “revolução”. Um dos mais valorosos lutadores daquela época, que trazia da Coluna uma fama de incomparável bravura, dizia a íntimos, nesta capital, quando o movimento se engendrava, que muitos pescoços de elementos de proa na sua gestação, seriam cortados, depois da vitória... Assim falava Siqueira Campos.

Dessa forma, o contingente que vinha dos movimentos idealistas de 22 a 24 acompanhava a marcha de 30 por uma espécie de contingência da luta a que se entregara muito cedo, mas não tinha confiança nos “políticos”. E a Revolução de 30 confirmou esse sentimento de desconfiança com o espetáculo de sua frustração, descambando para um desenhado de choques e paixões políticas contra o qual se erigiu enfim o movimento de 9 de julho de 1932.

O que caracteriza o Movimento Constitucionalista em face dos outros movimentos é que se plantou como um marco entre eles, pela sua expressão de explosão coletiva. Foi 32 um movimento de massa, o mais impressionante de nossa história política, mas um movimento de massa sem sentido de classe. Todas as classes sociais se concentraram nessa demonstração, que era uma espécie de explosão de revolta contra o abastardamento a que se chegava sobre os resultados das revoluções anteriores. Em 1922, era o desfile da audácia de jovens militares contra a oligarquia perrequista, mas sem base de massa popular. Em 1924, na capital paulista,

como no sul, era ainda um movimento sem base de participação popular, a qual só se manifestou aqui, naquele ano, quando a ação de repressão do governo Bernardes sujeitou a cidade a um bombardeio selvagem. Em 30, essa participação do povo se fez sentir, não preponderantemente, com a organização de batalhões “patriotas” que marchavam para as frentes de combate, se bem que muitos deles partiam para as trincheiras dos defensores do regime que se procurava derrubar...

Esses movimentos todos, porém, expondo o povo aos sacrifícios decorrentes das lutas político-militares, contribuíram para ir acendendo nele, que os sentia mais de perto, a chama do sentimento de participação na luta. Assim, quando surgiu a Revolução Constitucionalista, o povo paulista estava “em ponto de bala” para uma participação efetiva na luta, o que deu ao movimento de 9 de Julho todas as características de um movimento de massa, amplo, que constituiu um fenômeno político inédito no País e que varara um século, talvez, como explosão coletiva contra os desmandos políticos como fator de infelicidade pública.

O grande papel da Revolução Paulista de 32 foi que ela enfraqueceu desde o início a ditadura, limitou-lhe a esfera de ação numa época de fastígio das ditaduras. Foi uma espécie de brado de alerta que repercutiu na consciência nacional, desarmando os propósitos de discricionarismo político, apesar de não ter conseguido a vitória pelas armas. Essa contribuição moral e cívica da Revolução de 32 não só desmarcava os vitoriosos de 30, quando eles tomaram o desvio das influências fascizantes da época, como enfraqueceria os movimentos que a seguir se originariam da crise ideológica que se abatia sobre o mundo, e que só seria dominada com a eclosão de uma nova conflagração mundial e o esmagamento do fascismo.

No dia em que se puder colher serenamente o material indispensável à fixação da filosofia da história dessa época agitada do Brasil, ver-se-á que o influxo idealístico da Revolução Constitucionalista concorreria para enfraquecer o movimento de baluartismo dos comunistas, em 35, limitado à explosão de quarteladas no Rio e no Norte, com restrita participação de populares, como enfraqueceria, também, ideologicamente, o irrompimento do movimento integralista da mesma forma sem base popular, que se restringiu a uma frustrada tentativa de tomada do poder com o ataque ao Palácio Guanabara pelas forças militarizadas dos verdes, reforçadas com a participação de efetivos militares de que dispunham os integralistas nos quartéis.

Em prosseguimento das manifestações políticas extremadas, o Movimento de 37, que teria a servi-lo as vitórias no mundo, aqui também surgiu como manifestação caricata do fascismo, em que o “chefe” Vargas,

que usurpara o bastão fascista das mãos do “chefe” Plínio Salgado, criaria um arremedo de Estado totalitário, sem plano ideológico capaz de estabelecer as bases de uma dominação tentacular; e que viveria, na sua fraca expressão político-ideológica, apenas dos reflexos da dominação fascista sobre o cenário da Europa, e também graças às tibiezas da política americana, sob o influxo da pressão dos isolacionistas.

O que concorreu para dar ao Brasil essa estranha força de resistência que limitou o tempo de duração da ditadura nascida ao influxo do fascismo (ao contrário do que aconteceu na Argentina) foi, entre outros fatores, a repercussão da Revolução Constitucionalista, graças ao profundo sentimento de mobilização popular daquele movimento, que se transformou num fenômeno político que estabeleceria o clímax de manifestação da consciência brasileira no sentido da vocação democrática do povo, que operou o milagre da Constituinte de 34.

O povo dava, então, num mundo em que a democracia agonizava, o exemplo de uma fecunda luta, sem armas, numa manifestação integral de sentimento democrático, que preponderou sobre todos os planos partidários, sobre as paixões de grupos, que lhe poderiam acarretar vícios e manchas, para transformar-se num fenômeno inédito, que levantou premissas desalentadoras para os adeptos da tirania política em moda. Militarmente dominado, civicamente vitorioso, o Movimento Constitucionalista foi o fator de arrefecimento daqueles que marchavam no rumo do eixo Roma/Berlim, armando a nação da resistência necessária a atravessar o período grave da história da humanidade, sem comprometer suas afinidades político-diplomáticas, de forma a se poder atender o apelo das democracias, na hora decisiva da luta de vida e de morte para a democracia. Parece que, nesse rumo, a história terá ainda muito que dizer...

(Do **Correio Paulistano**, de 9-7-1957.)

*

DOIS LIVROS DE BRASIL BANDECCHI

Wilson de Lima Bastos

Brasil Bandecchi é um dos mais abalizados historiadores brasileiros contemporâneos. Professor universitário residente na capital bandeirante e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História, é o dirigente responsável pelos **Cadernos de História**, impressos nas oficinas da Editora Parma Ltda.

Conheci-o aqui em Juiz de Fora, honrados que fomos com a sua presença e efetiva participação no VI Simpósio de História do Vale do Paraíba. Figura que impressiona pelo porte, agudeza intelectual e pela seriedade com que realiza seus estudos e pesquisas históricas.

Entre os notáveis trabalhos de sua autoria, queremos chamar a atenção para **Liga Nacionalista** (Caderno 14) e **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal** (Caderno 15), o primeiro editado em 1980, o segundo em 1982. Em ambos escalpela, nos mínimos detalhes, o complexo histórico documental, apresentando um estudo analítico a merecer a devida atenção dos estudiosos da História como precioso ponto de partida a muitos outros estudos e pesquisas.

No primeiro, **Liga Nacionalista**, examina as origens do espírito liberal na Faculdade de Direito de São Paulo. Já nos fins do século XVIII alguns brasileiros se entusiasmavam pelo movimento liberal em evidência no mundo, sobretudo em face de sua preocupação com as idéias da Independência do Brasil. Inconfidentes mineiros deram disto o testemunho numa das façanhas libertárias mais gloriosas. Dedicou um capítulo ao discurso de Bilac quando da fundação da Liga Nacionalista e, logo a seguir, trata dos "Objetivos e Organização", com os destaques necessários para diversas extensões ou dimensionamentos da grande campanha. Com a Revolução de 1924, chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, uma das sérias consequências foi o fechamento da Liga Nacionalista. Fechada, continuou, todavia, o seu ideal presente em outras extensões lideradas por notáveis brasileiros, o Partido da Mocidade pela instrução popular e pelo voto secreto, e a fundação do Partido Democrático, à frente do qual se encontrava o Conselheiro Antônio Prado.

No segundo, **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal**, Bandecchi nos dá informações preciosas a respeito do aparecimento e do processo desenvolvido com a fundação de numerosos centros, em São Paulo da **Burschenschaft** e da Maçonaria. Assim fala Vinicius Ferreira Paulino na "Nota Preliminar". "A **Burschenschaft** teve, como a Maçonaria, forte atuação na Monarquia e no novo regime e, uma e outra, possuíam em seus quadros cidadãos dos mais ilustres do País, que presta-

ram grandes serviços à Nação” (p. 7). Lembra este último que Afonso Arinos de Melo Franco assim esclarece ao escrever sobre Rodrigues Alves: “Desde o início a **Burschenschaft** paulista (...) foi liberal, abolicionista e republicana”.

Trata-se de livro de rico conteúdo, dedicando capítulos especiais a: I. A Maçonaria e a luta contra o abolicionismo; II. Na Trilha da Independência; III. Joaquim Gonçalves Ledo, a Maçonaria e a Independência; IV. Líbero Badaró, Júlio Frank, a **Burschenschaft** e a Liga Nacionalista; V. A **Burschenschaft** e a Maçonaria em São Paulo; e Apêndice com diversas importantes notas de esclarecimento histórico.

Voltaremos ainda a examinar alguns pontos destacados dos dois interessantes livros e, entre estes, a importância da **Burschenschaft** na vida universitária paulista e, depois, através de seus líderes, na vida política brasileira.

É com estudos deste tipo, pelo Brasil afora, que os historiadores deveriam se preocupar decididamente a fim de se poder dar uma contribuição para o conhecimento das novas gerações. O trabalho e a metodologia, os temas e os setores pesquisados pelo ilustre historiador constituem um modelo digno de ser seguido por nós estudiosos da História.

(**Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 6-1-1983.)

*

MADRE THEODORA VOIRON

Paulo da Silveira Santos

Em seu recente livro **A Glorificação da Serva de Deus** (São Paulo, Impressora Pannartz, 1982, 288 págs.), o Professor Roberto Machado Carvalho narra, em pormenores, os sessenta anos de abnegação e carinho que Madre Theodora Voiron dispensou à infância, aos pobres e enfermos da cidade de Itu, com extremada dedicação exerceu seu sacerdócio. Nascida aos 6 de abril de 1835 em Chambéry, França, aos nove anos de idade recebeu a primeira comunhão, abraçando logo a profissão religiosa. Aos 18 anos recebeu o hábito, adotando o nome religioso de Irmã Maria Theodora. Em 1856, o bispo de São Paulo D. Antônio Joaquim de Melo (ituano), fundador do Seminário Episcopal de São Paulo, decidiu-se a fundar em Itu um colégio destinado à educação religiosa para moças. Para isso, entrou em contacto com a Congregação das Irmãs de São José, em Chambéry, e, dentre as sete irmãs missionárias designadas para servir nesse colégio, encontrava-se Madre Maria Theodora de Voiron.

Começa aqui a atuação relevante da ilustre missionária no Brasil. E então, nas páginas e nos capítulos que se seguem, acompanhamos, passo a passo, a atuação humanitária e grandemente altruística da religiosa francesa, uma verdadeira santa por seus atos e palavras, tudo minuciosamente pesquisado e narrado pelo abalizado historiador.

É um livro que, por sua linguagem fluente e escorreita, desperta a atenção do leitor. Como acertadamente observa no prefácio o escritor Dr. Novelli Júnior, "neste livro, o historiador Roberto Machado Carvalho através de meticoloso trabalho de pesquisa, documenta em seus mínimos detalhes a trajetória terrestre dessa extraordinária figura de mulher. Com mão de mestre, soube ele retratar em pinceladas largas o perfil de uma fiel seguidora do Evangelho, projetando-a para vir ocupar, seguramente, uma página do hagiológico cristão". Assim é realmente, e essas palavras dizem tudo. Está de parabéns o meu prezado confrade de imprensa e ilustre companheiro do Instituto Histórico e da Academia Paulistana da História, pela publicação desta obra.

(De um artigo publicado no **Diário Popular**, de São Paulo, de 10 de abril do corrente ano.)

IMPORTANTE OBRA SOBRE O MOVIMENTO DE 1964

Luciara Silveira de Aragão e Frota

1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe) é o produto da pesquisa realizada por René Armand Dreiffus, no período de 1976-1980 para sua tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de Glasgow, na Escócia. A idéia inicial para a escolha do tema surgiu quando Dreiffus, uruguaio de nascimento, participava do Curso de Mestrado em Política na Universidade de Leeds, Inglaterra, sob a orientação dos professores Hamza Alawi e Ralph Miliband.

Para consecução dos seus objetivos, fizeram-se necessárias pesquisas não só no Brasil, mas ainda nos Estados Unidos sob o patrocínio do **Social Science Research Council**, da Grã-Bretanha. No Brasil, as pesquisas estenderam-se a fontes não publicadas, nos Arquivos do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais); Arquivo Nacional (pesquisando-se aí também os arquivos de Luís Viana Filho e de Paulo de Assis Ribeiro); o do Marechal Castelo Branco, no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; a Coleção ECEME (Escola do Comando e Estado-Maior do Exército) e documentos da Biblioteca do Exército, Primeira Região Militar e da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos, as pesquisas em fontes não publicadas englobaram o National Security – Brazil; Presidential Office Files – Staff Memoranda e Ralph Dungan Papers na Biblioteca John Kennedy em Boston.

O elenco destas fontes, dentre outras, faz acreditar que benefícios maiores poderiam resultar do exame e análise de tão vasta documentação.

Do ponto de vista formal, o trabalho não contém Introdução, além de sucintos agradecimentos apresentados como tal. O Capítulo I, “A formação do populismo”, é o que faz às vezes de intróito, retroagindo aos anos 30. A Introdução fez falta, principalmente quando consideramos as suas volumosas 814 páginas. Neste primeiro capítulo, o autor foi muito feliz quando partiu da consideração inicial do que apesar de a indústria e de os interesses agro-exportadores haverem estabelecido um “estado de compromisso”, a coexistência entre si foi difícil sendo o período marcado

por crises contínuas. Tal acontece, de fato, a partir de 1932, o que levou ao estabelecimento do **Estado Novo** em 1937. Sem perder o foco de seu interesse central ligado à identificação das forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de sua internalização (em sua etapa moderna e o acompanhamento de sua intervenção no Estado e na Sociedade Brasileira), Dreiffus faz referência aos “slogans” adotados pelos empresários em sua convenção nacional de 1945, tais como “democracia econômica” e “justiça social”. Referindo-me à mobilização das classes trabalhadoras, de fato, feita dentro de certos limites, indica-a como suporte para “o estabelecimento de um executivo relativamente independente” colocando Vargas acima do controle das Forças Armadas. Daí a conseqüente reação do Exército (tendo a FEB como frente) aliando-se aos industriais locais, à oligarquia, às classes médias e às empresas multinacionais (as quais haviam então renovado os seus interesses pelo Brasil), depondo o presidente.” Reportando-se à eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra, dado como o responsável pelo favorecimento do “laissez faire” na área econômica, aparece “frouxa” a ascensão do Partido Comunista, o qual obteve nas eleições o mesmo número de votos que o PTB. Tal assunto, se mais explorado, forneceria ao leitor melhor imagem da “cooptação da classe trabalhadora pelo populismo”.

Dividido em dez capítulos — na verdade considerando seu autor como capítulos a Introdução e a Conclusão (Cap. X) — o trabalho não chega a analisar toda a documentação disponível apresentada, possivelmente em função mesmo da grande quantidade de material obtido. Os dez “capítulos” compõem a primeira parte do livro, num total de 493 páginas. Na segunda parte do livro, Dreiffus inclui mais de 390 páginas de publicação de apêndice. Tais apêndices são concernentes à lista de membros da American Chamber of Commerce, por exemplo, às atas esparsas das reuniões do IPES (23 de novembro 62, 22 de janeiro, 8 de abril 63), cartas e relatórios, porém sem uma adequada explicação e/ou análise, nem ligação precisa com a primeira parte do livro. Numa época em que a concepção de História superou a idéia de que “os fatos falam por si mesmos” e a de que seja História a mera publicação de documentos (como se os fatos ali estivessem adormecidos à espera de quem os acordasse) fica frustrada a curiosidade intelectual do leitor, mormente quanto aos documentos relacionados à infiltração comunista, em 1964. Consiste pois na primeira parte o maior interesse do estudo.

Interessante é a distribuição didática do conteúdo dos capítulos numa montagem coerente de subtítulos em relação ao título-chave, seguindo-se a todos, fartas notas bibliográficas. É pena que a trabalho de tal fôlego, falte um indispensável índice remissivo.

Mediante a descrição do complexo que levou a elite orgânica à ocupação e atuação nos postos estratégicos do Estado, desde a fase do recrutamento, estrutura decisória e organização para a ação, o autor nos põe em contato com os acontecimentos políticos num estilo atraente como se estivesse o leitor convivendo familiarmente com os personagens citados. Rico de informações, o trabalho tem o mérito de desmistificar a idéia do não-envolvimento dos empresários nos negócios políticos. “A forma de ação política mais importante exercida pelos empresários e técnico-empresários é que sempre foi pouco enfatizada em estudos anteriores da conjuntura política do início da década de sessenta, a campanha dirigida pelo IPES contra o executivo, a esquerda e o trabalhismo.”

Em suas conclusões, até certo ponto modestas, Dreiffus, afirma que “a nova relação entre o Estado, as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica. Volta-se para uma História do bloco do poder multinacional principiada em 1º de abril de 1964, época em que “tornaram-se Estado” os novos interesses dominantes. A proposta contida no primeiro parágrafo de suas conclusões, sobre observações ligadas às implicações metodológicas, teóricas e políticas são insuficientemente cumpridas ao longo de todo o trabalho, limitando-se seu autor apenas às menções e referências a Gramsci e a Poulantzas.

Lançado numa época de poucos estudos sobre o empresariado brasileiro e sua atuação, a obra de Dreiffus não pode, contudo, deixar de ser da maior validade para os interessados na História Contemporânea do Brasil, constituindo-se em uma fonte de consulta obrigatória aos seus estudiosos.

(Pretópolis, Vozes, 1981. 814 página)

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Aguiar, Pinto de — Nordeste: o drama das secas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. 181 págs. (Cof. “Retratos do Brasil”, v. 167.)

O presente livro relata documentadamente as tentativas que têm sido feitas para atacar (ou remediar) a ocorrência das secas no Nordeste brasileiro, fenômeno que tem absorvido parcela considerável dos recursos nacionais. Ao enfatizar a necessidade de abordagem do problema de uma perspectiva científica e técnica, em caráter efetivo e, sobretudo, com continuidade administrativa, complementa o autor seu trabalho com informações sobre a economia e a sociologia da região. ONM (Cortesia do autor.)

Barreto, Maria Teresinha Sobierajski — Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do rio Tijucas. Pref. de Maria Luiza Marcílio. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina/Editora Luardelli, 1983. 140 pp.

Prefaciando o presente volume, salientou a Profa. Maria Luiza Marcílio, reconhecida autoridade em Demografia Histórica, que a autora “realizou sua pesquisa com rigor, seriedade e grande amor”, acrescentando que “são trabalhos desta natureza que nos levam a conhecer as populações e etnias, minoritárias ou não, seus comportamentos e seus padrões, seus anseios e suas vitórias, recuperando, assim, de forma cada vez mais abrangente, a história de nossas populações”. Ainda mais que se trata de pesquisa pioneira, pois os grupos poloneses de Santa Catarina não haviam ainda sido estudados, segundo recorda o Prof. Walter F. Piazza. O estudo foi apresentado, originalmente, como dissertação de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e não temos senão que louvar o empreendimento da referida Universidade em publicar os trabalhos que lhe são apresentados para o cumprimento da carreira universitária. Bom exemplo para outras universidades brasileiras. ONM (Cortesia da Uni. Fed. de Santa Catarina.)

Bossle, Ondina Pereira — Henrique Lage e o desenvolvimento sul-catarinense. Pref. de Fernando Marcondes de Mattos. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981. 80 pp.

O objetivo principal deste trabalho — diz a própria autora — é mostrar o processo de implantação da indústria carbonífera no sul

de Santa Catarina, sob a liderança e atuação de Henrique Lage, bem como toda a sua luta pela estruturação do sistema portuário e ferroviário, intimamente ligados ao desenvolvimento da mineiração sul-catarinense. E não deixou a autora, ainda, de lembrar que a escolha do tema se prendeu à atualidade do problema energético, dentro do qual a utilização do carvão surge como importante fonte alternativa, pretendendo, também, demonstrar e conscientizar de que este é um problema que vem sendo tratado desde o tempo imperial e, ainda hoje, não solucionado. Tabelas, quadros e precisa indicação de fontes complementam o volume. ONM (Cortesia da Univ. Fed. de Santa Catarina.)

Carvalho, Côn. José Geraldo Vidigal de – Ideologia e raízes sociais do clero da Conjuração. Viçosa, Imprensa Universitária, 1978. 88 pp.

A intenção do autor foi focalizar um aspecto da história eclesiástica do Brasil, “a qual só será escrita com profundidade quando cientificamente se pesquisar a atuação da Igreja nos vários episódios, analisando-se com objetividade os documentos”. Enquanto tal não acontece, contribuições como a do ilustre sacerdote de Mariana são sempre oportunas. O autor teve a orientá-lo, em seu trabalho, dois nomes respeitáveis da historiografia mineira (Francisco Iglésias e Maria Efigênia Lage de Resende) e serviu-se, em grande parte do precioso arquivo eclesiástico de sua cidade. Em apêndice, transcreve o autor a oração fúnebre pronunciada pelo Cônego Luís Vieira nas exéquias do dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, a 12 de outubro de 1784, em Sabará. ONM (Cortesia do autor).

Carvalho, Côn. José Geraldo Vidigal de – Temas oratórios/Temas filosóficos/Temas sociais. Ouro Preto, Imprensa Universitária, 1982; Belo Horizonte, Edições Júpiter, 1981. 3 vs.

A exemplo de **Temas Históricos**, que já tivemos oportunidade de registrar em nosso nº 106 (2º trimestre do ano passado), publica o autor três novos volumes reunindo trabalhos diversos, versando todos sobre assuntos de grande interesse cultural. A eles, podemos aplicar o que escrevemos sobre o volume anterior. Julgamos de utilidade registrar o conteúdo de cada um deles; em **Temas Oratórios**: Centenário de Madre Maria das Neves; As Irmãs Carmelitas em Teresópolis; Tricentenário da morte de S. Vicente de Paulo; 90 anos da elevação de Viçosa a vila; Honora Medicum; Discurso de posse na Academia Marianense de Letras; Medicina, palavra sagrada; Orações fúnebres por ocasião dos falecimentos de Fernando Vidigal de Car-

valho e Dr. Christovam Lopes de Carvalho; Homenagem a um grande bispo (Dom Geraldo Majela Reis) e Saudação à cidade de Mariana. Em **Temas Filosóficos**: A Filosofia, caminho para a verdade e a paz; O fenômeno do ateísmo no mundo de hoje; Humanismo cristão, rota para Deus; Filosofia da arte barroca; Subsídios para o estudo das idéias filosóficas em Minas Gerais; A Universidade à luz da filosofia cristã; O tomismo hoje; Caminhos da felicidade; Reflexões sobre a biocracia. Em **Temas Sociais**: Papel social do educador; A nobreza do trabalho; Amar a língua pátria é um ato de civismo; Grupo de jovens; O nutricionista, a pessoa humana e a alimentação; Duas importantes culturas européias e seus reflexos na América; A Igreja, o escravo e a promoção humana no Brasil; Panorama social, econômico e religioso da Idade Média da violência; A imprensa de Mariana a serviço do processo social. ONM (Cortesia do autor.)

Collier, David (org.) — O novo autoritarismo na América Latina. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 407 p. (Col. “Estudos Latino-Americanos”, vol. 18.)

“A pesquisa sobre a América Latina trouxe importantes contribuições teóricas ao desenvolver novas hipóteses sobre a mudança política dentro do cenário de dependência econômica e tecnológica que caracteriza esta região. Estas hipóteses sugerem que as interações entre os padrões de mudança econômica, social e política que ocorreram neste contexto de desenvolvimento capitalista tardio e dependente, não levaram de modo coerente à democratização, mas parecem, ao contrário, ou pelo menos em alguns casos, estarem ligados à emergência do que se convencionou chamar autoritarismo-burocrático. O modelo autoritário-burocrático constitui, assim, o foco central de discussão deste livro”. Com estas palavras, postas à guisa de apresentação numa das “orelhas” do livro, está praticamente sugerido o seu interesse e atualidade: “Esta tipologia que surge inicialmente para explicar a realidade brasileira e argentina dos anos 60, dominada pelos militares como instituição, deve, no entanto, levar em conta o surgimento de conjunturas como as que marcaram a América Latina nos anos 70: o caso do Chile e do Uruguai e as próprias transformações ocorridas na Argentina e no Brasil”. Consta a obra de três partes: a primeira, “O novo autoritarismo na América Latina” (que deu título ao livro), apresenta-nos dois capítulos: “Resumo do modelo autoritário burocrático, e “Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina”, de autoria, respectivamente, de David Collier e Fernando Henrique Cardoso; a segunda parte intitula-se “Explicação da emergência do auto-

ritarismo-burocrático” e compreende quatro capítulos: “A mudança para o autoritarismo na América Latina e a busca de suas determinantes econômicas”, “Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários”, “Mudança industrial e governo autoritário na América Latina” e “Estado e Regime, pelos quais respondem Albert O. Hirschman, José Serra, Robert R. Kaufman e Julio Cotler, respectivamente; finalmente, a terceira parte — “Evolução futura do autoritarismo e orientação para novas pesquisas” — consta de mais três capítulos: “Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a questão da Democracia”, “Mudança industrial e mudança política; uma perspectiva européia” e “O modelo autoritário-burocrático: síntese e prioridades para outras pesquisas; são seus autores Guillermo O’Donnell, James R. Kurth e David Gollier. Glossário e excelente bibliografia complementam o volume, doravante de consulta obrigatória para quem quiser conhecer os problemas contemporâneos da América Latina ou, pelo menos, de parte dela. ONM (Cortesia da Profa. Eva de Ávila Rossi.)

Corrêa, Carlos Humberto — Os governantes de Santa Catarina, de 1739 a 1982. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. 356pp.

O autor elaborou este livro “com a dedicação e cuidado que caracterizam todos os seus trabalhos, pondo, à disposição do leitor, o conhecimento acerca dos homens que dirigiram os negócios públicos de Santa Catarina desde a criação de Capitania”. Estas palavras de Victor Peluso Júnior predispõem o leitor ao contato com um livro que, ao contrário do que pode dar a entender o título, não é um simples elenco dos chefes do governo catarinense, mas uma substanciosa contribuição à história do Estado. Não deve ter sido fácil, reconhece o apresentador do volume, elaborar 142 biografias, “em que o valor pessoal e o papel histórico das personalidades estudadas foram muito desiguais”. Como desiguais foram também as fontes de informação: “alguns dos antigos ocupantes da curul governamental, como a maior parte dos que nela estiveram no período colonial, deixaram pouca documentação a seu respeito, enquanto que outros, principalmente do período republicano, são facilmente acompanhados, em todas as fases da existência, por copiosa literatura e, freqüentemente, por testemunhas de sua passagem pelo governo”. Seria de muita utilidade se, em todas as unidades da Federação, se elaborassem trabalhos semelhantes a este, quando nada (e já seria muito...) para a preservação da memória de tanta gente altamente significativa, mas totalmente ignorada das gerações novas. E estas, mesmo

que queiram conhecê-la, não têm onde aprender... Eugênio Egas elaborou uma "Galeria dos Presidentes de São Paulo" (Império e República, mas que parou em 1930), e Lourenço Luiz Lacombe publicou um volume sobre os chefes do governo do Estado do Rio de Janeiro, e Joaquim Carvalho Ferreira outro sobre Goiás. Não sabemos de nenhum outro, o que não significa que não exista. Mas cremos que o do ilustre professor catarinense atende mais que os outros ao objetivo visado, pois abrange um período bem mais amplo. ONM (Cortesia do autor)

Costa, F. A. Pereira da — Arredores do Recife. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. 161 pp. ilustr. (Coleção Recife, v. 10.)

Ao falecer, em 1923, Pereira da Costa deixou numerosos trabalhos esparsos por jornais e revistas, inclusive, os reunidos para formar o presente volume sobre os bairros e subúrbios da capital pernambucana. **Arredores do Recife** — diz Leonardo Dantas Silva, responsável pela edição — "por certo virá agradar aos estudiosos e pesquisadores, como também a curiosos e amantes das coisas do Recife. Aqui estão descritos 25 subúrbios recifenses, alguns ainda com o cheiro de mel fervendo nos tachos dos antigos engenhos, com aquele sabor de infância, com sons de pregões se perdendo no meio da noite, cantigas de roda, estórias de assombrações, narrativas de brabos, tradições da Guerra Holandesa, devoções seculares. É o Recife de corpo inteiro, representado pela pureza dos seus subúrbios ao receber os alísios que vêm do alto-mar. É o Recife suburbano com cheiro de Jasmim nos seus jardins, com os quintais e sítios povoados de mangas-rosa, espada e carlotinha. É o Recife dos mangues, onde caranguejos e guaiamus povoam os sonhos do menino de ontem, entrecortados por rios, visto com saudade pelo homem de hoje. É o Recife das revoluções, cheio de heróis, hoje nomes de ruas, e o Recife simples de um povo alegre que possui um linguajar bem seu. É o Recife dos nossos avós, ainda vivo nos usos e tradições dos nossos subúrbios". A presente edição inclui um capítulo de José Antônio Gonsalves de Mello sobre o bairro da Capuanga e vem ilustrada com 25 gravuras e fotografias da segunda metade do século XIX, em sua maioria de Luiz Schlapriz, de quem já nos ocupamos num dos últimos números desta publicação (n.º 106, de 1982) e cujas estampas foram há pouco reimpressas em belíssimo álbum editado pela mesma entidade que promoveu a publicação do livro de Pereira da Costa. O presente volume integra a **Coleção Recife**, da Fundação de Cultura da capital pernambucana. ONM

Fonseca, Walter — Fonseca, uma família e uma história. São Paulo, Obelisco, 1982, XV + 344 p.

Este trabalho, adverte o prefaciador, Professor José Gomes de Campos, deve ser apreciado pelos lados histórico e técnico: o histórico mostra trabalho intenso revelando o pesquisador e intérprete de uma face da História do Brasil; o lado técnico mostra o homem cuidadoso, preciso e inovador em questões de levantamentos e interpretação de dados nas pesquisas que realizou. Por isto mesmo, não é apenas uma obra de genealogia, na qual as linhagens simplesmente se sucedessem, mas, igualmente um trabalho que interessa à história propriamente dita, com o necessário embasamento documental para explicações corretas e precisas, notadamente quando se trata dos grandes nomes da família, entre os quais dois que exerceram a presidência da República. Numerosos quadros, organogramas, planilhas, ilustrações e referências bibliográficas complementam o belo trabalho. ONM (Cortesia do autor)

Garcia, Emanuel Soares da Veiga — O comércio ultramarino espanhol no Prata. São Paulo, Perspectiva, 1982. 118 pp. (Coleção "Khronos", v. 13.)

O relacionamento comercial entre a Espanha e suas colônias da América se desenvolveu em três etapas; monopólio régio, companhias privilegiadas de comércio e navegação e, finalmente, comércio livre. O autor estuda estas variantes do comércio ultramarino espanhol, tendo como principal enfoque a região do Prata, valendo-se de rica e farta documentação de arquivos de Sevilha e de Buenos Aires. Consta o livro de quatro partes. 1. A marginalização de Buenos Aires no contexto colonial dos Áustrias; 2. Buenos Aires na conjuntura borbônica; 3. Carlos III e sua política reformista no Prata; e 4. Problemas e interpretações. Nesta última, o autor transcreve, na íntegra, analisando-o documento de Carlos III, datado de 12 de outubro de 1778, sobre o "comércio livre", constante de 55 artigos. É significativo observar que o Professor Emanuel Soares da Veiga Garcia é o primeiro autor brasileiro a figurar na valiosa coleção **Khronos**, da importante editora paulistana. ONM (Cortesia do autor)

Gouvêa, Fernando da Cruz — Uma conjuração fracassada e outros ensaios. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. 186 p. (Coleção Recife, v. 26).

A “conjuração fracassada”, a que se refere o título do volume, consistiu numa série de conflitos políticos em Pernambuco no início da República, durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima, compreendendo o período de 1892 e 1896. Ocupando mais de dois terços do volume, o trabalho do autor pernambucano, já bastante conhecido pelo seu excelente livro sobre Oliveira Lima, constitui valioso subsídio para a história dos primeiros tempos do novo regime em seu Estado. Os “outros ensaios” versam sobre as relações de D. Pedro II com a Faculdade de Direito do Recife e sobre a polémica de Joaquim Nabuco e José Joaquim Seabra a propósito da Abolição. Tal como o volume, já registrado, Pereira da Costa, integra, a **Coleção Recife** (vol. 26), uma excelente realização da Secretaria da Educação, através de sua Fundação de Cultura. ONM

Hübener, Laura Machado — O comércio da cidade do Desterro no século XIX. Apres. Walter F. Piazza. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981. 120 pp.

Mais uma valiosa edição da grande universidade catarinense, versando, como quase sempre, assunto ligado à história de Santa Catarina. Desta vez a velha Desterro do século XIX em seu comércio, preenchendo sensível lacuna, como observou o Prof. Piazza na apresentação do volume: “É de salientar a excelente estruturação da pesquisa que culminou em tal trabalho, onde se visualiza todo o contexto econômico do litoral catarinense no séc. XIX”. Seus cinco capítulos têm por títulos: “Aspectos gerais do comércio brasileiro no século XIX”, “As bases do comércio da cidade do Desterro”, “Desterro como principal porto da Província”, “A posição do comércio da Província de Santa Catarina no contexto nacional” e “Farinha de mandioca, o principal produto de exportação”. Quadros, gráficos, mapas, referências bibliográficas complementam o volume. ONM (Cortesia da Univ. Fed. de Santa Catarina.)

Infantosi, Ana Maria — A Escola na República Velha: Expansão do Ensino Primário em São Paulo. São Paulo, Edec. 1983. 162 pp.

Neste bem documentado estudo, a autora procura revelar, analisar e integrar as evidências empíricas proporcionadas por fontes primárias concernentes à expansão do ensino primário no Estado de São Paulo,

no período compreendido pela Primeira República. À autora preocupou, especificamente, o confronto entre a extensão da oferta dos serviços educacionais e o volume das necessidades de instrução, criadas pelo desenvolvimento demográfico e sócio-econômico do Estado e potencializadas pela ideologia republicana. Assim, acompanha o processo de mudanças quantitativas e organizacionais observadas no ensino primário público paulista a fim de verificar até que ponto as mesmas vincularam-se, próxima ou remotamente, às transformações da estrutura sócio-econômica e da organização política vigente na Primeira República. Consta o livro de duas partes: 1. Antecedentes históricos do desenvolvimento educacional paulista; e 2. Esforço republicano para disseminar a Instrução. Na primeira parte, são estudados especificamente a herança colonial (transplante cultural e instituições educativas) e o tributo ao passado (dualidade de padrões sócio-culturais e dualidade de padrões escolares). Embora de dimensões menores que a segunda parte, constitui excelente síntese para o conhecimento do ensino em São Paulo. A segunda parte, que joga necessariamente com dados estatísticos, vem bastante fundamentada nas fontes utilizadas. ONM (cortesia da autora.)

Lazzarotto, Danilo — Os capuchinhos na história e no desenvolvimento de Ijuí. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 120 pp. (Coleção “Religiosos no Brasil”, v. 6)

O autor já é bastante conhecido pelos seus trabalhos de história, antropologia e arqueologia sobre a região de Ijuí, onde reside e atua proficientemente na FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado), entidade que mantém, entre outras atividades, uma Faculdade de Filosofia bastante renomada e um museu de antropologia e arqueologia, dos mais ricos do País. Neste seu novo trabalho, o autor analisa a atuação e presença dos capuchinhos em Ijuí, no período 1950/1970, “momento em que se dá a passagem da policultura para o binômio trigo-soja”. Aborda, de início, aspectos históricos da colonização européia no Estado e da chegada dos primeiros capuchinhos no Sul do Brasil (1896), mais especificamente em Ijuí (1949). Trata, a seguir, da participação dos religiosos em diversas atividades da cidade e da região, sobretudo no setor educacional e social. O livro integra a coleção “Religiosos no Brasil”, na qual diversos outros volumes tratam de jesuítas franciscanos, lassalistas e carlistas no Rio Grande do Sul. ONM (Cortesia da EST São Lourenço de Brindes.)

Lima, João de Souza — *Moto Perpétuo: a visão poética da vida através da música*. São Paulo, Ibrasa, 1982. 221 p. (Biblioteca de Estudos Brasileiros).

Parece que a morte implacável estava apenas à espera que Souza Lima escrevesse e publicasse sua autobiografia para arrebatá-lo deste mundo. Pois teria sido, de fato, uma pena se o grande músico partisse sem nos deixar, contada por ele mesmo, a sua vida, ou melhor sua “visão poética da vida através da música”. Eis o sentido valioso deste livro, aparecido poucos dias antes de seu desaparecimento. Do grande músico, já nos ocupamos em último número desta publicação, reproduzindo discurso que proferimos há dez anos, quando Campinas celebrou jubilosamente o cinquentenário de seu primeiro concerto em Paris. Nesse discurso, recordamos as múltiplas facetas do mestre: compositor, regente, pianista, professor. Mas nada como ler o que ele próprio escreveu. ONM

Moreira, Maria Eunice — *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1982. 128 pp. (Coleção “Temas Gaúchos”, vol. 28.)

Licenciada em Letras, a autora obteve o título de Mestre na PUC de Porto Alegre com a monografia que se transformou no presente livro, valiosa contribuição para a compreensão da literatura sul-riograndense, num dos seus ângulos mais importantes, qual o regionalismo. “Visando a alcançar uma tipologia do regionalismo gaúcho, a autora estuda onze livros que constituem a produção mais significativa do período em questão (1872/1922). Com isto, determina as características que particularizam o regionalismo como tendência literária e especifica suas singularidades no Rio Grande do Sul. Se a perspectiva é descritiva e morfológica, a autora escora-se numa visão histórica da formação social e literária do Estado, visando a alcançar uma interpretação sociológica do fenômeno. O procedimento demonstra sua funcionalidade: sem submeter o texto a prejuízos externos, a autora deixa emergir sua significação, para, num momento posterior, evidenciar suas coordenadas ideológicas, que revelam igualmente as limitações da produção literária desta época. Estudo descritivo, mas também crítico, o livro mostra-se extremamente útil aos interessados em compreender, de modo despreconceituoso ou despido de ufanismo, as peculiaridades da literatura rio-grandense. E integra-se num projeto maior de reflexão elucidada-

tiva sobre a cultura regional, condição indispensável a uma postura criadora e emancipada, a partir da circunstância local”. (Da apresentação da Regina Zilbermann.) ONM (Cortesia da EST São Lourenço de Brindes.)

Nabuco, Maurício — Reflexões & Reminiscência. Prof. de Alceu Amoroso Lima e Afonso de Melo Franco. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1982. 218 págs.

Ao falecer, em 1979, após uma vida de fecundo trabalho e bela folha de serviços não apenas à diplomacia, mas à própria cultura brasileira, Maurício Nabuco deixou, entre outros os escritos que vieram a constituir o presente volume, carinhosamente cuidado por dois de seus grandes amigos e também das maiores figuras da inteligência brasileira. Consta a obra de duas partes — “Algumas reflexões sobre a diplomacia” e “Reminiscências sérias e frívolas” — ambas traduzindo não apenas recordações de sua bela carreira, “sérias e frívolas”, como ele próprio as intitulou, mas igualmente a vivência acumulada ao longo de sua vida não só na diplomacia, mas também como participante de importantes eventos políticos. Fatos históricos são aqui descritos “através de sua visão crítica e objetiva, que adquire, por vezes, um novo enfoque, ora sob indelével pincelada poética, ora sob inusitado senso de humor”. ONM

Pires, Mário — Campinas, sementeira de ideais: vultos e tradições. Primeiro volume. Limeira, Letras da Província, s.d. 225 p.

Informa o autor ser este o primeiro volume de uma série que pretende publicar “sobre a plêiade de campineiros ilustres e as tradições de Campinas”. Campineiros não apenas de nascimento, mas de adoção, como, aliás, o próprio autor, radicado em Campinas (casado com campineira e com filhos campineiros) e com brilhante folha de serviços à cidade, como professor e jornalista. E agora, também, como evocador de riquíssima galeria de quase trinta figuras de proa na vida campineira. Livro oportuno, pois reúne num só volume informações que precisariam ser pesquisadas em diversas fontes, e que contribuirá para avivar aos que esqueceram e ensinar aos que não sabem a vida e a obra de tantos nomes, quase todos inscritos nas placas azuis de nossas vias públicas. Traz, ainda, o volume notas sobre a Santa Casa, o Centro de Ciências, a presença de Campinas na Academia Paulista de Letras, o brasão da cidade etc. ONM (Cortesia do autor.)

Santos, Sílvio Coelho dos (org.) — O índio perante o Direito. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1982. 192 pp.

Pretende o presente volume ampliar os debates que vêm sendo travados no País sobre as minorias étnicas, introduzindo a necessidade de se repensar o conceito de Estado em termos de pluralismo étnico e sócio-cultural. Esta a realidade do Brasil, que a prática social não contempla. A dimensão política, aliada a uma adequada utilização do Direito, tem que ser considerada para o equacionamento da problemática vivida pelos integrantes das 150 pequenas sociedades indígenas que subsistem no País. Esta foi a motivação que levou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina a organizar e promover, com o apoio da Cultural Survival Inc., dos Estados Unidos, uma reunião de advogados e antropólogos, em outubro de 1980. Os "ensaios" organizados pelo Prof. Sílvio Coelho dos Santos com a colaboração dos participantes da reunião, aprofundam as discussões sobre as sociedades indígenas, desnudam a espoliação e a dominação de que são vítimas e impõem uma reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos, objetivando sua transformação. São os seguintes os "ensaios" constantes do volume: "Sociedades indígenas e dominação do Estado" (pelo organizador), "Os índios e o desenvolvimento nacional" (Anthony Seeger), "Índios, Leis e Políticas" (Eduardo V. Castro), "O índio perante o Direito" (Orlando Sampaio), "Sobre a noção de tutela dos povos e indivíduos indígenas pela União" (Rafael M. Bastos), "Incapacidade civil relativa à tutela do índio" (Pedro Agostinho), "Alguns pontos sobre os povos indígenas e o Direito" (Carlos Marés), "Para que colocar barragens em áreas indígenas ?" (Paul Aspelin), "Terra e conflito no Parque do Aripuanã" (Carmem Junqueira, Abel Lima e Betty Lafer), "Um estudo de caso: os índios Tuxá e a construção da barragem em Itaparica" (Maria do Rosário Carvalho), "A terra, a usina e os índios do PI Mangueira" (Cecília Maria Viera Helm), "Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no Estado do Espírito Santo" (Ewerton M. Guimarães). O volume vem prefaciado por David Maybury Lewis, do "Cultural Survival" e traz, em apêndice, os documentos aprovados na reunião de Florianópolis. ONM (Cortesia da Univ. Fed. de Santa Catarina.)

Thön, Arlindo — Manoel Pereira Brodt, herói da Guerra do Paraguai. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/São Leopoldo, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, 1982. 80 pp (Col. "Imigração Alemã", v. 14.)

Nascido em 1848 e falecido em 1908, o "herói da Guerra do Paraguai" a que se refere o título deste pequeno livro, teve seu nome esquecido por mais de um século, tendo por único companheiro o silêncio, no dizer do autor. Daí sua iniciativa, aliás felizmente bem conseguida, de tirá-lo do olvido, através deste volume que contém bem mais do que o título indica. Por exemplo, os capítulos, relativos à Maçonaria no Rio Grande do Sul, pois retornando da guerra, o biografado foi consagrado maçom, integrante da Loja Estrela do Oriente Terceira, de São Leopoldo. Isto sugeriu ao autor alguns capítulos bastante informativos, especialmente com relação à participação de sacerdotes católicos nas lojas maçônicas. ONM (Cortesia da EST São Lourenço de Brindes.)

*

PERIÓDICOS

Anuário do Museu Imperial, vol. 36, ano de 1975. Petrópolis, 1982. Conteúdo: D. Pedro II e Alencar (Luiz Viana Filho); Um turista coroadado viaja para a América: D. Pedro II nos Estados Unidos (Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright); D. Pedro II, Eça de Queiroz e as Farpas (Roberto Reis da Silva Ramos); Diário da viagem do Imperador D. Pedro II a São Paulo (Celso Maria de Melo Pupo); Exílio e morte de D. Pedro II (Afonso Celso Vilela de Carvalho). Noticiário.

Arquivo: Boletim histórico e informativo. Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, nº 4, outubro a dezembro de 1982. Conteúdo: O Marquês de Pombal no bicentenário de sua morte (Heloísa L. Belloto); Arquivos Estaduais e política de governo (J. S. Witter); Secretaria da Justiça (Amélia F. Trevisan); Escrita de Desquite (J. S. Witter); Arquivos, pesquisa histórica e pós-graduação (Leda Maria Pereira Rodrigues); Notas bibliográficas, Noticiário, Pesquisas. Correspondência: Rua D^a Antônia de Queiroz, 183, São Paulo (01307).

Bib: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Assoc. Nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 13, 1^o semestre de 1982. Conteúdo: Relações internacionais e política externa brasileira: uma resenha bibliográfica (Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima); As Ciências Sociais e o Estado (Sérgio H. Abranches); O Poder Judiciário no Brasil: tendências e leituras (Antônio Cláudio Nuñez). Perfil Institucional, Teses e Dissertações, Pesquisas em andamento, noticiário. Correspondência: Rua da Matriz, 82, Rio de Janeiro (22260).

Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 17, setembro de 1982. Conteúdo: Eliteloire versus Folclore, ou de como a cultura hegemônica tende a devorar a cultura subalterna (Eduardo Diatay B. de Menezes); Cultura Brasileira: uma noção ambígua (Ruth C. Leite Cardoso); A cultura brasileira e a identidade nacional na década de oitenta (Rubem George Oliven); A crítica literária na cultura brasileira do século XIX (Luís Costa Lima); A consciência fragmentada (Renato Ortiz); Balanço de tradição de pensamento sobre cultura e sociedade a partir do século XIX no Brasil (Maria Isaura Pereira de Queiroz); Produção e consumo de bens culturais no Brasil: anos 60 e 70 (Sérgio Micelli); Cultura brasileira e identidade nacional (Renato Ortiz); Produtores tradicionais da cultura popular (Carlos Rodrigues Brandão); Complexo, moderno, nacional e negativo (Roberto Schwarz); Memória coletiva e sincretismo científico (Renato Ortiz); Sociologia e Cultura: notas preliminares para uma revisão (Gláucia Villas Boas); resenhas bibliográficas por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Endereço: Caixa postal 8105, São Paulo.

Comunicarte, nº 1 – dezembro de 1982. Publicação do Instituto de Artes e Comunicações da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Conteúdo: As artes plásticas e a comunidade (Bernardo Caro); Um jornal visto por um artista plástico (Berenice H. V. Toledo); As relações da arte com a educação (Duílio Battistoni Filho); Os efeitos da comunicação de massa na sociedade contemporânea (Francisco de Assis Fernandes); A crise econômica e a propagação no Brasil (J. B. Pinho); Uma iniciação aos estudos da semiótica (J. C. Misseno); A liberdade de imprensa na Constituição de 1824 (João Ribeiro Júnior); Almanaque de cordel: veículo de informação e educação do povo (Luiz Beltrão); Pressão e liberdade no ensino da Fotografia (Luiz Carlos Bocatto); Turismo: intercâmbio cultural ou imposição de modelo? (Margarita Barretto); Informações científicas no noticiário dos jornais (Mário L. Erbolato). Para contatos: Caixa postal 317, Campinas (13.100).

Estudos Ibero-Americanos, vol. VIII, nº 1, julho de 1982. Inst. de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Conteúdo: Os índios infieis (Moacyr Flores); Administração fazendária adotada pelos Farrapos (Eni Barbosa); O positivismo no Partido Republico Riograndense na República Velha: uma manifestação do discurso positivista latino-americano (Celi Regina J. Pinto); A República Brasileira no contexto do capitalismo internacional: a intervenção norte-americana na Revolta da Armada de 1893 (Naira Vasconcelos Maia); A Colônia de São Lourenço (Hilda H. A. Flores); Camões e Goethe: afinidades e coincidências (Sílvio Meira); Sobre o ensino de História (Núncia Maria Santoro de Constantino. Notas de pesquisa sobre “A Revolução de 1932” e “Os Quebra Santo”. Correspondência: Departamento de História da PUC do Rio Grande do Sul, Caixa postal, 1429 – 90000 – Porto Alegre, RS.

Estudos Leopoldenses. Ano XVI, vol. 18, nº 65. São Leopoldo, 1982. Conteúdo: A estrutura mítica do herói das telenovelas (Ana Hauser Brody) Reminiscência do tupi no português brasileiro (Odilo Pedro Lunkes); Mudança social na América Latina (Ermélio Rossato); A imagem poética segundo Gaston Bachelard (Lúcia Cechin); Nova ortografia (Evaldo Heckler, SP) Correspondência: Núcleo de Publicações Unisinos, Caixa Postal, 275 – 93000 – São Leopoldo, RS.

Geografia. Vol. 7, nºs 13/14, outubro de 1982. Conteúdo: Neo-Thunian analysis (Vernon C. Muichansingh); El Pantanal (J. Tricart); Cartografia da acessibilidade e da interação no Estado da Bahia (Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva); Manaus, pólo de desenvolvimento regional (Vânia Fonseca); Previsão através de mapas de probabilidades: o caso das precipitações anuais no Estado da Bahia (Bábara Christine Nentwig Silva); Exemplo de cartografia

das formações superficiais em zona tropical: o mapa a SE de Camaçari, BA (Olívia Clementina de Vergne); A pequena produção rural em Erechim (Nédio Piran e Lucia H. de Oliveira Gerardi) Notas e Resenhas. Contatos: Associação de Geografia Teorética, Caixa postal 178 – 13500 – Rio Claro, SP.

Publicações do Museu Municipal de Paulínea, nº 24, maio de 1983. Conteúdo: Algumas características geométricas de flechas de índios brasileiros (Renata Parada Pazinato); Sonho e morte no mundo karaja (Desidério Aytai).

Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 56, janeiro de 1958. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Conteúdo: Princípios básicos de teorias de mudança política (Márcio Florência Nunes Cambraia); A volta aos clássicos no pensamento político; Leo Strauss e sua escola (Nelson Lehmann da Silva); Campo contra cidade: o ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro, 1910/1935 (Eduardo Rodrigues Gomes); Novos rumos do federalismo (José Alfredo de Oliveira Baracho); Representação proporcional e voto distrital (Eduardo Carrion), O mandato imperativo partidário (Luiz Navarro de Brito); O voto na favela (Silvia Gerschman.). Notas de livros por Maurílio Torres, Nelson Saldanha, Artur José Almeida Diniz, Eduardo Sucupira Filho, Maria Isabel Valadão de Carvalho), Alisson Mascarenhas Vaz, Francisco Iglésias e Edgard de Vasconcelos).

Revista de Antropologia, vol. 25. Universidade de São Paulo, 1982. Conteúdo: A religião guarani e o cristianismo: contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural (Egon Schaden); A oleira e a tecelã: o papel social da mulher na sociedade Asurini (Berta G. Ribeiro); Os xavantes e o movimento de fronteira no leste mato-grossense (Cláudia Menezes); Time, space and the interface of divergent cultures: the kayapó indians of the Amazon face the future (Darrell A. Posey); Emigração e vida rural em Portugal (João Baptista Borges Pereira); Comida, família, dança e transe: sugestões para o estudo do xangô (Roberto M. C. Motta); Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil (Eunice R. Durham). Comunicações, noticiário, bibliografia. Correspondência: Departamento de Ciências Sociais da USP, Caixa postal 8105, São Paulo (01000).

Sociologia, vols. 30 e 31. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política, 1980 e 1981. **Conteúdo**: vol. 30 – Diversification culturale et fédéralismo (A. Delorenzo Neto); Psicossociologia do comportamento econômico (Diva Benevides Pinho); Do centro histórico ao ponto de encontro (Fernando A. Mourão); A mão-de-obra volante nos seus aspectos migratórios (Hélio Jorge dos Santos); O pensamento político de Alberto Torres (Marisa Chabregas Hauptmann); Educação e desenvolvimento (Reinidolch Cafagni); Espaço-lazer e seu significado social e urbanístico (Rosa Maria Tavares Delorenzo); Escola e participação estudantil (Neuranildes N. da Costa Zaira). Vol. 31 – Por uma sociologia das bandeiras paulistas (A. Delorenzo Neto); Por uma universidade para a informação e o desenvolvimento (Almerindo Lessa); Acerca del concepto de marginalidad social (Aldo Cesar Vasc); Atitudes de operários de procedência rural (Cleópatra Poli); A crise mundial de energia no desenvolvimento brasileiro (Eva Maria Lakatos); Comunicação no meio rural (Guido Fidelis); L'idéologie des immigrants portugais au Brésil à la fin du XXème. siècle (Maria Luiza N. de Almeida); O comportamento da mulher paulista (Maria Luiza Eluf); Grupos de referência e liderança

política (Neuranildes M. da Costa Zaina); Ciudad versus sociedad (Rolando Lazarte e Ruben Ricco); Psicanálise e psicoterapia (Renata Tennembaum e Rúbia Maria Delorenzo Morais). Notas, comentários, resenhas e comunicações assinadas por Íris Barbieri, Antônio Lopes, Sólon Galotti, Maria Paula Pasquini, Heloísa Maria S. Machado, Odília Fachin, Regina Dragiça Kalman, Rolando Lazarte, Maria Beatriz Goldmann, Cristina Fukushima, Edina Deunhas, Eva Maria Lakatos, Irene F. Barbosa, Sylvia Plácido Camposana, Hebe Wey Ramos, Eduardo J. Barros, Franco W. Facilla, Arpad Szilvassy, Carlos Serrano, Davide Nardoni, Helda Barraco, Yara Fernandes Francisco, Rubem Ricco, Maria Aparecida A. Rodrigues, Yolanda Lhullier dos Santos, Gláucia Ivete Salgueiro, José de Ribamar Caldeira, Wm. N. Ikemma, Wladimir Pereira, Sylvia Tayar, Odilon Nogueira de Matos, Regina C. Guedes Pinto e A. Delorenzo Neto.

*

NOTICIÁRIO

VELHOS CASARÕES FALAM DO PASSADO DE RIO GRANDE

A Prefeitura de Rio Grande adotou um programa destinado a preservar a arquitetura antiga da cidade, constituída de uma coleção de prédios históricos que datam do século passado, formando acervo dos mais valiosos do Estado. Fundada em 1739, Rio Grande guarda, ainda, muitos prédios que não apenas contam uma parte de sua história, como, também, revelam as características do colonizador português, o primeiro a pisar-lhe o solo. Por indicação da Prefeitura, o Governo do Estado, através da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural, tombou recentemente quadro prédios. Mas outros serão indicados em breve, visando preservar o patrimônio paisagístico de uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul.

Em 1977, o então estudante de arquitetura Renato Tadeu dos Santos esteve na cidade, procedendo, por solicitação da Secretaria de Obras Públicas, a um inventário dos prédios de valor arquitetônico. Impressionado com o que viu, voltaria em 1979, já formado, para trabalhar na Seção de Urbanismo da Prefeitura. Diz ele que "os monumentos, a arquitetura, a música e outras formas de expressão, constituem os registros dos ciclos históricos pelos quais a comunidade passou. A formação e a evolução antropológica do homem de um sítio geográfico e a sociedade dele resultante e sua evolução técnica, social e econômica constituem o patrimônio cultural de uma região. A permanência dos registros históricos nas suas diversas formas de expressão é elemento valioso para que as sucessivas gerações neles encontrem o seu elo com a região em que vivem".

Coerente com tal linha de pensamento, Renato Tadeu elaborou um processo selecionando, em regime de urgência, quatro prédios que foram indicados para tombamento. São eles, o da Prefeitura, o do antigo Quartel General do Exército, o do Paris Hotel e um sobrado revestido de azulejos portugueses, na esquina das ruas Marechal Floriano e Francisco Marques.

O prédio do Paris Hotel, em estilo colonial, data da primeira metade do século passado. Apresenta três elementos significativos: o pátio interno, que mereceu a mesma atenção que a esse local se dá na Europa denotado pelas portas que o ladeiam e o uso de uma fonte; a escada interna, com o parapeito todo rendilhado ao gosto mouro; o mirante, demolido em 1954, de origem medieval. Segundo o levantamento feito, o hotel está em bom estado, inclusive em funcionamento. Em 1826, era a casa de um armador de navios. Depois, já na passagem do século, começou a

ser usado como hotel, inicialmente com o nome de "Internacional". Sendo um dos raros prédios com pátio interno que resta no Estado, a sua presença, junto aos prédios da Câmara Municipal e um sobrado de azulejos, forma "um sítio urbano marcante na cidade".

O sobrado de azulejos portugueses, da Rua Marechal Floriano, é, segundo Renato Tadeu, "um edifício de notável mérito arquitetônico, sendo o único sobrado de esquina azulejado nos dois pavimentos, que resta no Rio Grande do Sul. A estrutura ainda está em ótimo estado, mas a cobertura e o interior regulares. O térreo é usado para comércio e em cima moradia, sendo péssimas as condições higiênicas. Os estudos indicam reparos no piso, reposição da pintura interna original, devendo, o prédio ser destinado a equipamento cultural ou casa de estudante no segundo piso.

O prédio da Prefeitura é um grande sobrado de meados do século passado, no estilo neo-clássico, dos mais puros da fase imperial. Situado em esquina, no centro da cidade, destaca-se pelas suas dimensões e formas. Pertenceu à família de um militar que, não possuindo herdeiros, passou-o ao poder público.

Finalmente, o prédio do antigo Quartel-General do Exército, tem um "estilo eclético, muito difundido na região Sul do Estado. Esse estilo surgiu na França na segunda metade do século passado e no Brasil refletia uma conciliação entre o avanço tecnológico da sociedade brasileira e o reforço dos laços coloniais. O ecletismo representava o progresso que a filosofia positivista propunha como apego às tradições das instituições". A estrutura e elementos secundários estão em bom estado, mas a coberta e o interior apenas regulares.

(De uma reportagem de Iberê Marchiori,
Correio do Povo, Porto Alegre,
20-2-1983.

*

ACADEMIA JUIZ-FORANA DE LETRAS

(Discursos proferidos por Vivaldi Moreira, presidente da Academia Mineira de Letras, e por Wilson de Lima Bastos, presidente da Academia Juiz-forana de Letras, na instalação desta última, em maio do corrente ano.)

1. Discurso de Vivaldi Moreira

Há, precisamente setenta e dois anos, um grupo decidido de intelectuais desta cidade fundava a agremiação que hoje presido — a mais importante matriz de cultura de nosso Estado. Tudo isso se deveu a esse pupilo de idealistas sob a liderança de Machado Sobrinho, o mais idealista e o mais decidido de todos os que se agremiavam para criar um núcleo de homens de letras com a finalidade específica de todas as Academias.

Sob bons auspícios nasceu a Academia Mineira de Letras reunindo o que de melhor havia nas letras e no jornalismo não só da Manchester Mineira, mas arrebanhando os valores em todo o Estado, para compor o quadro inaugural dos quarenta membros fundadores. Eduardo de Menezes, médico notável, poeta e prosador de fino quilate, foi o presidente escolhido, reservando Machado Sobrinho para si a secretaria-geral da entidade, e de sua diretoria inicial fizeram parte os nomes mais prestigiosos do escol intelectual daquela aurora do século: Brant Horta, Belmiro Braga, Heitor Guimarães, Estevão de Oliveira, Albino Esteves, Dilermando Cruz, Lindolfo Gomes, Amanajós de Araújo e Luís de Oliveira. Esses os que, em Juiz de Fora, mantinham, nos diversos gêneros literários, a magistratura das letras no mais dinâmico centro de Minas Gerais. Tal era o prestígio desses nomes que puderam atrair para o sodalício os restantes, como o grande Alphonsus, hoje nosso padroeiro; Alvaro da Silveira, seu primeiro presidente em Belo Horizonte, geógrafo e botânico de fama continental; Arduíno Bolivar, humanista conspícuo; Avelino Foscolo, o Balzac mineiro; Bento Ernesto, que chefiava a imprensa mais ilustre em São João Del Rei; o insigne historiador Diogo de Vasconcelos; o eminente Costa Sena, deão de Ouro Preto; o filólogo Carlos Góis; o fulgurante José Eduardo da Fonseca, tribuno de largo fôlego; D. Joaquim Silvério de Souza, com sua prosa cristalina, emitindo fulgores lá da sua Diamantina e tantos, tantos outros que enobreceram as cadeiras por eles fundadas, honrando seus patronos, então pessoalmente escolhidos. Plêiade luzidia, flor da inteligência mineira, adubada, sempre por talentos adventícios que aqui desbrocharam em benefício de nossa província.

Foi tal o vigor adquirido logo pela jovem agremiação que seus denodados fundadores acharam de bom alvitre sua mudança, uma vez que a maioria dos acadêmicos residia em Belo Horizonte, e objetivos que eram no amor à instituição, entenderam que sua sede ficaria melhor na Capital do Estado. Dessa forma, visando não ao bairrismo, mas ao futuro do sodalício que com tanta fé nas letras fundaram a 25 de dezembro de 1909, votaram unanimemente sua transferência. Claro que poderiam tê-la mantido aqui. Isto foi um gesto de grandeza dos fundadores que, em benefício do grêmio tão carinhosamente criado por eles, decidiram **sponte sua** acerca de seu futuro. Em Belo Horizonte, a Academia Mineira de Letras caminhou quanto pôde e ao prestígio inicial somou novas parcelas e é hoje presente em todo o Estado. Como toda associação de nosso gênero, sofre as críticas muitas vezes injustas, outras procedentes, mas, nem sempre corretas, dadas as contingências naturais e as injunções a que está sujeita a obra dos homens. A verdade é que para dirigir essas entidades necessitamos forrarmo-nos de paciência beneditina, largueza de ânimo e prudência comprovada.

O atual presidente da Academia, que há sete decênios despoitou nesta cidade, tudo tem feito para honrar a idéia matriz dos fundadores, e sempre apoiado num grupo seletivo de companheiros, tem podido realizar seu trabalho em favor das letras mineiras.

É claro que Juiz de Fora, havendo, com desprendimento, legado à Capital sua criação, adquiriu créditos imprescritíveis em sua continuidade e composição. Mas não podia deixar de organizar uma congênere, a fim de agremiar sua esplêndida coorte de intelectuais que aqui oferecem os primores de seu espírito. Abriu mão, com galhardia, Juiz de Fora, da Academia Mineira, mas reservou, para si, mais que o direito, o dever, de instalar a Academia Juiz-forana de Letras, com a finalidade de reunir os valores locais, seus filhos mais diletos dedicados ao cultivo das letras.

E é para este auspicioso evento que, gentilmente, convidastes o presidente da Academia Mineira de Letras, a fim de instalá-la com a solenidade que é devida a esses atos. Digamos, como o cavaleiro medieval sagrava e noviço e o iniciava na Ordem, assim veio até Juiz de Fora o presidente da Academia Mineira, aqui nascida, para deitar a espada no ombro da noviça coirmã e dizer-lhe:

— Com toda a honra, sois digna continuadora das virtudes que elevaram a entidade que aqui nasceu em 1909. Ides prosseguir numa trajetória que se prolongará pelo futuro como autêntica vexilária de importância cultural e literária desta cidade carregada de tradições nos diversos aspectos da atividade dos homens.

Convenhamos em que a função do intelectual é sobretudo divergir do estabelecido, dizem os mais afoitos. Podemos acrescentar: quando o estabelecido exprime um desajuste entre a realidade injusta e as aspirações, é natural que ajudemos a destruir a Bastilha. Divergir, simplesmente, sem razão comprovada e sem possuir um acervo de idéias para a reforma do estabelecido, eis a insensatez que não merece aplauso, mas desprezo até, se preciso for, compulsão para extirpar a revolta ou heresia. O que nos aborrece e pode levar ao cisma se não for combatido pela estabilidade das Academias é a adoração fetichista da palavra, a divinização do vocábulo como o “abre-te, Sésamo”. As Academias aí estão para serem as guardiãs da palavra, mas, ao mesmo tempo, nos admoestam que somos senhores dela e não seus escravos. A palavra move o mundo e, por isso, nos cumpre domar-lhe o freio, mantê-la nos limites da composição como conduto, canal de comunicação entre os homens para a realização da paz, da felicidade, da civilização.

É um bom augúrio este de que os filhos de Juiz de Fora, em dia com as atividades da inteligência, procurem afirmar-se justamente pelo lado do espírito, não permanecendo naquela atitude descrita por Renan do **enchantement du disenchantement**, do encantamento do desencanto, que estaciona não só nossos passos, mas coagula até o sangue em nossas veias. Sou armado cavaleiro contra o ceticismo e vou além declarando guerra sem quartel ao pessimismo destruidor. Nossa geração, aquela que agora inicia o balanço da existência transcorrida entre os tumultos de duas guerras ciclônicas e teme deixar o mundo na beira de uma catástrofe sem precedentes ou só comparável ao dilúvio, — nossa geração, repito, possui uma das mais ricas experiências por que já passaram os homens de todas as épocas pretéritas. Por que então malbaratar o acervo precioso de sofrimentos e não transformá-lo em dias luminosos para nossos descendentes? E só há uma receita para não perder esse tesouro: agir com idealismo e discernimento. O idealismo é pão que alimenta a alma e o discernimento o elixir que prolonga indefinidamente a saúde dessa própria alma que gera, por sua vez, o idealismo, num moto-contínuo abençoado pelo Criador dos Mundos. Não nos devemos fatigar na pregação desses dois valores que exaltam o homem e o diferenciam dos outros seres. É justamente o idealismo que informa a criação desta Academia, que hoje inaugura suas atividades no propósito de engrandecer a cidade, agremiando e integrando seus homens de pensamento em torno daquilo que permanece depois que nosso invólucro perecível se foi. Aí está a raiz do idealismo que planta carvalho, enquanto os imediatistas preferem as couves. Dão os fundadores desta Academia sentido àquele verso do torrencial Walt Whitman: “Mostra-me aí quem foi longe, porque eu quero ir mais longe ainda...” Na biografia pessoal, assim como na das coletividades só se enfileiram na pauta do por-

vir aquelas que foram mais longe no idealismo, essa faúlha impalpável como a electricidade, mais que produz os efeitos modificadores da energia invisível.

É, pois, com a maior emoção, com a viva alegria de um coração fremente, que vos trago as saudações mais calorosas dos velhos confrades, cuja origem está plantada aqui, da Academia Mineira de Letras, a irmã já entrada em anos, herdeira do idealismo daquele pugilo de homens e que continua na senda pelo discernimento dos que a compõem e dirigem para a difusão e fortalecimento das letras em nossa querida província.

2. Discurso de Wilson Lima Bastos

Inspiração do poeta e historiador conterrâneo, membro da Belo-horizontina de Letras, Sinval Batista Santiago, a Academia Juiz-forana de Letras, fundada a 22 de dezembro de 1982, nasceu escudada nos ideais literários de um grupo de intelectuais conterrâneos. Logo de início, porém, foi crivada, e experimentada vem sendo, pelos ataques de uma oposição irrequieta.

Nos arraiais da competição a qualquer preço, tremularam bandeiras multicores, mas, no ardor da refrega, temperou-se o aço de nosso arcabouço e aqui estamos, tranqüilos e resolutos, para a sua instalação oficial.

Na sala Joaquim Ribeiro de Oliveira, nume incontestável da cultura no seu sentido mais amplo, inspiração tutelar que fora de alta ciência, das letras, das artes, e anfitrião de quantos em torno dele se empenhavam na busca do mistério, damos início, agora, à trajetória que propomos percorrer no alto sentido da dignidade literária.

Bem poucos têm chegado aos degraus galgados por Joaquim Ribeiro de Oliveira e deixado no tempo e no espaço a projeção de sua personalidade ímpar, credencinado-o como um dos nossos lídimos Mecenas. Eis que, então, neste instante, tão altos são os méritos da obra e da vida do mestre querido e do amigo cativante, jamais esquecido, propomos que seu nome imortal seja consagrado patrono da Academia Juiz-forana de Letras. Assim caminharemos firmes e tranqüilos na consecução de nossos objetivos. Oxalá possa esta Academia ser, daqui a pouco, um dos pontos de referência da cultura mineira, que não apenas juiz-forana.

Para instalá-la oficialmente convocamos o ilustre presidente da Academia Mineira de Letras, Dr. Vivaldi Moreira. Sua presença aqui tem um duplo significado: representante da intelectualidade das Minas Gerais e presidente da Academia que fora aqui criada no dia 25 de dezembro de 1909 e seis anos depois transferida para a então novíssima capital do Estado. E se estes dois significados já não bastassem, acrescenta-

ríamos que se trata de um dos mais notáveis escritores contemporâneos, nome que transpôs as fronteiras da velha Província pelo valor a cada instante mais evidenciado de sua grande obra literária.

Como presidente honrado que fui, por meus pares, carrego sobre os ombros a responsabilidade de conduzir esta casa nos primeiros tempos, e o farei com a garantia a favor de quem coloca em tudo a parcela indispensável do amor. Amor, a única força capaz de unir, o único meio com que chegamos à sublimação.

Somos daqueles que se inspiram na idéia de que as Academias de Letras devem partir para a ação dinâmica, provocando a fecunda manifestação da criatividade e estando sempre prontas a darem guarida e o necessário estímulo à presença das letras no contexto e no processo do desenvolvimento social. E, para isto, é imprescindível voltar-se ao cultivo da inteligência no exercício constante e progressivo da faculdade da abstração, hoje tão abafada e, até mesmo, desprezada pela sedução da tecnologia avançada que tem reduzido o homem a escravo da máquina.

Sente-se no ar que a juventude, insatisfeita, tenta libertar-se, procurando, na expressão verbal e poemática e em diversas outras formas de comunicação, deixar expressa a sua mensagem, no mais das vezes em estilo de protesto.

Por isto e tendo em mira o alto significado do que se denomina **idioma e literatura nacional**, esperamos confiantes que a Academia agora instalada promova todos os meios a seu alcance para abrir em nossa comunidade metropolitana e na região denominada Zona da Mata, um espaço literário à altura do passado brilhante da decantada **Atenas Mineira**.

Logo no início de nossas atividades fomos sacudidos de inopino por um grande entusiasmo e não contida alegria, isto é, a eleição unânime do nosso confrade Almir de Oliveira para a Academia Mineira de Letras. Somos da mesma época. Na flor da idade, participamos juntos de jornadas cívicas e intelectuais que marcaram época e forjaram a nossa têmpera na conquista de ideais mais altos. Escrevíamos em jornais e revistas, estávamos presentes em debates, simpósios, tertúlias de variados tipos, mas ele, mais depressa, iniciou sua carreira literária. Seu livro **Gonzaga e a Inconfidência**, com o selo da "Brasília", 1948, muito bem aceito pela crítica, marcou época. Nele evidenciavam-se os seus pendores literários mas também de arguto pesquisador e analista no complexo campo da História. O mencionado livro é bem o exemplo do grande potencial que, através do tempo, veio se desdobrando nos ensaios, livros e pesquisas históricas de alto conteúdo, que o consagram como um inequívoco e brilhante representante das letras juiz-foranas. Que ele seja uma ponte unindo as duas casas, a **Juiz-forana** e a **Mineira**, e que, juntas, elas caminhem, caminhemos nós, para um feliz e fecundo trajeto.

Meus Senhores, minhas Senhoras, caros Amigos, prezados Acadêmicos, sua presença, nesta noite, na Sala Joaquim Ribeiro de Oliveira, é um estímulo e uma promessa. Senhor Presidente da Academia Mineira de Letras, agradecemos penhorados a sua presença e, com ela, a atenção que nos há dispensado. Que o tenhamos sempre a nosso lado num trabalho em comum para a posteridade.

(*Diário Mercantil*, de Juiz de Fora, 11 e 12 de maio de 1983.)

*

GAÚCHOS RENDEM HOMENAGEM A UM EDUCADOR METODISTA

Notícia de Porto Alegre informa-nos que a capital gaúcha, a 4 de março do corrente ano prestou significativa homenagem a um antigo missionário e educador metodista, que deixou larga folha de serviços à Educação naquele Estado, inaugurando, na Capital, uma escola com o seu nome. Trata-se do Rev. William Schisler, que, por mais de quarenta anos, viveu em terras rio-grandenses, particularmente em Uruguaiana e em Passo Fundo, onde dirigiu os importantes estabelecimentos de ensino mantidos pela Igreja Metodista nessas cidades, o “Colégio União” e o “Instituto Ginásial”, respectivamente, aliás, atualmente denominados **Instituto União** e **Instituto Educacional**.

Dois ex-alunos do grande educador, Maurício e Jaime Sirotsky, proprietários da Rede Brasil Sul, organização que dispõe do jornal **Zero Hora** e da Rádio e Televisão de Porto Alegre, foram os promotores da significativa homenagem. A prefeitura doou o terreno e a Rede Brasil Sul construiu a edificação em que se localizou a escola, em um dos bairros mais populares da capital gaúcha — Menino Deus.

*

UM POUCO DE MÚSICA

18. WALTON, UM GRANDE COMPOSITOR (José da Veiga Oliveira)

Foi durante a Guerra (1944) que travei conhecimento pela primeira vez com a música de Sir William Walton (1902-1983), recentemente falecido. A BBC de Londres mantinha em São Paulo um escritório com ampla discoteca, franqueada para consulta a domicílio. A encarregada, Mrs. May Thiele, entre outros discos "His Master's Voice", cedeu-me dois contendo a suíte nº 1 de **Façade**, pela London Philharmonic Orchestra, sob a regência do próprio compositor. Duma assentada vislumbrei: 1) um compositor britânico de música erudita que não descurava nem desdenhava a música leve, para-popular, simplesmente deliciosa; 2) **Façade** possuía um sentido satírico, mas sem nunca descambar para a caricatura, a chanchada; 3) Walton ostenta excepcional domínio dos vastos recursos sinfônicos, em termos de refinamento, dinâmica, ritmo, colorido, economia dos meios em presença. Mais tarde fiquei sabendo que **Façade**, estreada em Londres, a 12 de junho de 1923, constitui um **entretenimento** para orquestra de câmara e recitante, sobre poemas de Edith Sitwell. Assim começou uma notável carreira de compositor.

William Walton nasceu em Oldham, Lancashire, a 29 de março de 1902. Seu pai, professor de música, iniciou-o nos mistérios da harmonia. Aos 10 anos ingressou na Escola Coral da "Christ Church", Oxford. Estudou com Sir Hugh Allen, E. J. Dent, Busoni e Ansermet. Aos 17 anos produziu um quarteto para piano e cordas. Após os sacarmos de **Façade**, decidiu-se Walton pelos aspectos mais sérios, complexos e profundos da criatividade artístico-musical, dentro de um bem inglês estilo melódico e rematada eloquência. Para tanto não lhe faltaram oportunidades. Se é certo que foi ultrapassado pelo genial Benjamin Britten (1913-1976), por outra parte parece óbvio que Walton é menos "parochial" do que Vaughan-Williams (1872-1958) e Gustav Holst (1874-1934), porquanto vivaz, comunicativo e versátil. Sua música mantém-se nas lindes da tonalidade. Move-se dentro duma bem definida estrutura harmônica. Foi um dos maiores herdeiros da grande tradição romântica européia, conforme atestam suas principais obras. A título exemplificativo temos a Sinfonia nº 1, em si bemol menor: enérgica, torrencialmente impetuosa, estreada na íntegra a 6 de novembro de 1935, pela Orquestra Sinfônica de "British Broadcasting Corporation", de Londres, sob a batuta do grande maestro e compositor irlandês Sir Hamilton Harty.

O virtuoso e compositor alemão Paul Hindemith assumiu a estréia absoluta do Concerto para viola e orquestra (Londres, 3 de outubro de 1929). Essa obra, que enriqueceu o magro repertório para a viola, foi considerada pelo eminente musicólogo escocês Sir Donald Francis Tovey “um dos mais importantes concertos modernos para qualquer instrumento”. Possui a exemplar gravação de William Primrose com a “Royal Philharmonic Orchestra”, sob a regência de Sir Malcolm Sargent (Columbia ML 4905).

No mesmo nível situa-se o Concerto para violoncelo e orquestra, composto na vila de Walton, na ilha de Ischia, Itália, entre fevereiro e outubro de 1956, estreado a 25 de janeiro de 1957 por Gregor Piatigorsky e a “Boston Symphon Orchestra”, reg. Charles Munch (RCA Victor, LSC 2109).

A Sinfonia nº 2 surgiu 25 anos após a primeira. Estreou-se no Festival Internacional de Edimburgo, 2 de setembro de 1960, excelentemente gravada pela Orquestra de Cleveland, reg. George Szell, juntamente com as **Variações sobre um tema de Hindemith** (CBS 61 087).

Além de um Quarteto de Cordas e dos conhecidos cenários para as películas cinematográficas **Henry V, Hamlet, Richard III, As You Like It, Major Barbara**, etc., antolha-se-me chegado o momento para breve referência sobre a obra máxima de Walton: o oratório **Belshazzar's Feast** (“O Festim de Baltazar”), estreado no Festival Trienal de Leeds, a 10 de outubro de 1931. Sir Osbert Sitwell selecionou passagens bíblicas dos livros de Daniel e dos Salmos, alusivas às origens do rei Baltazar, o castigo por sua impiedade e a queda do reino de Babilônia. A partitura de Walton prevê barítono solista, enorme coro misto, vasto efetivo orquestral, flanqueado antifonicamente por duas bandas de música. No século XX, **Festim de Baltazar** tem poucos similares que se lhe possam comparar. É uma estupenda e singular obra-prima, composta por um moço de 29 anos !

Ademais, e para concluir: William Walton foi um dos poucos compositores “doublé” de maestro, apto tanto a produzir quanto dirigir, embora sempre o fizesse com suas próprias músicas. Provam-no seus discos: abundantes, perfeitos.

(**Diário Popular**, São Paulo, 10-4-1983.)

(N. da R.) Além das obras mencionadas pelo Dr. Veiga Oliveira na excelente nota que transcrevemos, William Walton deixou, ainda: a ópera em três atos **Troilus and Cressida**, um Concerto para violino, uma Sinfonia Concertante, uma Partita para Orquestra, as aberturas **Portsmouth Point, Scapino** e **Doctor Syntax**; uma Sonata para violino e piano, a obra orquestral **Siesta**, uma obra coral em homenagem a

Londres (*In honour of city of London*), a marcha *Imperial Crown*, composta especialmente para a coroação de Jorge VI, em 1937; cinco *Bagatelas* para o violão e numerosas canções, incluindo-se entre estas a série *Anon, in Love*, sobre textos da época elisabetana.

*

19. ALBERTO GINASTERA E PETER MENNIN

Com diferença de poucos dias, a imprensa registrou o falecimento de duas expressivas figuras da música Americana: Alberto Ginastera, aos 67 anos e Peter Mennin, com apenas 60, este mais regente e professor, embora tenha deixado significativa produção. Dirigia a *Julliard School of Music* e sua morte ocorreu uma semana antes (17 de junho) da Orquestra de Câmara de sua Escola apresentar-se em São Paulo. Sua obra inclui nove sinfonias, concertos para piano e orquestra, música e câmara e música para piano e banda.

Ginastera era argentino, nascido em 1916, e teve sua primeira obra, o bailado *Panambi*, apresentado no Teatro Colón, de Buenos Aires, em 1937. Pouco depois, a convite da Lincoln Kirstein, compunha *Estancia*, outro bailado, recriando, tanto quanto o primeiro, o ambiente folclórico do pampa argentino. Sua obra compreende mais: Doze prelúdios americanos, a *Cantata para America Magica*, dois concertos para piano e orquestra, o primeiro dos quais foi estreado pelo pianista brasileiro João Carlos Martins com a Sinfônica de Washington, em 1961; uma cantata, *Milena*, a *Abertura para um "Fausto" crioulo*, a série *Pampeana*, o trístico sinfônico *Ollontavy*, dois quartetos de cordas, um quinteto para piano e cordas, uma sonata para piano, as *Variaciones Concertantes*, uma *Sufte de Danzas Criollas*, as óperas *Bomarzo*, *Don Rodrigo*, além de peças menores para canto e piano. Convém registrar que sua ópera *Bomarzo*, juntamente com *O Guarani*, do nosso Carlos Gomes, são as duas únicas óperas de compositores sul-americanos de que foram feitas gravações integrais. ONM

* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (19)

UMA RUA CHAMADA FUNILENSE

Existe na Vila Nova pequena rua que até há alguns anos não tinha denominação própria. Era conhecida por **Travessa Buarque de Macedo**, pois partia da rua desse nome, no ponto em que ela cruzava os trilhos de extinta ferrovia, e, estendendo-se por pouco mais de duzentos metros, juntava-se à Rua Carolina Florence, que constitui, como todos sabem, a saída para Barão Geraldo, Paulínia, Cosmópolis, enfim toda a região outrora conhecida por **Funilense**.

Não é recomendável a substituição de nomes de ruas, existindo, mesmo, disposições oficiais no sentido de proibi-la, tais os transtornos que acarreta. Uma das poucas exceções que se reconhece a justificar alteração é quando existem duplicatas, isto é, mais de uma via pública com o mesmo nome. Foi o que me levou, quando integrante da Comissão de Nomenclatura de Vias Públicas, a propor a alteração da chamada Travessa Buarque de Macedo. Na realidade, não se tratou de alterar, mas simplesmente dar-lhe um nome, pois a denominação "Travessa" significava tão só que ela era uma travessa da importante Rua Buarque de Macedo, como tantas outras o são. Achei que a simpática rua merecia um nome próprio, que não demonstrasse simples dependência de outra artéria. Mas, que nome? Dado o fato dela acompanhar em toda a sua extensão o antigo leito da Estrada de Ferro Funilense — e nada existindo em Campinas que recordasse essa ferrovia, de tanta importância em nosso passado — não tive dúvidas: propus o nome **Funilense**, que a Comissão aprovou e o Prefeito Lauro Pércles Gonçalves oficializou pelo ato nº 4288, de 25 de julho de 1973.

A idéia de ligar Campinas ao antigo bairro do Funil (a atual cidade de Cosmópolis) remonta a 1890. No Funil realizara-se um excelente ensaio de colonização européia, com a fundação de alguns núcleos importantes. A 24 de agosto daquele ano, organizou-se a empresa, que teve como incorporadores João Manuel de Almeida Barbosa, José da Silva Leme e Francisco de Paula Camargo, mas cuja realização efetiva se deveu a esforços de abastados fazendeiros da região, como os Nogueiras (José Paulino, Artur e José Guatemozin), João Aranha e o Barão Geraldo de Resende, os quais, vendo na iniciativa um "elemento de progresso para a nossa terra e para o Estado", fizeram recomeçar os trabalhos de construção da estrada, que haviam sido paralisados durante alguns anos devido às condições econômicas geradas pelas conturbações políticas e militares do início da República.

Afinal, a 18 de setembro de 1899, foi a **Funilense** inaugurada, “servindo uma das zonas cafeiras mais importantes do nosso município”, segundo proclamava um guia de Campinas do começo deste século, e acrescentando que “esta ferrovia é uma das mais interessantes já pelo terreno pouco acidentado que percorre, já pelos sertões que começa a atravessar a duas léguas da cidade, até quase o ponto terminal”.

A municipalidade de Campinas concedeu à **Funilense** grandes facilidades para que ela pudesse ser realizada, inclusive permitindo que sua estação inicial (denominada **Carlos Botelho**) se localizasse junto ao mercado da cidade, então em construção, e onde permaneceu até que a estrada fosse incorporada à **Sorocabana**.

Os que hoje visitam o Mercado Municipal acham estranho que, num dos seus lados, haja um desnível tão grande. É que essa face era exatamente a plataforma da ferrovia. Ali encostavam e dali partiam suas composições, seguindo pela atual Rua Antônio Lobo (cujo traçado sinuoso trai até hoje a sua antiga função de leito ferroviário), atravessavam a Barão de Itapura e juntavam-se aos trilhos da **Mogiana**. Acompanhavam-nos até pouco depois do Instituto Agrônômico, donde infletiam à esquerda, seguindo por entre as atuais ruas José do Patrocínio e Clóvis Beviláqua (trecho hoje constituído por um moderno “calçadão”), cortavam a atual avenida Imperatriz Leopoldina, dali rumando para o **Funil**.

Estrada cafeeira e açucareira, pois boa parte da área por ela servida dedicava-se à cultura de cana, foi a **Funilense**, com o tempo, incorporada à **Sorocabana**, quando a estação inicial foi transferida do Mercado para o Bonfim e ali existiu até há pouco. Só com as obras urbanísticas ali empreendidas é que foi demolida. Quando integrante da rede da **Sorocabana**, foi sempre denominada — como se podia ver nos quadros de horários da grande ferrovia — **Ramal Funilense**. Quer dizer, o nome original não desapareceu mesmo com o desaparecimento da estrada. E a exemplo do que ocorreu com todas as ferrovias paulistas, seu nome serviu para designar a região.

O bairro do **Funil** transformou-se em Cosmópolis, algumas de suas modestas estaçõeszinhas transmudaram-se em verdadeiras cidades, como Barão Geraldo, José Paulino (a Paulínia de hoje) e Artur Nogueira, mas o nome **Funilense** permaneceu por muito tempo (e perdura entre os moradores mais antigos) para individualizar a importante área, que, após lamentável fase de decadência, voltou a ser valorizada, especialmente depois da implantação da refinaria da Petrobás, em Paulínia.

Quando as ferrovias entraram em crise, a **Funilense** foi das primeiras a serem sacrificadas. Como testemunho, seus trilhos podiam ser vistos até há pouco em alguns trechos da cidade, bem como os edifícios de algumas de suas estações ainda permanecem a testificar um passado

que, afinal, não é tão remoto. A **Funilense** faz parte não só da história de Campinas, mas da história ferroviária de São Paulo. Eis porque julguei oportuno evocar numa rua que acompanhava o seu leito, o nome da “antiga ferrovia” (tal como está escrito nas placas) de tanto significado para o passado da região. ONM

*

* *

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

SÃO PAULO, SEDE DO GOVERNO DA CAPITANIA
(Marquês de Cascais)

Eu, o Marquês de Cascais, Senhor e Capitão-General das terras de São Paulo e Santo Amaro do Estado do Brasil. Tendo respeito ao zelo e fidelidade com que os moradores da dita minha vila de São Paulo servem ao Príncipe meu senhor e a mim, em toda a ocasião avantajando-se em tudo aos mais vassallos e moradores da dita Capitania, com tanto valor e verdade, como se experimentou na ocasião em que se intentou sub-repticiamente privarem ao seu capitão-mor da minha posse, desejando que pelo serviço que nesta ocasião intentaram fazer-me, remunerar-lhes tão grande obrigação, como o farei sempre que me lembrar do seu merecimento que procurarei ter sempre muito na memória, para em toda a ocasião lhes mostrar o ânimo com que desejo empregar-me nas suas melhoras, assim por esta razão como por outras muitas que se me oferecem, quero e o hei por bem que a dita vila de São Paulo seja de hoje em diante cabeça da dita Capitania e, como tal, goze de toda a proeminência que até o presente lograva a vila de São Vicente. Pelo que mando, etc. Dado em Lisboa, em o Castelo de São Jorge, aos 22 de março de 1681. (a) Marquês de Cascais.

*

OS ROMANOS VISTOS POR JUDAS MACABEU

Entretanto, Judas ouvira falar da fama dos romanos. Dizia-se que eram poderosos e valentes, que favoreciam a todos os que se pusessem a seu lado, e estavam prontos a fazer amizade com todos os que os procurassem.

Contaram-lhe suas guerras e suas façanhas contra os gauleses, vencendo-os e forçando-os a pagar tributo; e tudo o que fizeram na província da Espanha, para se apoderarem das minas de prata e de ouro que lá existem. Pela sagacidade e perseverança tomaram-se senhores e todo esse País que, no entanto, fica muito distante deles.

Os reis que, partindo das extremidades da terra, vieram atacá-los, eles o derrotaram e lhes infligiram perdas. Os outros lhes pagam tributo anual. Venceram e dominaram Filipe e Perseu, reis dos citeus, assim como outros, que se levantaram contra eles. Antíoco, o Grande, rei da Ásia, que marchou para combatê-lo com cento e vinte elefantes, cavalaria, carros e poderoso exército, foi por eles desbaratado. Capturaram-no vivo e impuseram-lhe, bem como a seus sucessores, o pagamento de pesado tributo e a entrega de reféns e de parte do território. Tomaram-lhe a região da Lícia, da Mísia e da Lídia, as mais belas de suas províncias, e as entregaram ao rei Euménio. Os povos da Grécia planejaram combatê-los e destruí-los. Cientes do plano, os romanos mandaram contra eles um só general, sob cuja chefia os atacaram e lhes infligiram grandes perdas. Levaram ao cativeiro suas mulheres e seus filhos, pilharam seus bens, apoderaram-se de seu País, destruíram as fortalezas e reduziram os habitantes à escravidão, até o dia de hoje.

Os outros reinos e ilhas, todos os que lhes opuseram resistência, os romanos destruíram e submeteram. A seus amigos, porém, e àqueles que neles confiavam, conservaram amizade. Estenderam seu poder sobre os reis, quer de perto quer de longe, de modo que todos os que ouvem seu nome, os temem. Reinam aqueles a quem eles desejam ajudar e querem que reinem; e são depostos aqueles a quem querem depor. Estão no fastígio do poder. Não obstante, ninguém dentre eles cinge o diadema ou se reveste de púrpura, para com ela se engrandecer.

Mas criaram para si um conselho, onde todos os dias deliberam trezentos e vinte membros, continuamente ocupados com o povo, para bem governá-lo. Confiam anualmente o poder a um só homem, para governar todo o império. Todos obedecem a este único homem, e não há entre eles nem inveja nem rivalidade.

Judas escolheu Eupólemo filho de João, da família de Acos, e Jasão filho de Eleazar, e os enviou a Roma para formar um pacto de amizade e aliança, a fim de serem libertados do jugo, pois viam que o reino dos gregos reduzia Israel à escravidão. Partiram, pois, para Roma. A viagem foi muito longa. Entraram no senado e, tomando a palavra, disseram:

“Judas, chamado também Macabeu, seus irmãos e o povo judeu, mandaram-nos até vós, firmarmos ficarmos convosco um pacto de aliança e de paz e para sermos inscritos entre os vossos aliados e amigos”.

A proposta agradou aos senadores. Eis a cópia da carta que os romanos escreveram em placas de bronze e mandaram a Jerusalém, para os judeus a conservarem como memorial de paz e de aliança:

‘Prosperidade aos romanos e à nação dos judeus, por mar e por terra, para sempre ! Longe deles a espada e o inimigo ! Se Roma ou qualquer de seus aliados, em toda a extensão do império, entrar primeiro em guerra, a nação dos judeus combaterá a seu lado do modo aconselhado pelas circunstâncias, com toda boa vontade. Os judeus não poderão dar aos adversários, ou fornecer-lhes, nem trigo, nem armas, nem dinheiro, nem navios, de acordo com a decisão de Roma. Observarão seus compromissos sem receber coisa alguma. Do mesmo modo, se a nação dos judeus entrar primeiro em guerra, os romanos combaterão a seu lado, de boa vontade, conforme as circunstâncias a aconselharem. Aos adversários não serão dados nem trigo, nem armas, nem dinheiro, nem navios, de acordo com a decisão de Roma. Os romanos observarão fielmente seus compromissos. São estas as cláusulas do convênio que os romanos estabelecem com o povo dos judeus. Se, no futuro, uns e outros quiserem acrescentar ou suprimir alguma coisa, poderão fazê-lo como lhes aprouver, e terá pleno vigor o que acrescentarem ou suprimirem’.

(**Bíblia Sagrada, Primeiro Livro dos Macabeus**, 8:1 a 30; Petrópolis, Vozes, 1982, págs. 590/591.)

*

* *

SELETA

(N. da R.: Com o nome **Seleta**, passaremos doravante a designar a seção que vinha sendo denominada **Transcrição**. Sem deixar de ser uma transcrição, julgamos o novo título mais adequado a uma seção que tem por objetivo oferecer aos leitores um excerto do autor tomado como "vulto da historiografia brasileira" no número em curso)

BANDEIRA

Bernardino José de Sousa

Bandeira: termo conhecidíssimo na História do Brasil, designativo das expedições que, nos tempos coloniais, entravam no imenso sertão brasileiro, à cata de índios para escravizar, à procura de minas de que corriam notícias fabulosas, para o combate aos **quilombos**, para a exploração e posse permanente das terras percorridas. Se, hoje em dia, a tendência da historiografia nacional é estender o nome de **bandeira** a todas as expedições que se dirigiam para o interior com aqueles objetivos, restrita e verdadeiramente ele só se deve aplicar às turmas expedicionárias que se organizavam em São Paulo, caracterizadas principalmente pelo cunho espontâneo de sua formação (Basílio de Magalhães). As expedições organizadas pelos governadores ou prepostos da Coroa, de cunho oficial, chamam-se **entradas**. As verdadeiras bandeiras, de guerra ou de colonização, de caça ao índio ou dos ciclos do ouro das minas, das levas de sertanistas que varam o deserto cobiçado na "mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece", conquistando para a Pátria brasileira milhões de quilômetros quadrados, e de cuja organização nos deu tão bela imagem o insigne mestre João Ribeiro (**História do Brasil**, págs. 227 a 229 - 3ª edição), são estas um fenômeno eminentemente paulista. Todavia, já fizemos sentir a extensão que os nossos historiadores vão dando à palavra, tomando-a sinônima de **entradas**, **jornadas** (nome peculiar às **entradas** do Nordeste), com a variante **monção** (expedição que de Porto Feliz sulcava o Tietê águas abaixo), e correspondente ao que os espanhóis denominavam **maloca**.

O nome de **bandeira** começou a ser usado com tal sentido no Brasil no século XVII, a centúria das grandes e atrevidas expedições

do Brasil adentro: é o que nos ensina o seu magno historiador Afonso de Taunay (**História Geral das Bandeiras**, Tomo I, pág. 132). E qual a razão de ser desta denominação? Divergem os autores brasileiros. Afrânio Peixoto (**Minha Terra e Minha Gente**), Capistrano de Abreu (citado por Delgado de Carvalho em sua **Corografia**), Gentil Moura (**As Bandeiras Paulistas**) e outros, a maioria, dizem provir do fato de terem as **bandeiras** uma insígnia, um estandarte, uma bandeira, em torno dos quais reuniam os expedicionários, que os conduziam como símbolos de guerra; Artur Orlando (**Brasil: a Terra e o Homem**) e Osório Duque Estrada (**História do Brasil**) derivam-na de bando capitaneado por um caudilho; Rocha Pombo (**História do Brasil**, vol. VI), citando a autoridade de J. Mirales (**História Militar do Brasil**, publicada nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 22), indica, a nosso aviso, a verdadeira origem do termo. **Bandeira**, diz o mestre, “chamavam-se pequenos grupos de assalto que se destacavam de um corpo de tropas ou de uma guarnição, com alguma incumbência arriscada e dependente mais da rapidez do ataque do que do combate leal”. De feito, além de J. Mirales, no livro clássico de Latino Coelho, **História Militar de Portugal**, à pág. 6, encontramos o nome **bandeirantes** ou companhias, como frações de tropa que combatiam dispersas e isoladas, antes do século XVII. Segundo lemos na **Enciclopédia Hispano-Americana**, dava-se o nome de **bandeira** primitivamente, ao tropel de gente armada, e depois, às companhias dos **terços** de infantaria. Por outro lado, o insigne mestre Teodoro Sampaio, em notas que nos forneceu, afirma não ser a bandeira sinal que apareça nos bandos sertanistas, o que concorda com a opinião de Francisco de Paula Ribeiro, numa **Memória sobre as Nações Gentias** (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, tomo III, pág. 143), na qual lemos: “Eis aqui pois formada uma **bandeira**, nome que desde muito dão os moradores a estes ajuntamentos, e dão-lhe tanto sem motivo, quanto porque é insígnia esta ou sinal, que não aparece ali, como porque primeiro se lhes deveria chamar bandos de homens tumultuosos, do que batalhão concertado...”.

Julgamos, assim, muito mais plausível que o nome de **bandeira**, dado às caravanas em marcha pelos sertões, seja uma revivescência, no Brasil, das companhias de assalto que outrora, na metrópole, eram incumbidas de reconhecimentos arriscados e empresas temerárias: na preia do índio solerte, na procura do ouro, da prata, das esmeraldas e outras pedras preciosas, no combate aos traiçoeiros **quilombolas**, na penetração e colonização de uma terra ignota e virgem, tudo era uma cilada, uma insídnia, um perigo instantâneo, e aquela gente **abandeirada**, que se confessava e fazia testamento antes de partir, revelava inédita coragem e audácia sem-par.

(**Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**, 5ª edição; verbete **Bandeira**, págs. 28 e 29. São Paulo, Editora Nacional, 1961, coleção “Brasiliana”, série Grande Formato, vol. 19.)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

91. LITERATURA DE FOLHETOS

Fundos Villa Lobos é a denominação dada possivelmente por Mário de Andrade a uma grande coleção de folhetos populares oferecida pelo compositor ao escritor paulista e que se encontra atualmente incorporada ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Consta de vinte e duas pastas reunindo mais de seiscentos textos, de mais variada procedência e, na maioria, referentes ao Nordeste. Muitos são copiados de autores conhecidos, que utilizaram para suas obras temas populares. Abrangem escritos de natureza diversa: desafios, romances, “estórias”, poemas de época e sátiras de costumes. Entre estas últimas inclui-se grande quantidade de críticas políticas, como (entre outras) as que descrevem a queda da “dinastia” dos Acciolis, no Ceará, em 1911, ou a eleição de Rego Barros para o governo da Paraíba.

Reunidos, assim, há quase sessenta anos, pois foi na década de 20 que o compositor os colecionou, integram um projeto que visava a sistematizar e publicar uma produção popular brasileira, que Villa Lobos não teve condições de realizar, mas que foram guardados carinhosamente por Mário de Andrade como eventual fonte de pesquisa. A origem da coleção prende-se a um convite feito a Villa Lobos por Arnaldo Guinle, que se dispôs a fornecer ao compositor os elementos fundamentais para a sua pesquisa. Todavia, o que se conhece hoje por **Fundos Villa Lobos** não contém toda a coleção reunida pelo autor das **Bachianas Brasileiras**, pois esta se refere a mais de mil peças, quando os **Fundos** reúnem pouco mais que a metade. É significativo observar que, além de Villa Lobos, três compositores de música popular foram igualmente encarregados por Guinle da importante pesquisa: Pixinguinha, Donga e João Pernambuco.

Praticamente desconhecidos até agora, os “folhetos” dos **Fundos Villa Lobos** vêm de ser estudados, comentados e em boa parte publicados por Ruth Brito Lemos Terra, em recente publicação do Ins-

tituto de Estudos Brasileiros, integrando a coleção de publicações avulsas (nº 31) daquela benemérita instituição anexa à Universidade de São Paulo.

Aliás, vale salientar que as publicações do IEB (sigla pela qual é conhecido o Instituto de Estudos Brasileiros) constituem uma das mais preciosas coleções de estudos brasileiros existentes no País. Temas de história, de geografia, de antropologia, de sociologia, de literatura alternam-se numa seqüência de mais de trinta volumes. Sem querer estabelecer distinção, lembraria o alto interesse dos volumes dedicados ao estudo de algumas importantes revistas literárias de alta significação para a história do modernismo, como, por exemplo, **Nova Cruzada, Festa, Klaxon, Terra Roxa e outras terras, Lanterna Verde** e ainda outras que, tenho notícia, estão sendo preparadas para próximas publicações. (29-6-1983).

*

92. BARÃO DE SERRO LARGO

Graças à gentileza da Sra. Norma de Lourdes Guimarães Ribeiro, destacada figura nos meios artísticos de nossa cidade, travei conhecimento com trabalho publicado há trinta anos por um seu tio, o advogado José Galvão Álvares de Abreu, na “Revista de Engenharia Militar”, focalizando a heróica personalidade do Marechal-de-Campo José de Abreu, Barão do Serro Largo, que se notabilizou na Campanha da Cisplatina, encontrando a morte na batalha de Passo do Rosário (ou Ituzaingó, como a denominam uruguaios e argentinos), em 20 de fevereiro de 1827.

Como descendente do bravo marechal, julgou-se o autor no dever de contribuir, não só para o esclarecimento de sua biografia, mas, sobretudo, para tirá-lo do esquecimento, combatendo a “campanha do silêncio” que em torno dele se fez.

Não sei se assiste inteira razão ao autor quando fala desta “campanha do silêncio”. Afinal, vários escritores, a começar pelo Barão do Rio Branco, ocuparam-se de Serro Largo. O estudo de Rio Branco foi considerado de tanta importância, que Fausto Barreto e Carlos de Laet incluíram-no, quase na íntegra, em sua preciosa **Antologia Nacional**, pela qual muitas gerações iniciaram-se no cultivo da literatura brasileira. O próprio autor cita mais outros trabalhos sobre Serro Largo, publicados no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, e em anuários genealógicos de

São Paulo e do Rio Grande do Sul. As enciclopédias não o esqueceram e várias cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas deram seu nome a vias públicas. E provavelmente outras cidades do Rio Grande do Sul, o que, no momento, não posso comprovar. No local em que faleceu o bravo militar foi erigido à sua memória modesto monumento realmente muito aquém de seus méritos.

Onde, de fato, assiste razão ao autor é no confronto que faz entre o desprezo de Serro Largo, no Brasil, e o culto ao seu inimigo, Artigas, no Uruguai. Mas, aqui, entramos em terreno delicado. Infelizmente, em matéria de civismo, ficamos muito atrás de qualquer outro país do mundo. O triste, no caso, é que, quando alguém vai ao Uruguai e vê o culto a Artigas, ou à Argentina e contempla o culto a San Martin, o brasileiro ainda faz caçadas desse civismo, como ainda há pouco verifiquei, viajando por esses países. Não cuidamos de nossa memória, isto é sabido. Que fazer, então, para que vultos como Serro Largo e centenas de outros não fiquem esquecidos? Creio que só mudando a mentalidade de nosso povo. (13-7-1983.)

*

93. NO TEMPO DO TREM

Na história de uma cidade, a chegada dos trilhos de uma ferrovia é quase sempre um marco significativo. Com a estrada de ferro, vinha todo o aparelhamento que ela exigia, especialmente quando a cidade, por alguma razão, era escolhida para sede de qualquer atividade especial da estrada: armazéns, oficinas, escritórios, ponto de cruzamento de trens ou local de baldeação. Tudo isto refletia sobre a vida da cidade, pois constituía mercado de trabalho e estimulava numerosas atividades correlatas ou paralelas, dando ao local mais animação que às demais cidades. Casos existem mesmo de cidades que chegaram a depender de sua função ferroviária: Bauru, por exemplo, no seu início, quando uma série de circunstâncias fez da cidade local de entroncamento de três ferrovias; ou Cruzeiro, ponto não só de cruzamento dos trens do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas também ponto de entroncamento e portanto de baldeação da **Rede Sul-Mineira**; ou Rio Claro, que durante muito tempo praticamente viveu em função das oficinas da **Paulista**, ali localizadas; e ainda muitos outros casos que seria longo enumerar.

A estação, quase sempre num largo (chamado muitas vezes simplesmente **Largo da Estação**) atraía para as suas proximidades numerosos hotéis modestos, mas que preenchiam a finalidade de atender de manei-

ra prática aos usuários da ferrovia, especialmente os viajantes (qual a cidade que não teve um **Hotel dos Viajantes** ?). Com o tempo, as áreas vizinhas à estação iam perdendo suas características iniciais, tornando-se apenas local de armazéns, bares, hotéis baratos (pois as pessoas de melhor categoria passavam a preferir hotéis em áreas mais sossegadas) e, muitas vezes, passavam a ter aspectos nem sempre muito convidativos, seja pelas condições de higiene ou pelo risco devido a ladrões e vigaristas à espera dos incautos viajantes e, muitas vezes, até se transformavam em pontos de exibição, nem sempre muito discreta, de prostitutas. Enfim, as “áreas deterioradas”, tão bem caracterizadas pelos sociólogos.

Mas antes que tal acontecesse, a estação chegou a ser ponto de reunião de pessoas que tinham como divertimento “esperar o trem”, não só pela curiosidade de ver os que viajavam, mas porque os trens traziam os jornais da Capital. Essa função social das estações desapareceu completamente, pois todas elas encontram-se hoje no mais completo estado de abandono, sujas e malconservadas. Perdurou ainda por algum tempo nas estações de águas ou de veraneio, mas com o passar dos anos também desapareceu, pois desapareceram as próprias ferrovias que as serviam. Quem, hoje, utiliza o trem ? Por outro lado, quem, tendo conhecido os trens de outrora, não tem saudades deles ? (24-8-1983)

*

94. ESTRADA DE PEQUENOS RAMAIS

Fundada em Campinas, em 1872, tornou-se a **Mogiana** uma das maiores ferrovias paulistas, suplantada apenas pela **Sorocabana**. Partindo de nossa cidade, estabeleceu sua estação terminal em Araguari, no Triângulo Mineiro, e ao longo desse imenso tronco esgalhou-se em numerosos ramais, muitos deles penetrando em território mineiro ou articulando-se com ferrovias mineiras. Desta forma, capturou para a economia paulista numerosas áreas administrativamente pertencentes a Minas Gerais.

Tornou-se, por conseguinte, a **Mogiana** a estrada dos pequenos ramais, que o simples exame de seu mapa faz ressaltar. Logo no início, apenas a 32km de Campinas, da estação de Jaguari (atualmente Jaguariúna), saíam os ramais de Amparo, Socorro e Serra Negra; de Mogi Mirim (km 73) saía o ramal de Itapira, prolongado depois até Eleutério, na divisa de Minas, onde se articulava com uma ferrovia mineira; menos de dez quilômetros depois, de Mogi Guaçu, saía o ramal de Pinhal, que não teve prolongamento, fazendo desta cidade ponta de trilhos, embora tão

próxima da linha tronco; de Cascavel, atualmente Aguai (km 125), saía o ramal de Poços de Caldas; pouco mais de vinte quilômetros adiante, da estação Lagoa Branca, deitava a **Mogiana** o ramal de Vargem Grande; 40km além de Casa Branca, saía o ramal de Mococa e Canoas, o qual, através de sub-ramais, penetrava em território mineiro, alcançando Guaxupé; em Baldeação (km 190) articulava-se com o ramal de Pirassununga, da **Paulista**; em Santos Dumont (km 232) tinha início o ramal de Cajuru; em São Simão, pouco adiante, iniciava-se o ramal de Jataí; de Cravinhos, partiam os ramais de Arantes e Serrana; e finalmente de Ribeirão Preto saía o ramal de Sertãozinho e bifurcava-se a linha tronco, uma seguindo por Franca e outra por Igarapava, reunindo-se as duas em Uberaba, já no Triângulo Mineiro, atravessando, desta maneira, o rio Grande em dois pontos.

Esta cansativa enumeração serve para mostrar como, aos poucos, a rede ferroviária paulista foi-se constituindo num intrincado emaranhado de linhas, construídas de acordo com as necessidades imediatas. Dos doze ramais da **Mogiana**, alguns não chegavam a ter 20km, enquanto que o mais extenso não chegava a 100km. Verdadeiras estradas “cata-café” que iam, no seu imediatismo, servir aos interesses de uma região que, na época, já se encontrava na vanguarda da produção cafeeira de São Paulo. Dos poucos ramais da **Mogiana**, creio que só o de Poços de Caldas ainda permanece, mas apenas para cargas. Todos os demais foram suprimidos e em alguns lugares deles nem mais existe a menor lembrança. (31-8-1983)

*

95. RECORDANDO AS “MONÇÕES”

Se há episódio, por assim dizer, cinematográfico da história brasileira é o das monções. Fosse nos Estados Unidos, já os americanos teriam feito pelo menos uma centena de filmes sobre ele, como fizeram com a “marcha para o Oeste”, de bem menos alcance e menos épica que o nosso movimento monçoeiro. No entanto, quem, entre nós, sabe qualquer coisa sobre ele ? Há alguns anos, num questionário oferecido a uma classe de História de uma Universidade (?), indagava-se simplesmente o que haviam sido as **monções**. Em mais de cinquenta alunos, só um soube, e este mesmo soube porque morava em Porto Feliz... Cheguei ao ponto em que desejava: a velha Ararituaba não esquece o episódio que lhe deu glória. Todos os anos — e creio que há mais de vinte — neste mês de outubro, o histórico “porto das Monções” engalana-se para recordar fatos e personagens relacionados com o grande evento.

As monções (expedições fluviais para Mato Grosso, para os que não sabem) encontraram em Sérgio Buarque de Holanda seu historia-

dor. O livro que ao assunto dedicou o saudoso mestre é dos mais significativos da bibliografia histórica brasileira. Mas, antes dele, diversos outros autores cuidaram do tema, embora sem a mesma profundidade. E ainda hoje historiadores dele se ocupam, como o Professor Jonas Soares de Sousa.

Mas esta pequena nota tem outro objetivo, além de recordar o episódio e salientar o interesse das comemorações de Porto Feliz: lembrar a reedição, num dos últimos números da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, do importante trabalho de Afonso de Taunay intitulado **À Glória das Monções**. Trata-se da conferência proferida pelo grande historiador em 26 de abril de 1920, no ato de inauguração do monumento mandado erigir pelo governo do Estado em Porto Feliz, no local exato donde partiam as monções. A situação propiciou a Taunay traçar excelente síntese do grande movimento, que, aliás, interessou ao historiador não apenas como fase das mais heróicas do bandeirismo, mas pelo próprio sentido de comunicação e articulação interna do País. Ao reorganizar o Museu Paulista, Taunay dedicou às monções uma sala especial, ornamentada com o grandioso quadro de Almeida Júnior: **A Partida da Monção**, talvez sua maior obra no gênero histórico. E publicaria ainda Taunay, mais tarde, precioso documentário a que intitulou **Relatos Monçoeiros**, do qual já me ocupei neste mesmo local. Publicado em “plaquette” na ocasião (1920), **À Glória das Monções** foi reproduzida no livro **Índios ! Ouro ! Pedras !** (1926) e, agora, novamente estampada em o volume 75 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (26-10-1983).

*

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- d) Colégio de Aplicação “Pio XII”



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

